

Universidades Lusíada

Pereira, Ana Margarida Monteiro

A experiência de adaptação de mulheres estrangeiras num estabelecimento prisional português : análise de casos

<http://hdl.handle.net/11067/8477>

Metadados

Data de Publicação

2025

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo principal compreender de que forma as mulheres reclusas estrangeiras interpretam a sua experiência de adaptação à reclusão num estabelecimento prisional português considerando as suas necessidades específicas e os múltiplos fatores que influenciam a sua trajetória prisional. A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, recorrendo à realização de entrevistas semiestruturadas com dez mulheres reclusas estrangeiras no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bis...

This dissertation aims to understand how foreign female inmates interpret their experience of adapting to imprisonment in a Portuguese prison, considering their specific needs and the multiple factors that influence their prison trajectory. The research followed a qualitative approach, using semi-structured interviews with ten foreign women incarcerated at Santa Cruz do Bispo – Female Prison between April and May 2025. The interviews were complemented by documentary analysis of each participant...

Palavras Chave

Criminologia, Reclusão - Adaptação - Mulheres estrangeiras, Estabelecimentos prisionais - Portugal

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULP-FD] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-31T01:47:55Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

**A EXPERIÊNCIA DE ADAPTAÇÃO DE MULHERES
ESTRANGEIRAS NUM ESTABELECIMENTO
PRISIONAL PORTUGUÊS: ANÁLISE DE CASOS**

Ana Margarida Monteiro Pereira

Dissertação para a obtenção de grau de Mestre

Porto, 2025



UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

**A EXPERIÊNCIA DE ADAPTAÇÃO DE MULHERES
ESTRANGEIRAS NUM ESTABELECIMENTO
PRISIONAL PORTUGUÊS: ANÁLISE DE CASOS**

Ana Margarida Monteiro Pereira

Dissertação para a obtenção de grau de Mestre

Orientadora: Professora Doutora Fátima Rodrigues

Porto, 2025

Agradecimentos

Mais do que o fim de um ciclo académico, esta dissertação representa o culminar de um percurso repleto de desafios, aprendizagens e conquistas. Ao longo deste caminho, tive o privilégio de contar com o apoio e a presença de pessoas e instituições que marcaram profundamente esta jornada. A todos, deixo a minha sincera e sentida gratidão.

Começo por agradecer, com um especial carinho, à minha orientadora, Professora Doutora Fátima Rodrigues, pela orientação firme e inspiradora, pela disponibilidade constante e pela paciência demonstrada ao longo de todo este processo. Agradeço, em particular, a confiança que depositou em mim e no meu trabalho, os conselhos sábios e o incentivo constante que foram essenciais para que este trabalho ganhasse forma e sentido.

Aos meus amigos e colegas de mestrado, pela partilha generosa de ideias, pelo apoio e pelas conversas que trouxeram leveza e motivação nos dias mais intensos.

À Universidade Lusíada do Porto, pelo acolhimento e pelas oportunidades concedidas, e a todos os professores que, ao longo destes anos, contribuíram para a minha formação, transmitindo não apenas conhecimentos essenciais, mas também valores que levarei comigo para a vida.

À minha família, pelo amor incondicional, pelo apoio inabalável e pela paciência nos momentos mais difíceis. Obrigada por acreditarem em mim e por me recordarem que nenhum obstáculo é intransponível. Sem a vossa força, carinho e encorajamento, este caminho teria sido muito mais difícil. Ao meu namorado, pelo apoio e ajuda constantes, por ser o meu porto seguro nos dias mais difíceis e por me recordar, mesmos nos dias mais longos, a razão de continuar.

Um agradecimento especial a todos os que trabalham no Estabelecimento Prisional Feminino de Santa Cruz do Bispo, pela colaboração essencial neste estudo. Em particular, à Doutora Carlota, pela confiança e total disponibilidade, e às mulheres reclusas, pela coragem e generosidade em partilhar comigo um pouco das suas histórias.

E, por fim, agradeço a mim própria: por não desistir, por enfrentar os dias de incerteza com coragem, por transformar o medo em força e a dificuldade em aprendizagem. Porque, no final, esta dissertação é a prova de que fui- e sou- capaz de superar as minhas próprias expectativas.

A todos, o meu sincero e profundo obrigado.

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo principal compreender de que forma as mulheres reclusas estrangeiras interpretam a sua experiência de adaptação à reclusão num estabelecimento prisional português considerando as suas necessidades específicas e os múltiplos fatores que influenciam a sua trajetória prisional.

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, recorrendo à realização de entrevistas semiestruturadas com dez mulheres reclusas estrangeiras no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo- Feminino, entre abril e maio de 2025. As entrevistas foram complementadas pela análise documental dos processos individuais de cada participante. Esta abordagem permitiu captar as perspetivas subjetivas das participantes, bem como identificar dimensões estruturais e relacionais que influenciam a sua adaptação.

Os resultados obtidos através dos discursos transmitidos revelam que a adaptação à prisão não é linear nem homogênea, constituindo um processo dinâmico. A maioria das mulheres estrangeiras que se encontram em reclusão apresentam trajetórias marcadas por vulnerabilidade social e económica. As dificuldades de adaptação ao meio prisional decorrem, em grande parte, de barreiras linguísticas, culturais e emocionais, que se traduzem em sentimentos de isolamento e solidão. A ausência de suporte familiar, potenciada pela distância geográfica agrava o sentimento de abandono, constituindo um obstáculo adicional ao ajustamento prisional.

No plano relacional, verificou-se que as mulheres recorrem frequentemente ao apoio entre pares, sobretudo com outras estrangeiras, como forma de resistência e sobrevivência. Contudo, também foram identificados episódios de conflito cultural e tensões com reclusas nacionais, que reforçam a perceção de exclusão.

A nível institucional, identificaram-se obstáculos significativos no acesso a programas de reinserção social e laboral, agravados por questões legais e burocráticas, reforçando a condição de exclusão destas mulheres dentro e fora da prisão.

Palavras-chave: Adaptação à reclusão, estabelecimento prisional, mulheres estrangeiras, trajetória prisional, necessidades específicas.

Abstract

This dissertation aims to understand how foreign female inmates interpret their experience of adapting to imprisonment in a Portuguese prison, considering their specific needs and the multiple factors that influence their prison trajectory.

The research followed a qualitative approach, using semi-structured interviews with ten foreign women incarcerated at Santa Cruz do Bispo – Female Prison between April and May 2025. The interviews were complemented by documentary analysis of each participant's individual file. This approach made it possible to capture the participants' subjective perspectives, as well as to identify structural and relational dimensions that influence their adaptation.

The findings drawn from the participants' narratives reveal that adaptation to prison is neither linear nor homogeneous, but rather constitutes a dynamic process. Most foreign female inmates have trajectories marked by social and economic vulnerability. Difficulties in adapting to the prison environment largely stem from linguistic, cultural, and emotional barriers, resulting in feelings of isolation and loneliness. The lack of family support, exacerbated by geographical distance, intensifies the sense of abandonment, constituting an additional obstacle to prison adjustment.

On a relational level, it was found that women often resort to peer support, especially from other foreign inmates, as a form of resistance and survival. However, episodes of cultural conflict and tensions with Portuguese inmates were also identified, reinforcing the perception of exclusion.

At an institutional level, significant obstacles were observed regarding access to social and labor reintegration programs, aggravated by legal and bureaucratic barriers, which reinforce the condition of exclusion of these women both inside and outside prison.

Keywords: Adaptation to incarceration, prison facility, foreign women, prison trajectory, specific needs.

Lista de Siglas e Abreviaturas

DGRSP - Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais de Portugal

EP - Estabelecimento Prisional

EPSCB - Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo (Feminino)

OMS - Organização Mundial da Saúde

SNS - Serviço Nacional de Saúde

CRP - Constituição da República Portuguesa

Índice

Introdução	1
Capítulo I- Enquadramento Teórico	2
1. A adaptação à prisão	2
2. Teorias de adaptação à prisão	3
2.1. Teoria da prisionização	4
2.2. Teoria da privação	5
2.3. Teoria da importação	6
2.4. Modelo integrador	8
2.5. Teoria geral da tensão	9
3. Tipologias de adaptação à prisão	11
4. Fatores que influenciam a adaptação ao contexto prisional	16
5. As mulheres reclusas no sistema prisional: um olhar sobre a evolução	19
6. Necessidades específicas das mulheres no sistema prisional	20
6.1. Acesso à justiça	21
6.2. Historial de vitimização	22
6.3. Cuidados de saúde específicos	23
6.4. Segurança no sistema prisional	27
6.5. Comunicação e vínculo com os familiares	28
7. Mulheres estrangeiras reclusas no sistema prisional: necessidades específicas	30
7.1. Barreiras linguísticas	31
7.2. Manutenção dos laços familiares	33
7.3. Imigração e reinstalação	34
7.4. Isolamento social	35
Capítulo II- Metodologia do estudo	37
1. Objetivos e questões de investigação	37
2. Método	39
2.1. Entrevista individual semiestruturada: construção e tipo de análise	40
2.2. Processos individuais	42
2.3. Estratégia de amostragem	43

2.4.	Caracterização do contexto de recolha de dados _____	45
2.5.	Procedimentos de acesso aos participantes e de recolha de dados _____	47
2.6.	Caracterização das participantes _____	48
Capítulo III- Análise dos resultados _____		51
1.	Contexto pré- prisão e adaptação ao estabelecimento prisional _____	52
1.1.	Vida antes da reclusão: vulnerabilidades, relações e rotinas _____	52
1.2.	Primeiros dias de reclusão: choque, medo e resistência _____	54
1.3.	Dificuldades de adaptação à reclusão: regras, cultura e isolamento _____	55
2.	Condição de estrangeira _____	57
2.1.	Discriminação e tratamento diferenciado por ser estrangeira _____	57
2.2.	Cumprimento da pena em Portugal vs. país de origem _____	59
2.3.	Sofrimento emocional, solidão e manutenção de laços afetivos: estratégias de enfrentamento _____	61
3.	Rotina e vivência prisional _____	64
3.1.	Rotina prisional: gestão do tempo, trabalho e ocupações _____	64
3.2.	Dinâmicas de segurança e relações no contexto prisional _____	67
3.3.	Processos disciplinares e cuidados de saúde _____	72
4.	Mudanças pessoais e reflexão interior _____	75
5.	Projetos e expectativas para o futuro _____	77
Capítulo IV: Discussão dos resultados _____		79
Conclusão _____		94
Anexos _____		97
Lista bibliográfica _____		106

Introdução

A presença de mulheres estrangeiras no sistema prisional português constitui um fenómeno crescente nas últimas décadas, refletindo as transformações associadas aos fluxos migratórios e às dinâmicas sociais globais. Este fenómeno, enquadrado no contexto mais amplo da criminalidade transnacional e da mobilidade humana, coloca desafios acrescidos à gestão prisional, não apenas ao nível administrativo e jurídico, mas também no que concerne às condições de vida, integração e reinserção social destas mulheres.

A adaptação ao contexto prisional constitui uma experiência complexa, moldada por múltiplos fatores de natureza individual, social e institucional. No caso das mulheres estrangeiras, essa experiência tende a ser condicionada por barreiras linguísticas, diferenças culturais, fragilidades das redes de apoio e isolamento social, fatores que potenciam a vulnerabilidade e influenciam a forma como essas mulheres vivenciam a reclusão.

Apesar da crescente representatividade deste grupo, a produção científica sobre a sua adaptação prisional permanece escassa, sobretudo numa perspetiva centrada nas suas próprias narrativas. Esta lacuna justifica a pertinência da presente investigação, cujo objetivo central consiste em compreender de que forma as mulheres reclusas estrangeiras interpretam a sua experiência de adaptação à reclusão num estabelecimento prisional português.

Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa, recorrendo a entrevistas semiestruturadas com dez mulheres reclusas estrangeiras no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo- Feminino, realizadas entre abril e maio de 2025, complementadas pela análise documental dos respetivos processos individuais.

A dissertação organiza-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta o enquadramento teórico, abordando conceitos centrais e estudos prévios sobre a adaptação prisional, com especial incidência nas mulheres estrangeiras. O segundo capítulo descreve a metodologia de investigação, justificando as opções metodológicas e detalhando os procedimentos de recolha e análise de dados. O terceiro capítulo expõe e analisa os resultados obtidos, enquanto o quarto capítulo discute criticamente esses resultados à luz da literatura existente e expõe uma reflexão crítica adequada.

Capítulo I- Enquadramento Teórico

1. A adaptação à prisão

A adaptação ao contexto prisional constitui um tema essencial para a compreensão do funcionamento do sistema penitenciário e das dinâmicas da população reclusa (Gonçalves, 2000, p. 207). Diversos autores têm proposto definições para este conceito, no entanto é possível identificar elementos comuns em todas elas. A adaptação à prisão é geralmente entendida como um processo dinâmico e contínuo, que envolve mudanças no comportamento, nas emoções e na identidade do indivíduo, em resposta às exigências e limitações impostas pelo ambiente prisional. Trata-se de um fenómeno que implica a pressão para a transformação, resultante da articulação entre as características pessoais do sujeito e as regras que regem a vida numa instituição total.

Segundo Gonçalves (2000), trata-se de um processo que não segue uma forma única, variando de indivíduo para indivíduo, e desempenha um papel crucial na implementação de medidas que visam flexibilizar o cumprimento da pena, bem como nas estratégias de tratamento penitenciário. Além disso, a forma como a adaptação à prisão é vivenciada pode, em maior ou menor grau, facilitar ou dificultar uma reintegração bem-sucedida na sociedade e no restabelecimento da liberdade (Gonçalves, 2000, pp. 207-209). Neste sentido, Gonçalves (2008, p. 145) define a adaptação como “a capacidade que o indivíduo possui para identificar as regras que norteiam esta instituição total e de lidar com elas, quer através de um afrontamento ou recusa mais ou menos diretos, quer através da sua aceitação e/ou eventual interiorização”.

De acordo com Haney (2001), a adaptação pode ser entendida como o processo pelo qual os comportamentos de um indivíduo são alterados a fim de se alinharem às normas e estruturas do novo ambiente em que se encontra inserido. Este processo de adaptação envolve múltiplas dimensões, incluindo a biológica, a psicológica e a social (Gonçalves et al., 2019, pp. 366-385).

Ao longo do tempo, diversas áreas do saber, como a Psicologia Educacional, Clínica, Social, Ambiental, a Teoria dos Sistemas e a Sociologia, têm contribuído significativamente para o aprofundamento da compreensão deste fenómeno (Gonçalves, 2000, pp. 213-229). A prisão, enquanto instituição fechada, impõe aos reclusos a necessidade de se ajustarem a um estilo de vida restrito, caracterizado por opções limitadas e por um controlo rigoroso sobre os aspetos quotidianos das suas vidas. Este

controle é evidenciado nos aspetos mais elementares da existência, como alimentação, descanso e higiene pessoal. Com o decorrer do tempo, os reclusos tendem a internalizar as imposições externas, o que pode resultar numa dependência crescente da instituição para a organização das suas rotinas diárias. Este processo de adaptação torna o retorno à dinâmica da vida em sociedade particularmente complexo, dado que as práticas e comportamentos adotados no ambiente prisional deixam de ser adequados ao contexto social pós-libertação. Consequentemente, o indivíduo precisará, então, de se readaptar a uma nova realidade fora da prisão (Gonçalves, 2008; Haney, 2012; Chui & Liu, 2013, pp. 1-22; Fuentes, Giacóia & Hammerschmidt, 2011, pp. 131-161).

Para que se possa compreender com maior precisão o processo de adaptação de cada recluso, é imprescindível adotar uma abordagem holística do indivíduo, que considere não apenas a forma como cada pessoa vivencia a transição para a prisão, mas também como internaliza e retém essa experiência. O ajustamento ao sistema prisional é, assim, influenciado pelas especificidades de cada recluso, uma vez que cada um enfrenta a sua condenação de forma singular (Ferreira, Novais & Santos, 2010, pp. 209-210; Picken, 2012, pp. 1-29).

Como sublinha Gonçalves (2008), não é possível compreender a adaptação à prisão sem considerar o processo de conciliação entre as características individuais de cada recluso e as exigências impostas pelo ambiente fechado da instituição prisional. Uma adaptação bem-sucedida resulta do equilíbrio entre a interiorização das rígidas normas do sistema prisional e a preservação da identidade pessoal, permitindo que o recluso atue de forma autónoma dentro do sistema, sem perder a sua individualidade.

2. Teorias de adaptação à prisão

A adaptação à prisão é um fenómeno complexo que envolve a interação de diversos fatores psicológicos, sociais e culturais, sendo essencial para a compreensão da experiência carcerária e dos impactos que essa experiência exerce sobre os indivíduos. O ambiente prisional é caracterizado por condições de privação de liberdade, pressão social e, muitas vezes, pela desestruturação de elementos fundamentais da vida social do recluso, como a família, a comunidade e as redes de apoio (Sykes, 1958, citado por Afonso, 2017). Nesse contexto, a forma como os indivíduos lidam com a experiência da privação de liberdade tem sido objeto de interesse em várias áreas de estudo, incluindo a

psicologia, a sociologia e a criminologia (Irwin & Cressey, 1962, citado por Afonso, 2017).

Para compreender melhor a adaptação dos reclusos ao ambiente prisional, surgiram diferentes teorias que procuram explicar de que forma o ambiente prisional, as condições da prisão e as características dos reclusos influenciam a sua adaptação ao longo do tempo. Entre essas teorias, destacam-se a teoria da prisionização (Clemmer, 1940), a teoria da privação (Sykes, 1958), a teoria da importação (Irwin e Cressey, 1962), o modelo integrador e, por fim, a teoria geral da tensão (Agnew, 1992). Cada uma oferece uma perspectiva única sobre os fatores que influenciam a adaptação à prisão e como os reclusos reagem a este novo e desafiador contexto.

Neste trabalho, serão exploradas essas teorias com o objetivo de fornecer uma visão abrangente sobre os processos de adaptação à prisão, as adversidades enfrentadas pelos indivíduos e as implicações para a reintegração social.

2.1. Teoria da prisionização

A Teoria da Prisionização, desenvolvida por Clemmer (1940), postula que os indivíduos que ingressam no sistema prisional tendem, de forma inevitável, a adotar os modos de vida característicos desse ambiente, facilitando assim o processo de adaptação ao contexto prisional (Togeren & Klebe, 2010, p. 49). Este processo de adaptação resulta na prisionização, que é a transformação gradual do indivíduo, à medida que ele passa a aceitar e a incorporar as normas do ambiente prisional, muitas vezes em detrimento das normas sociais externas (Clemmer, 1940; Sykes, 1958, citado por Pina, Gomes & Quintas, 2024, pp. 7-8) No entanto, a prisionização não exerce o mesmo impacto sobre todos os indivíduos, sendo o seu efeito condicionado por uma multiplicidade de fatores que envolvem tanto as especificidades do regime de reclusão quanto as características individuais de cada sujeito (Clemmer, 1940).

Relativamente aos fatores universais da prisionização, identificados por Clemmer (1940), é possível destacar quatro aspetos principais que caracterizam esse processo. O primeiro refere-se à aceitação, por parte do recluso, do papel interno que lhe é atribuído no contexto prisional, ou seja, a internalização do seu novo estatuto dentro da hierarquia do sistema prisional. Em segundo lugar, destaca-se o desenvolvimento de novos hábitos relacionados com aspetos da vida quotidiana, como alimentação, vestuário, trabalho e

descanso, que são ajustados às exigências e limitações impostas pelo ambiente prisional. O terceiro fator envolve a adoção de um conjunto de termos e expressões que facilitam a comunicação entre os reclusos e reforçam a identidade coletiva da comunidade penal. Por fim, o desejo de obter uma ocupação ou trabalho considerado satisfatório no contexto da prisão configura-se como o quarto aspeto, refletindo a procura por um sentido de propósito e utilidade dentro da prisão.

O processo de prisionização pode levar o recluso a internalizar as normas, valores e comportamentos predominantes no ambiente carcerário, de tal forma que a sua identidade e as suas ações passem a ser profundamente moldadas pela lógica e pelas exigências do sistema prisional. Este fenómeno sugere que, ao longo do tempo, o indivíduo pode perder aspetos da sua identidade pré-existente e adaptar-se, de forma quase automática, aos códigos e à cultura que regem a vida dentro da prisão.

A teoria também aborda as consequências da prisionização para a reintegração social do recluso após a sua libertação. Indivíduos prisionizados têm maiores dificuldades em reintegrar-se no mundo exterior, devido à transformação da sua identidade e ao forte vínculo que desenvolvem com as normas e valores da prisão. A experiência prolongada de prisionização pode resultar na construção de uma pessoa com uma visão distorcida da sociedade, o que aumenta as probabilidades de reincidência criminal (Clemmer, 1940, citado por Pina, Gomes & Quintas, 2024, p. 9)

2.2. Teoria da privação

A teoria da privação, proposta por Sykes em 1958, no âmbito do seu estudo sobre o sistema prisional norte-americano, “The Society of Captives”, defende que os indivíduos encarcerados enfrentam diversas dificuldades resultantes do ambiente prisional, as quais influenciam diretamente as suas atitudes e condutas. De acordo com esta teoria, as experiências dos reclusos ao longo do cumprimento da pena, como a perda da liberdade, da segurança e da autonomia, são fatores determinantes na adaptação ao contexto carcerário (Sykes, 1958; Sykes & Sheldon, 1960, pp. 5-19, citado por Alves, 2020). O ambiente prisional, segundo esta perspetiva, provoca um processo de despersonalização dos indivíduos, afastando-os da sociedade, o que pode reduzir a relevância de características pessoais que, sob outras circunstâncias, estariam frequentemente associadas a comportamentos desviantes (Thomas & Cage, 1977, pp. 193-200, citado por

Alves, 2020). A teoria propõe, assim, que são as condições adversas do aprisionamento, e não as características individuais dos reclusos, que favorecem o surgimento de comportamentos desviantes, uma vez que os indivíduos enfrentam grandes dificuldades em adaptar-se às restrições impostas por este ambiente (Blevins, Listwan, Cullen & Jonson, 2010, pp. 148-166).

De acordo com esta teoria, o afastamento dos reclusos da sua rede de apoio social, incluindo familiares e amigos, bem como a desconexão com o mundo exterior, provoca o que Goffman (1961) denominou de “tempos sombrios”. Contudo, a privação não se restringe apenas à perda de contacto com o exterior, envolve também a restrição de outras liberdades no interior da prisão, como a capacidade de tomar decisões sobre questões fundamentais da vida diária, como o horário de sono, alimentação ou atividades pessoais. Os reclusos são obrigados a submeter-se a um conjunto rígido de regras, muitas vezes desconhecidas no início do cumprimento da pena, que podem ser vistas como injustas. O não cumprimento destas normas pode acarretar sanções disciplinares. Assim, a teoria sugere que estas condições adversas são fatores que contribuem para o aumento de comportamentos agressivos e para o envolvimento em conflitos disciplinares dentro do sistema prisional (Goffman, 1961; McCorkle, Miethe & Drass, 1995, pp. 317-331; Sykes, 1958; Useem & Piehl, 2006, pp. 87-100, citado por Alves, 2020).

Adicionalmente, a literatura enfatiza que uma das perdas mais profundas que os detidos experienciam é a limitação no contacto com os seus entes queridos, dado que as regras relativas às visitas e ao uso do telefone são estritamente reguladas. A restrição do suporte social externo compromete a capacidade dos reclusos em se ajustarem ao ambiente prisional, uma vez que o auxílio familiar é essencial para o processo de reclusão e de reintegração social após o cumprimento da pena (Pollock, 2002).

2.3. Teoria da importação

Em contraste com a perspectiva da privação, que sublinha o impacto das condições institucionais do encarceramento, a teoria da importação fundamenta-se na premissa de que, ao ingressarem no sistema prisional, os indivíduos trazem consigo valores, crenças e convenções subculturais previamente adquiridos, os quais influenciam diretamente o seu comportamento no ambiente de reclusão. Consequentemente, os padrões comportamentais dos reclusos podem ser compreendidos a partir da subcultura à qual

pertencem, uma vez que esta última implica a adoção de um sistema próprio de valores e normas que orientam as interações e atitudes dentro do ambiente prisional (Irwin e Cressey, 1962, pp.142-155). As experiências e o processo de socialização vivenciados antes do encarceramento desempenham um papel crucial na forma como os reclusos enfrentam a reclusão e interagem com os grupos sociais dentro da prisão (Jiang & Fisher-Giorlando, 2002, pp. 335-358). Em síntese, esta teoria atribui a responsabilidade pelos comportamentos dos indivíduos dentro da prisão aos fatores individuais, ou seja, às características, atitudes e comportamentos adquiridos no período anterior à reclusão (Irwin e Cressey, 1962, pp.142-155).

Irwin e Cressey (1962) identificam uma trilogia de subculturas dentro do ambiente prisional, denominadas por subcultura criminal, subcultura prisional e subcultura convencional. A primeira é composta por indivíduos cujos valores centrais estão profundamente enraizados na lealdade mútua entre os membros do universo criminal. A norma fundamental que rege essa subcultura é a máxima de “não denunciar um outro recluso”, refletindo o princípio normativo primário do código de conduta dos reclusos, conforme descrito por Sykes e Messinger (1960, citado por Pina, Gomes & Quintas, 2024, p.20). Os indivíduos que demonstram uma forte adesão a estas normas subculturais ascendem aos estatutos mais elevados dentro dessa comunidade. A subcultura prisional, tem o utilitarismo como valor central, o que significa que os indivíduos pertencentes a esse grupo procuram maximizar os benefícios pessoais, muitas vezes à custa dos outros, sendo a manipulação a sua principal estratégia. Um recluso orientado por esta subcultura procura alcançar estatuto e poder por meio da manipulação dos recursos e das oportunidades disponíveis no ambiente prisional (Irwin e Cressey, 1962, citado por Pina, Gomes & Quintas, 2024, p. 20). A subcultura convencional, conforme descrita por Irwin e Cressey (1962, citado por Pina, Gomes & Quintas, 2024, p.21), abrange os reclusos que, por definição, não estão comprometidos com os valores das subculturas previamente mencionadas. De acordo com os autores, esta subcultura representa uma parcela significativa da população prisional. Trata-se de indivíduos que pretendem alcançar estatuto dentro da prisão por meio de comportamentos que atendem às expectativas e normas impostas pelos administradores do estabelecimento prisional. Esses indivíduos alinham-se com o que consideram ser as características de um “bom recluso”, ou seja, aqueles que cumprem as regras estabelecidas pela instituição e procuram integrar-se no

sistema prisional de maneira conformista, sem recorrer aos valores subculturais mais desviantes ou manipulativos.

Em termos gerais, a teoria da importação oferece uma visão alternativa para a compreensão da adaptação à prisão, focando-se na ideia de que a personalidade, as experiências e os valores dos indivíduos antes da prisão têm um papel crucial na forma como esses se comportam dentro do ambiente prisional. Contudo, a oposição entre estas duas perspectivas gerou debates que conduziram ao desenvolvimento de propostas de síntese, procurando articular os contributos de ambas.

2.4. Modelo integrador

O modelo integrador de adaptação à prisão surge precisamente desta necessidade de superar a dicotomia entre as explicações clássicas propostas pela teoria da privação (Sykes, 1958) e da importação (Irwin & Cressey, 1962), defendendo que a forma como os indivíduos se ajustam ao ambiente prisional resulta da interação entre fatores institucionais e individuais. De acordo com esta perspectiva, os comportamentos, atitudes e estratégias desenvolvidos pelos reclusos em contexto prisional não podem ser explicados exclusivamente pelas privações impostas pela instituição, nem pelas características biográficas que transportam consigo, mas sim por uma combinação dinâmica de ambos os elementos (Velarde, 2001).

A análise dos dois componentes centrais do modelo revela que, no eixo da importação, os indivíduos entram na prisão transportando consigo um conjunto de experiências, atitudes e predisposições que moldam a sua vivência do encarceramento. Estas incluem o nível de escolaridade, o percurso profissional, os relacionamentos interpessoais, o consumo de substâncias psicoativas e os antecedentes criminais, entre outros fatores que influenciam as trajetórias individuais dentro da instituição (Gover, MacKenzie & Armstrong, 2000). No que respeita ao eixo da privação, a reclusão acarreta perdas significativas, como a liberdade, a autonomia, as relações sociais e familiares, a segurança e o acesso a recursos materiais. Estas perdas geram um contexto de sofrimento que exige respostas adaptativas, muitas vezes expressas em comportamentos de resistência ou violência (Hochstetler & DeLisi, 2005).

Neste sentido, o modelo integrador não se limita a adotar uma das abordagens de forma exclusiva. Pelo contrário, assume que a experiência prisional é simultaneamente condicionada por fatores biográficos e institucionais, sendo mediada por variáveis como a personalidade, a percepção subjetiva das privações e a participação nas dinâmicas informais da prisão, como as economias paralelas ou as redes de apoio entre pares (Hochstetler & DeLisi, 2005). Estas variáveis interagem e permitem compreender a amplitude das respostas à prisão, que vão desde as formas mais passivas e conformistas até às manifestações explícitas de contestação ou estratégias subtis voltadas para a preservação da identidade, da dignidade e do sentido de si.

Apesar da natureza inicialmente antagónica entre os modelos da privação e da importação, vários investigadores reconheceram a necessidade de uma abordagem mais abrangente e consolidada. Thomas, Petersen & Zingraff (2006) foram dos primeiros a defender a integração de ambas as perspetivas, na sequência de evidências empíricas que apontavam para a relevância de fatores pertencentes a ambos os modelos. Esta necessidade de articulação é também sublinhada por Giallombardo (1966), no seu estudo clássico sobre mulheres em contexto prisional, no qual concluiu que a cultura prisional feminina não podia ser explicada exclusivamente como uma resposta às dificuldades impostas pela prisão, ainda que as privações desempenhassem um papel estruturante no desenvolvimento de diferentes formas de adaptação.

O modelo integrador tem sido utilizado para analisar os processos de adaptação à prisão, articulando as dimensões explicativas propostas pelos modelos de privação e da importação. Esta abordagem tem sido mobilizada para compreender a experiência de grupos vulneráveis, como é o caso das mulheres estrangeiras reclusas, cujas trajetórias são frequentemente marcadas por situações prévias de exclusão social, migração forçada, violência de género e desproteção institucional, sendo estas experiências agravadas pelas privações e barreiras acrescidas impostas pelo sistema prisional.

2.5. Teoria geral da tensão

A Teoria Geral da Tensão, desenvolvida por Agnew (1992) configura uma abordagem criminológica que visa explicar como as tensões ou frustrações, vivenciadas pelos indivíduos podem desencadear comportamentos desviantes.

Embora Agnew (1992) não tenha direcionado a sua análise especificamente para a experiência prisional, a sua teoria foi subsequentemente aplicada à compreensão desse contexto. No âmbito prisional, esta teoria revela-se pertinente ao oferecer uma explicação detalhada sobre como os reclusos enfrentam as adversidades impostas pelo ambiente carcerário e de que forma essas tensões influenciam a sua adaptação a um espaço altamente restritivo e punitivo como é a prisão. Segundo Agnew (1992, citado por Pina, Gomes & Quintas, 2024, p. 26), a tensão, nos seus múltiplos aspetos, configura-se como uma das principais motivações para comportamentos desviantes, sendo a sua gestão ou falta dela o fator determinante para o tipo de resposta que o indivíduo apresentará frente a condições adversas.

Dentro da prisão, os reclusos estão sujeitos a um conjunto de tensões que incluem, entre outras, a privação de liberdade, o isolamento social, a perda de controle sobre aspetos da sua vida quotidiana e a exposição à violência, seja por parte de outros reclusos ou dos agentes penitenciários. Essas condições de privação e sofrimento psicológico criam um ambiente propenso ao desenvolvimento de tensões significativas (Sykes, 1958, citado por Pina, Gomes & Quintas, 2024). As reações dos indivíduos a essas tensões variam de acordo com o histórico pessoal, as estratégias de enfrentamento disponíveis e as circunstâncias do próprio ambiente prisional. Agnew (1992, citado por Pina, Gomes & Quintas, 2024, pp. 25-35) destaca que a falta de recursos adequados para lidar com essas tensões pode levar o recluso a adotar comportamentos desviantes ou agressivos, como uma forma de aliviar o desconforto emocional ou físico causado pela situação, o que pode resultar em comportamentos violentos e atitudes antissociais e agressivas (Irwin & Cressey, 1962, p. 54-55).

Ademais, Agnew (1992, citado por Pina, Gomes & Quintas, 2024; Agnew, 1992) argumenta que a resposta do recluso à tensão está fortemente associada à presença de fatores moderadores, como o suporte social e a disponibilidade de programas de reabilitação. Indivíduos que têm acesso a uma rede de apoio social ou que participam em iniciativas voltadas para o seu bem-estar psicológico e social têm maiores probabilidades de lidar de forma eficaz com a tensão, apresentando uma melhor adaptação. Em contrapartida, aqueles que se encontram em situação de maior isolamento ou que não dispõem de recursos adequados para lidar com as tensões estão mais propensos a desenvolver comportamentos desviantes.

A Teoria Geral da Tensão permite, assim, compreender de que forma as experiências de tensão, resultantes de fatores individuais e contextuais, influenciam o comportamento dos reclusos no ambiente prisional. Esta abordagem teórica contribui para a análise das reações dos indivíduos face às exigências do sistema prisional, bem como para a identificação de mecanismos associados à adaptação e à reintegração social após o cumprimento da pena (Sykes, 1958, citado por Pina, Gomes & Quintas, 2024, pp. 26-30).

3. Tipologias de adaptação à prisão

Para além das teorias de adaptação anteriormente mencionadas, alguns autores optam por um outro tipo de abordagem: as tipologias de adaptação à prisão. Estas tipologias consistem na tentativa de categorizar os diferentes tipos de adaptação que os reclusos podem adotar ao longo da sua estadia na prisão, isto é, pretendem classificar e sistematizar as diferentes formas de resposta que os indivíduos desenvolvem em face das dificuldades impostas pelo ambiente carcerário. O uso das tipologias permite-nos organizar e compreender melhor os comportamentos dos indivíduos privados de liberdade, facilitando a análise das suas estratégias de adaptação à prisão (Gonçalves, 2008, pp. 208-210).

Apesar das diferenças entre si, todas as tipologias apontam para uma ideia comum: a adaptação à prisão ocorre num contínuo entre a aceitação total e a resistência aberta ao sistema prisional. Os reclusos não se moldam passivamente às regras da instituição, pelo contrário, desenvolvem modos diferenciados de lidar com a privação de liberdade, influenciados por fatores pessoais, históricos e institucionais. Esta diversidade é visível, por exemplo, na tipologia proposta por Goffman (1974), que conceptualiza a prisão como uma "instituição total", onde os indivíduos oscilam entre a conversão — isto é, a aceitação e interiorização das normas da instituição — e o alheamento, um distanciamento passivo e focado apenas nas necessidades básicas. Entre estes extremos surgem a colonização e a intransigência, expressando modos mais complexos de negociação com a realidade prisional (Gonçalves, 2000, pp. 267-268).

Esta lógica de continuum entre integração e resistência também está presente na tipologia desenvolvida por Garabedian (1963), embora com um enfoque distinto: aqui, a análise centra-se na relação dos reclusos com a autoridade institucional e com a subcultura prisional. Os perfis oscilam entre os “square johns”, que mantêm uma postura cooperativa

com a administração prisional e seguem um estilo de vida disciplinado, e os “outlaws”, que rejeitam qualquer forma de autoridade e recusam-se a submeter-se às normas institucionais. Entre ambos, perfis como os “right guys” ou os “politicians” revelam formas mais ambíguas e estratégicas de adaptação.

A par destas abordagens mais sociológicas e interpretativas surgem outras de matriz psicológica e estatística. É o caso de Quay (1984) com o sistema AIMS (Adult Internal Management System), que classifica os reclusos com base em perfis comportamentais, visando facilitar a sua gestão dentro do sistema prisional. Trata-se de uma abordagem, centrada na gestão do risco institucional, com uma orientação mais psicossocial (Gonçalves, 2000, p. 276). Também aqui se verifica uma gradação: os Gamas, por exemplo, são considerados cooperantes e de baixo risco; os Alfas, em contraste, revelam agressividade e tendência para vitimizar outros; os Betas apresentam traços de ansiedade e vulnerabilidade. Cada um destes grupos subdivide-se em perfis mais específicos, com base na intensidade das características observadas (Gonçalves, 2000, pp. 276-277).

A tipologia de McEwan, construída a partir de uma análise de clusters no sistema prisional inglês, também recorre a critérios psicossociais e criminais, revelando como a adaptação está condicionada pelas trajetórias anteriores dos indivíduos, incluindo idade, historial criminal e comportamento institucional. Aqui, por exemplo, os “young experienced criminals” apresentam um perfil de risco elevado, enquanto os “tearaways” ou os “domestic lifers” mantêm comportamentos mais estáveis. Já os “terrorists-disruptives” destacam-se pela elevada frequência de infrações, constituindo uma ameaça à ordem prisional (Gonçalves, 2000). Esta classificação articula elementos da teoria da importação com fenómenos de privação e tensão, revelando a multiplicidade de fatores que moldam a vivência prisional (Gonçalves, 2000).

A proposta de Megargee e Bohn, baseada no Inventário Multifásico de Personalidade de Minnesota (MMPI), é talvez a mais clínica das tipologias analisadas. Os indivíduos são classificados em dez perfis, ordenados de acordo com o grau de patologia psicológica e o risco associado à sua conduta institucional e futura reintegração (Gonçalves, 2000, pp. 273-276). Os Items e os Easy representam os perfis menos problemáticos: os primeiros são emocionalmente estáveis e com baixa reincidência; os segundos mostram dificuldades de compromisso, mas com risco reduzido. Em níveis intermédios, surgem os Bakers, com traços neuróticos ou psicopáticos leves, e os Ables e Georges, relativamente bem-adaptados, mas com tendência para reincidir, sendo que os segundos

provêm geralmente de contextos familiares desfavorecidos. Nos perfis mais críticos, destacam-se os Deltas, com impulsividade e traços antissociais; os Jupiters, motivados para a reintegração, mas com obstáculos sociais; os Foxtrot, com défices cognitivos e emocionais acentuados; os Charlies, com traços paranoides e forte risco de violência e reincidência; e os Hows, com ansiedade elevada, resistência à mudança e recusa em participar na reabilitação. Esta tipologia cruza, assim, as dimensões da importação (histórico psicológico), da privação (fragilidades emocionais) e da tensão (reações comportamentais disruptivas).

A análise das diferentes tipologias de adaptação à prisão permite identificar padrões comuns, mas também diferenças significativas, tanto ao nível dos fundamentos teóricos como dos critérios de classificação utilizados. De forma transversal, estas propostas partilham a ideia de que a prisão não é vivida de forma homogênea: os reclusos desenvolvem estratégias de adaptação diferenciadas, em resposta à privação de liberdade, às regras institucionais e às dinâmicas relacionais do meio prisional. Embora com enquadramentos diversos, todas as tipologias assumem que a adaptação se inscreve num continuum que vai desde a aceitação plena das normas institucionais até à resistência ativa ao sistema prisional. A par disso, mesmo nas abordagens que privilegiam as características pré-existentes dos indivíduos, o papel estruturante do contexto prisional é reconhecido como elemento central na configuração das condutas observadas.

A principais distinções entre as tipologias residem nos pressupostos teóricos subjacentes e nos instrumentos de análise utilizados. As propostas de Goffman e Garabedian, de natureza essencialmente sociológica e interpretativa, centram-se nas relações de poder, na cultura prisional e nos processos de ajustamento simbólico à instituição. Os seus modelos apoiam-se na observação empírica do comportamento e nas lógicas informais que regulam o quotidiano prisional. Por outro lado, as tipologias de Quay, McEwan, Megargee e Bohn inserem-se numa perspetiva mais psicológica, clínica e estatística, orientada para a classificação de perfis comportamentais e psicopatológicos, com vista à gestão do risco institucional e à definição de estratégias de intervenção diferenciadas.

Também os critérios de categorização variam significativamente. Enquanto Goffman, Garabedian e Quay recorrem a indicadores comportamentais e relacionais, observáveis no contexto da prisão, Megargee e Bohn utilizam instrumentos clínicos padronizados, como o MMPI, para identificar traços de personalidade associados a distintos níveis de

risco. Já McEwan estrutura a sua classificação com base em variáveis sociodemográficas, criminais e institucionais, evidenciando a influência das trajetórias individuais no modo como os reclusos se ajustam ao ambiente prisional.

No contexto em questão, Gonçalves (2008), com base num estudo realizado entre 1988 e 1990, analisou como os reclusos se adaptam ao meio prisional, observando a experiência diretamente no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira. Apresentou uma tipologia quadripartida dos reclusos, categorizando-os em bem-adaptados, mal-adaptados, sobre adaptados e inadaptados.

Os reclusos bem-adaptados são, em regra, indivíduos que cumprem pena por crimes esporádicos, como homicídios, ofensas corporais graves ou violação. Geralmente, são delinquentes primários, que não possuem um estilo de vida marcado pela criminalidade ou pela delinquência, apresentando uma média etária ligeiramente superior aos 30 anos. Estes reclusos, normalmente, não se envolvem em problemas disciplinares, o que lhes permite usufruir de medidas mais flexíveis durante o cumprimento da pena. O seu comportamento adaptativo tende a ser caracterizado por fenómenos de despersonalização, resistência ativa ou passiva às normas estabelecidas, tentativas de obter vantagens do sistema prisional e/ou a adoção de um papel colaborante e submisso (Cunha, 2008, pp. 7-32). De maneira geral, estes indivíduos conseguem uma integração satisfatória no ambiente prisional, mantendo uma orientação para o exterior da prisão (Cunha, 2008, pp. 7-32; Gonçalves, 2008).

Os reclusos mal-adaptados, com uma média de idade de cerca de 29 anos, distinguem-se por apresentarem um comportamento problemático durante o cumprimento da pena, adotando posturas agressivas e estando sujeitos a diversas sanções disciplinares. Conforme Gonçalves (2008), este grupo adota um estilo de vida prisional que frequentemente tenta contornar as normas internas, estando, assim, mais focados no interior da prisão e nos valores da cultura carcerária. Este grupo pode ser classificado como pertencente à categoria “Alfa” de Quay (1984).

Os reclusos sobre adaptados, com idades superiores a 35 anos, caracterizam-se por dificuldades em antecipar ou manter uma vida fora do estabelecimento prisional, após o cumprimento da sua pena. Embora não representem um grande risco para a sociedade nem sejam considerados "perigosos", tendem a reincidir no crime como uma forma de regressar ao sistema prisional. Gonçalves (2008) observa que estes reclusos apresentam

dificuldades em visualizar uma vida fora da prisão, onde as suas ações não são determinadas por regras externas. O autor acrescenta que “parecem preferir o ambiente totalitário da prisão, onde todas as atividades são regidas por outrem e onde a vida se resume a um grande relógio...” (Gonçalves, 2008, p. 238). Em liberdade, não se sentem capacitados para gerir as suas próprias vidas e encontram na reincidência uma estratégia para regressar ao sistema prisional. Este grupo é geralmente composto por pessoas com um historial criminal variado, especialmente no que se refere a crimes contra a propriedade. Normalmente, são reclusos exemplares, que não enfrentam grandes problemas disciplinares ou sanções. Correspondem à categoria “Betas I” na tipologia de Quay (1984), estando orientados para o interior da prisão, a fim de maximizar os ganhos secundários possíveis (Gonçalves, 2008).

Por último, os reclusos inadaptados, com idades geralmente mais jovens, têm um percurso criminal caracterizado por uma maior diversidade de delitos (não existindo um padrão específico para este grupo) e por um maior envolvimento com o consumo de substâncias. No que diz respeito à recidiva, este grupo pode ser composto tanto por primários como por reincidentes. A principal característica é a sua incapacidade generalizada de se ajustar às normas do ambiente prisional. São os reclusos que mais frequentemente desenvolvem "patologias de adaptação", como stress prisional, comportamentos autodestrutivos e isolamento social, o que dificulta a sua integração no sistema prisional (Gonçalves, 2008). Relativamente às punições disciplinares, este grupo pode ter sido alvo de castigos ao longo da sua pena, ou nunca ter enfrentado sanções disciplinares. Outra característica marcante é a sua dificuldade em se adaptar à vida prisional de uma forma global, sendo altamente sensíveis ao ambiente carcerário, ao espaço, ao ritmo imposto pela prisão, aos ruídos e cheiros que a caracterizam (Gonçalves, 2008, p. 242). O mesmo autor refere ainda que a inadaptação se manifesta principalmente por meio de queixas interpessoais, distúrbios psíquicos e/ou psicossomáticos, isolamento, formas distorcidas de comunicação, surtos de cólera, automutilação, greves de fome e, em casos extremos, suicídio. Este grupo é o mais vitimizado dentro da população prisional e corresponde à categoria “Betas II” da tipologia de Quay (1984). Não costumam procurar oportunidades de formação ou trabalho no interior da prisão, e a “fuga para a doença” — ou seja, queixas de saúde para evitar a convivência carcerária — também não é frequente (Gonçalves, 2008). Estes indivíduos demonstram uma particular vulnerabilidade à degradação física e moral provocada pelo stress prisional (Moreira, 2008).

4. Fatores que influenciam a adaptação ao contexto prisional

A adaptação ao ambiente prisional constitui um fenómeno multidimensional, influenciado por diversos aspetos, incluindo características individuais, bem como aspetos sociodemográficos, relacionais e institucionais que podem impactar tanto a experiência diária na prisão, quanto o ajuste psicológico dos indivíduos (Fedock, 2017, pp. 1-12; Ferreira, Novais & Santos, 2010, pp. 209-242; Gover, Jennings & Pérez, 2008, pp. 378- 403). Assim, torna-se essencial considerar tanto os fatores ligados ao recluso, quanto os relacionados à estrutura do sistema prisional, a fim de compreender de forma mais abrangente as dificuldades do encarceramento e desenvolver estratégias que minimizem os seus efeitos negativos, quer durante a permanência no estabelecimento prisional, quer no momento do regresso à sociedade (Fedock, 2017, pp. 1-12).

Entre os fatores intrínsecos ao indivíduo, destacam-se as características de personalidade, o nível de autocontrolo, os padrões comportamentais prévios e as crenças pessoais (Ferreira, Novais e Santos, 2010, pp. 209-242). A capacidade de regular os seus próprios comportamentos, emoções e impulsos, especialmente num ambiente altamente estruturado e controlado como a prisão surge como um indicador significativo da probabilidade de futuras infrações dentro da prisão, uma vez que a impulsividade pode representar um forte preditor de condutas inadequadas no contexto prisional (Dirkzwager, et al., 2014, pp. 921- 942; Gover, Jennings & Pérez, 2008, pp. 378- 403).

No plano sociodemográfico, variáveis como o estado civil, o género, a idade, a etnia e o estatuto socioeconómico exercem influência significativa no ajustamento à vida prisional (Aborisade & Fayemi, 2016, pp. 1- 14; Gover, Jennings & Pérez, 2008, pp. 378- 403). No que se refere ao estado civil, Amado, Novo, Pereira & Vasquez (2017, pp. 113- 128) argumentam que os reclusos casados tendem a apresentar maior estabilidade emocional e um melhor nível de adaptação, em contraste com os solteiros. A idade mostra-se igualmente relevante: os mais jovens revelam comportamentos mais disruptivos, associados à menor capacidade de controlo (Andrés-Pueyo, Arbach-Lucioni & Martinez-García, 2012, pp. 1219-1239; Butler, Ellison & Steiner, 2014, pp. 462- 470; Cunningham, Kuanliang & Sorensen, 2008, pp. 1186-1200). As disparidades étnico-raciais também afetam o processo adaptativo, sobretudo quando o indivíduo pertence a uma minoria dentro do espaço prisional. Um estudo conduzido por Kruttschnitt & Vuolo (2008, pp. 307-336) revelou que a etnia desempenha um papel determinante no processo de adaptação das reclusas ao ambiente prisional. Os resultados indicaram que indivíduos

de origem latina, negra e outras demonstravam maior facilidade de adaptação em comparação com reclusas de etnia caucásica. Segundo os autores, essa diferença pode ser atribuída à menor familiaridade dos reclusos de ascendência europeia com as minorias étnicas, tornando-os, nesse contexto, uma minoria dentro da população carcerária, o que dificulta o seu processo de adaptação. No que se refere ao estatuto socioeconómico, constata-se que a maioria dos reclusos pertence a estratos socioeconómicos desfavorecidos, marcados por dificuldades financeiras e exclusão social (Coloma, Pérez & Salaberría, 2018, pp. 117- 130; Larrota, Rojas & Sánchez, 2016, pp. 51-64), fatores que se associam não só à génese do comportamento criminal (Gomes & Silva, 2014), mas também a uma maior probabilidade de cometer infrações durante a pena (Butler, Ellison & Steiner, 2014. pp. 462-470). Relativamente ao género, os homens enfrentam maiores dificuldades de adaptação ao contexto prisional em comparação com as mulheres (Freiburger, Hilinski-Rosick & Marcum, 2014, pp. 284-303). Embora as mulheres reclusas apresentem um maior número de infrações, estas são, em geral, de menor gravidade, sendo esta diferença atribuída, em parte, à maior resistência dos homens à autoridade e ao cumprimento das normas e regulamentos da instituição prisional.

A experiência prévia ao encarceramento e as experiências traumáticas- como a pobreza, a violência familiar e a negligência- aumentam a vulnerabilidade ao stress prisional e às dificuldades de integração (Bales, et al. 2015, pp. 510-520).

Sob a perspetiva relacional, o apoio social, e em particular o apoio familiar, desempenha, um papel crucial na forma como os reclusos vivenciam o processo de encarceramento (Asberg & Renk, 2012, pp. 59-84; Chen, Lai & Lin, 2014, pp. 7-29; Ferreira, Novais & Santos, 2010, pp. 209-242). Indivíduos com um suporte social consistente tendem a apresentar menos comportamentos disfuncionais, sendo este um indicativo de melhor adaptação (Dirzwager et al., 2014, pp. 921-942). Um ambiente familiar coeso está associado a melhores indicadores de saúde mental e bem-estar emocional (Abade, Furtado, Silva & Souza, 2011, pp. 254-259; Assis, Constantino & Pinto, 2016, pp. 2089-2099; Cotton et al., 2016, pp. 3-20), enquanto vínculos frágeis, ausência da figura paterna e histórico de violência física ou psicológica dificultam a adaptação e aumentam o risco de desenvolvimento de perturbações emocionais, bem como de reincidência criminal (Amado et al., 2017, pp. 113-128; Casares-López et al., 2011, pp. 135-144; Mowen & Visher, 2015, pp. 337-359). A rede de apoio social, nomeadamente os laços familiares, constitui um dos principais fatores protetores na

adaptação à prisão. Reclusos com suporte emocional contínuo tendem a apresentar maior estabilidade psicológica, menor envolvimento em conflitos e maior adesão a comportamentos pró-sociais (Ferreira, Novais & Santos, 2010; Clone & DeHart, 2014). A qualidade das relações familiares, tanto antes como durante o encarceramento, influencia a percepção de pertença e esperança no futuro, sendo determinante para o sucesso da reinserção social. Neste contexto, as visitas regulares e o manter dos vínculos afetivos são fundamentais para mitigar os efeitos da rutura institucional, reforçar o sentimento de pertença e facilitar a reintegração social (Meyers et al., 2017, pp. 57-67).

A privação ocupacional, inerente ao contexto prisional, constitui outro elemento crítico. A interrupção abrupta de rotinas produtivas e a ausência de papéis significativos afetam a identidade e o equilíbrio psicológico dos reclusos. A participação em atividades laborais, educativas ou recreativas dentro da prisão pode atenuar este impacto, sobretudo quando existe correspondência com interesses pessoais e experiências anteriores (Bernardo et al., 2010). Contudo, o acesso a estas oportunidades nem sempre é equitativo, sendo muitas vezes condicionado por critérios institucionais e pela própria organização prisional. Deste modo, no ambiente prisional, o recluso é obrigado a assumir novos papéis e a adotar rotinas distintas das que lhe eram familiares, estabelecendo novas prioridades e objetivos para garantir o seu equilíbrio emocional e psicológico (Bernardo, Coelho, Portugal & Rocha, 2010, pp. 1-8).

Paralelamente, fatores institucionais assumem um papel estruturante na forma como o recluso vivencia a prisão. Elementos como a sobrelotação, a qualidade das instalações, a disponibilidade de serviços, a gestão das relações interpessoais e o posicionamento dos profissionais de justiça influenciam diretamente a experiência do encarceramento (Gonçalves & Gonçalves, 2012). Um ambiente prisional mais humanizado e com práticas de acolhimento eficazes facilita o ajustamento, enquanto contextos marcados por violência, negligência ou rigidez normativa tendem a agravar o mal-estar psicológico e a resistência às normas institucionais (Haney, 2012).

Em síntese, ainda que este estudo se centre na adaptação ao contexto prisional, importa sublinhar que este processo possui implicações diretas na reinserção social dos reclusos. Na visão de Ferreira, Novais e Santos (2010, pp. 209-242), o modo como o recluso se ajusta ao ambiente prisional está diretamente ligado à sua visão sobre o futuro após o cumprimento da pena, incluindo a percepção que tem da sua reinserção social e da recuperação da sua liberdade. A forma como a pessoa experiencia o confinamento

repercute-se não só no seu comportamento intramuros, mas também nas suas expectativas de reinserção e na construção de uma nova identidade pós-encarceramento (Canda, Java & Loredó-Abujo, 2015).

5. As mulheres reclusas no sistema prisional: um olhar sobre a evolução

De acordo com os dados da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) de 2024, Portugal conta com um total de 12.360 reclusos, dos quais 904 são mulheres, representando cerca de 7,3 % da população prisional no país.

Dentre estas, 656 são de nacionalidade portuguesa (72,6 %), enquanto 248 são de nacionalidade estrangeira (27,4 %). Importa destacar que a condição de estrangeira não implica, necessariamente, que estas mulheres sejam imigrantes residentes em Portugal. Na verdade, de acordo com os mesmos dados, a maior parte das mulheres reclusas estrangeiras não reside em território nacional. A DGRSP ainda não publicou os dados de 2024 relativos à residência. O último ponto oficial divulgado é relativo a 2023, ano em que, das 228 mulheres estrangeiras detidas, apenas 78 (34,2%) tinham residência em Portugal, ao passo que 150 (65,8%) residiam no estrangeiro.

No Estabelecimento Prisional Feminino de Santa Cruz do Bispo, cuja capacidade máxima é de 354 mulheres, encontravam-se, à data da recolha destes dados, em abril de 2025, 337 mulheres reclusas alojadas, das quais 64 de nacionalidade estrangeira, o que corresponde a 18,1% da população prisional desse estabelecimento. Comparativamente aos dados nacionais, a proporção de mulheres estrangeiras reclusas no EP de Santa Cruz do Bispo (feminino) é ligeiramente superior, o que pode refletir a centralização deste tipo de população reclusa em determinados estabelecimentos prisionais.

De acordo com um estudo conduzido por Esteves (2024), o principal crime que conduz as mulheres estrangeiras ao cumprimento de penas em estabelecimentos prisionais portugueses está associado ao tráfico de estupefacientes. Os dados da DGRSP referentes a 2023 indicam que, entre as mulheres estrangeiras condenadas, 97 foram sentenciadas por tráfico de droga. Muitas são detidas enquanto transportam substâncias ilícitas, desempenhando o papel de intermediárias no tráfico internacional. Estas mulheres são frequentemente denominadas como "mulas" ou "correios de droga"(Gomes & Granja, 2015, pp. 76-78).

Ainda segundo o mesmo estudo, na grande maioria, as mulheres estrangeiras reclusas em Portugal encontram-se na faixa etária de 19 aos 29 anos. Só a partir dos 30 anos é que o número de mulheres reclusas portuguesas ultrapassa significativamente o das estrangeiras, sendo mais do dobro. Para além de se tratar maioritariamente de mulheres jovens, os dados de 2023 revelam uma expressiva predominância de cidadãs brasileiras: das 228 mulheres estrangeiras presas em Portugal, 154 (67,5%) têm nacionalidade brasileira.

Conforme argumenta Cunha (1994), as mulheres são frequentemente vistas como duplamente desviantes, pois não só transgridem a lei, como também desafiam os papéis de género preestabelecidos pela sociedade. Nesse sentido, autores feministas defendem que, devido a essa condição de duplo desvio, as mulheres acabam por ser duplamente punidas (Matos, 2008). Embora representem uma minoria da população carcerária, é possível observar, nos últimos anos, um aumento significativo no número de mulheres reclusas nos estabelecimentos prisionais (Matos & Machado, 2007, pp. 1041-1054).

6. Necessidades específicas das mulheres no sistema prisional

Durante o período de reclusão, as mulheres privadas de liberdade enfrentam múltiplos problemas associados à adaptação ao ambiente prisional, à estigmatização e aos conflitos que, por vezes, ocorrem com os guardas e outros profissionais dos estabelecimentos prisionais. Acrescem ainda as dificuldades inerentes à cultura institucional e ao ambiente específico dessas instituições (Nakato, 2017, pp. 68-70). Neste enquadramento, a investigação sobre a forma como as mulheres reclusas interpretam os seus processos de adaptação assume particular relevância.

A investigação sobre o encarceramento feminino tem sido, tradicionalmente, abordada sob uma ótica comparativa com o sistema prisional masculino, adotando este último como principal referência (Almeda, 2003; Azaola, 2007, pp. 67-82; Cunha, 1994). No entanto, este paradigma tem evoluído progressivamente com a consolidação das abordagens feministas na criminologia, que enfatizam a necessidade de estudos focados nas especificidades de género. Essas novas perspetivas metodológicas têm permitido uma maior visibilidade das experiências e particularidades enfrentadas pelas mulheres no contexto prisional, aspetos anteriormente negligenciados, assim como as diversas

situações de desigualdade associadas ao seu encarceramento (Matos & Machado, 2004, pp. 313-332; Quiroga-Carrilo, et al., 2024).

Apesar dos avanços teóricos, a realidade prisional continua a ser amplamente estruturada com base nas necessidades dos reclusos do sexo masculino, desconsiderando aspetos fundamentais da população feminina encarcerada (Atabay, 2008, pp. 25-27). Esta inadequação manifesta-se em várias áreas, refletindo-se na desigualdade no acesso à justiça, no historial de vitimização, nos cuidados de saúde específicos, nas condições de segurança e na preservação dos laços familiares (Atabay, 2008, pp. 25-27).

6.1. Acesso à justiça

O acesso à justiça por parte das mulheres reclusas configura-se como uma necessidade específica no âmbito do sistema prisional, assumindo-se como um elemento crucial para garantir a igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas, independentemente do seu género ou condição de privação de liberdade. Embora o direito à justiça seja um princípio fundamental consagrado no artigo 20º da CRP, as mulheres encarceradas enfrentam, frequentemente, barreiras únicas e agravantes que dificultam o exercício pleno deste direito.

Um estudo realizado por Costa Rodrigues, Andrade, Gonçalves, Cruz & Cunha (2022), desenvolvido com mulheres reclusas em instituições do norte de Portugal, combina dados quantitativos e perceções subjetivas sobre o funcionamento do sistema penal. Os resultados evidenciam que muitas dessas mulheres sentem dificuldades em aceder e interpretar os mecanismos legais, sublinhando a necessidade de respostas adaptadas ao género no contacto com o sistema de justiça.

No que concerne ao acesso à justiça, uma parte significativa das mulheres privadas de liberdade provêm de contextos socioeconómicos vulneráveis, onde a escolarização feminina é escassa e o papel da mulher na sociedade é fortemente influenciado por normas culturais, religiosas e estereótipos de género. Como resultado, muitas dessas mulheres não possuem meios financeiros para contratar representação legal adequada e, frequentemente, desconhecem os seus direitos. Muitas mulheres no sistema prisional não têm acesso a aconselhamento jurídico especializado e não possuem uma compreensão clara dos seus direitos e do funcionamento do processo judicial. Esta situação de

fragilidade torna-se ainda mais evidente quando são induzidas a assinar documentos sem plena compreensão do seu teor (Atabay, 2008, pp. 7-8).

Relativamente à falta de representação legal especializada, o acesso a advogados especializados em questões femininas, como violência doméstica, abusos sexuais e direitos das mulheres é limitado em muitas instituições prisionais. A inexistência de advogados especializados neste tipo de questões pode resultar em julgamentos injustos, nos quais não são devidamente consideradas as condições de vitimização que muitas dessas mulheres enfrentaram antes de serem presas (Cunha, 2012, p. 55).

Adicionalmente, a avaliação do comportamento das mulheres no meio prisional revela uma incidência superior de infrações disciplinares em comparação com os homens (Pollock, 2002; Almeda, 2003, citado por Fonseca, 2008, pp. 27-28). Contudo, a quantidade expressiva de processos disciplinares e sanções não implica, necessariamente, uma maior indisciplina por parte das mulheres. Pelo contrário, essa disparidade pode ser explicada por uma abordagem mais rigorosa do sistema prisional face ao comportamento feminino, penalizando condutas que, quando praticadas por reclusos do sexo masculino, não resultariam em punição, evidenciando, assim, uma diferenciação de tratamento com base no género (Moledo, Quiroga-Carrilo & Otero, 2023, pp. 2-3).

Portanto, é evidente que o acesso à justiça das mulheres reclusas enfrenta múltiplas barreiras, que vão desde a falta de representação legal até a discriminação e marginalização dentro do próprio sistema penal.

6.2. Historial de vitimização

No que diz respeito ao historial de vitimização das mulheres reclusas, é fundamental destacar que estas são particularmente vulneráveis a situações de violência doméstica e abusos sexuais, fatores que podem influenciar de forma significativa a sua adaptação ao ambiente prisional. A exposição prévia a essas experiências traumáticas reflete-se no comportamento, saúde mental e capacidade de reabilitação destas mulheres (Atabay, 2008).

Adicionalmente, o afastamento da família constitui um fator de sofrimento psicológico, muitas vezes difícil de suportar. A perda de apoio familiar tende a agravar o

estado emocional e psicológico das mulheres privadas de liberdade, gerando sentimentos de isolamento. Como observa Atabay (2008, pp. 8-10), a insegurança no ambiente prisional, especialmente sob supervisão masculina ou perante o risco de novos episódios de violência, intensifica ainda mais os impactos negativos sobre a saúde mental feminina. Este contexto cria um ciclo de sofrimento que dificulta o processo de adaptação e reabilitação no meio prisional. O impacto psicológico de um historial de vitimização pode ser, de facto, devastador para as mulheres. Muitas apresentam problemas graves de saúde mental, como depressão, ansiedade e transtornos de personalidade, frequentemente exacerbados pelos traumas vivenciados ao longo da vida. Nesse sentido, é fundamental que as prisões reconheçam o passado traumático destas mulheres para que possam ser implementadas estratégias de apoio psicológico adequadas. A ausência de reconhecimento deste historial pode contribuir para a reincidência criminal, uma vez que o tratamento inadequado das questões emocionais e psicológicas pode perpetuar o ciclo de violência e delinquência.

Além disso, muitas mulheres reclusas enfrentam situações de revitimização no sistema prisional, como abusos por parte de outros reclusos ou do pessoal penitenciário, o que pode agravar traumas anteriores (Almeda, 2005; Pollock, 2002). Estudos demonstram ainda que uma parte significativa das mulheres encarceradas possui histórico de violência, abuso sexual ou trauma doméstico, fatores que frequentemente influenciam comportamentos de autoproteção e dificultam a adaptação ao meio prisional (Haney, 2003; Pollock, 2002).

Em suma, de acordo com estes estudos, a consideração do histórico de vitimização das mulheres reclusas não só é essencial para garantir uma adaptação mais eficaz ao ambiente prisional, mas também para prevenir a reincidência criminal e proporcionar uma recuperação emocional e psicológica adequada.

6.3. Cuidados de saúde específicos

No âmbito dos cuidados de saúde específicos de género, as mulheres apresentam necessidades médicas mais amplas do que os homens. Se a população reclusa, no geral, já se caracteriza por um estado de saúde mais frágil do que a população em geral, as mulheres privadas de liberdade evidenciam um estado ainda mais debilitado — quer em

comparação com a população feminina em geral, quer com a população reclusa masculina.

Além disso, as mulheres enfrentam problemas de saúde particulares que exigem cuidados mais frequentes e, muitas vezes, especializados (Wright, Van Voorhis, Salisbury, & Bauman, 2012). Estas necessidades estão associadas a múltiplos fatores com impacto negativo na saúde, tais como a vulnerabilidade sociodemográfica (Freudenberg, Moseley, Labriola, Daniels, & Murrill, 2007), histórias de abuso na infância e ao longo da vida (Alves, Dutra, & Maia, 2013; Messina & Grella, 2006), elevada prevalência de comportamentos de risco (Shah, Plugge, & Douglas, 2011) e ausência ou ineficácia de contacto prévio com serviços de saúde.

Segundo Atabay (2008, pp. 10-14), no meio prisional, o acesso a serviços de saúde é extremamente restrito, situação particularmente preocupante no caso de mulheres grávidas ou com filhos, que requerem assistência médica especializada e eficaz. A precariedade destes serviços, aliada à escassez de recursos humanos e financeiros, compromete significativamente a qualidade do atendimento prestado às mulheres reclusas. A maternidade no contexto prisional apresenta adversidades específicas: a maioria das mulheres privadas de liberdade são mães, e a preocupação com a guarda e o bem-estar dos filhos revela-se mais intensa do que entre os homens encarcerados, influenciando a vivência prisional (Almeda, 2005, pp. 193-195). A impossibilidade de exercer o papel de cuidadora durante a detenção gera frequentemente sentimentos de angústia e frustração (Almeda, 2003). Para Almeda (2005, pp. 193-195), esta é uma das dimensões em que a experiência prisional mais se distingue entre géneros, constituindo a maternidade um dos maiores obstáculos para as mulheres reclusas.

Além dos problemas físicos, estas mulheres enfrentam um aumento significativo de transtornos de saúde mental, frequentemente exacerbados por experiências prévias de vitimização, abuso sexual e violência doméstica (Karlsson & Murray, 2020). Pesquisas demonstram que a exposição a traumas anteriores não apenas aumenta a vulnerabilidade a transtornos mentais, mas também influencia negativamente a adaptação das mulheres ao sistema prisional (Green, Miranda, Daroowalla, & Siddique, 2005).

Em consonância com estas observações, uma revisão sistemática e meta-análise recente publicada na “*The Lancet Public Health*”, em fevereiro de 2025, oferece uma perspetiva global atualizada sobre a prevalência de doenças mentais graves em contextos

prisionais. Este estudo, que integrou dados provenientes de 43 países e incluiu dezenas de milhares de participantes, estimou prevalências significativas de depressão, psicoses e perturbações do espectro bipolar entre a população reclusa. Embora os resultados não sejam estratificados por género, a elevada carga global de morbilidade mental identificada fornece um quadro comparativo robusto, sugerindo que o risco acrescido de doença mental documentado nas reclusas portuguesas se insere numa tendência internacional (Emilian, Al-Juffali & Fazel, 2025).

Para compreender a complexidade destes problemas de saúde mental, é indispensável analisá-los à luz das condições estruturais e organizacionais do próprio sistema prisional. O modo como os cuidados de saúde são disponibilizados, os recursos humanos existentes e a articulação com o Serviço Nacional de Saúde (SNS) influenciam diretamente a deteção precoce, o tratamento e o acompanhamento das mulheres reclusas com perturbações psicológicas ou outras doenças. Nas prisões portuguesas, o acesso e a organização dos cuidados de saúde enfrentam desafios estruturais e operacionais que decorrem da separação institucional entre o sistema prisional e o Serviço Nacional de Saúde (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2023). Ainda que Portugal esteja entre os Estados-membros da OMS na Europa que asseguram assistência prisional pelo SNS em condições equiparáveis às da população geral, persiste um declive significativo entre a legislação e a sua aplicação concreta. Um relatório recente sublinha a insuficiência de profissionais de saúde nas cadeias nacionais, em particular de psiquiatras, apesar de os trâmites clínicos de entrada serem obrigatórios — avaliação por enfermeiro em 24 horas e por médico em 72 horas (Medscape, 2025).

Em contextos internacionais, a revisão sistemática de Mehta, Abubasheer, Drake & Padukka (2024) identifica que as mulheres refugiadas e migrantes descrevem uma realidade marcada por um acesso restrito, inadequação cultural e desconfiança institucional. Em vários estudos analisados, as participantes relataram que as barreiras linguísticas dificultavam a comunicação com os profissionais de saúde e comprometiam a compreensão de diagnósticos, prescrições e procedimentos (Mehta et al., 2024). Esta limitação não apenas atrasava o início de tratamentos como também contribuía para sentimentos de frustração e isolamento. Outro elemento amplamente referido foi a falta de sensibilidade cultural e de género na prestação de cuidados, particularmente em áreas como a saúde reprodutiva, ginecológica e mental. Os serviços eram frequentemente estruturados segundo modelos uniformes, sem consideração pelas experiências prévias

destas mulheres, que muitas vezes incluíam histórias de violência sexual, perseguição ou trauma em contexto migratório (Mehta et al., 2024). Tal desajuste levava, em alguns casos, à retração no pedido de ajuda e ao agravamento de sintomas de depressão, ansiedade e perturbação pós-traumática. A revisão também evidencia que a desconfiança face ao sistema de saúde prisional é alimentada pela percepção de que os profissionais estão estreitamente associados à administração penitenciária ou aos serviços de imigração. Essa percepção gerava receios de que informações clínicas pudessem ter consequências legais ou repercussões negativas no estatuto migratório das reclusas. Como resultado, algumas optavam por ocultar sintomas ou evitavam procurar cuidados, mesmo em situações de necessidade evidente (Mehta et al., 2024).

Apesar deste quadro predominantemente negativo, a revisão regista exemplos pontuais de experiências positivas, geralmente associados à presença de profissionais com competência cultural e à existência de parcerias com organizações não governamentais ou mediadores interculturais. Nessas situações, as mulheres referiam sentir-se mais ouvidas, respeitadas e seguras, o que favorecia a adesão aos tratamentos e o estabelecimento de relações terapêuticas mais estáveis (Mehta et al., 2024).

No conjunto, estes dados sugerem que a inadequação dos cuidados de saúde para mulheres refugiadas e migrantes em contexto prisional não decorre apenas de limitações clínicas ou logísticas, mas reflete desigualdades institucionais e estruturais interligadas com o género, estatuto migratório, raça e classe social (Mehta et al., 2024).

Estas conclusões, ainda que resultantes de estudos conduzidos em diferentes contextos internacionais, apresentam paralelismos claros com a realidade portuguesa, onde investigações nacionais têm igualmente identificado constrangimentos no acesso a cuidados de saúde para mulheres reclusas, incluindo escassez de profissionais especializados, barreiras na articulação com o SNS e insuficiente adaptação cultural e de género dos serviços. Tal como evidenciado na revisão de Mehta et al. (2024), estas barreiras não se limitam a problemas operacionais, mas refletem desigualdades estruturais que se manifestam de forma transversal, afetando especialmente grupos em situação de maior vulnerabilidade social e institucional, como as mulheres migrantes, refugiadas ou pertencentes a minorias étnicas.

6.4. Segurança no sistema prisional

Embora a segurança seja uma prioridade em qualquer contexto prisional, as mulheres reclusas têm necessidades distintas que exigem um enfoque diferenciado, uma vez que, devido às dinâmicas de gênero, a segurança no sistema prisional feminino envolve dificuldades específicas, como a prevenção de abusos sexuais, agressões físicas e violência psicológica, além da criação de um ambiente seguro para a sua reabilitação e bem-estar.

Um dos principais problemas na segurança das mulheres reclusas é o risco de abuso sexual, que pode resultar na perpetuação de traumas psicológicos e emocionais que dificultam o processo de reabilitação. A presença de vigilância masculina nas instalações prisionais femininas, sem os devidos protocolos de segurança, aumenta ainda mais essa vulnerabilidade. Estudos demonstram que a segurança psicológica das mulheres também é comprometida quando há a possibilidade de agressões sexuais, seja por parte de outros reclusos ou dos próprios funcionários da prisão, o que reforça a necessidade de uma vigilância adaptada às especificidades de gênero (Atabay, 2008, pp. 58-59).

A segurança no sistema prisional, por vezes, é insuficiente. Frequentemente, registam-se condutas abusivas por parte dos agentes penitenciários, comprometendo a integridade das mulheres reclusas. As Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Prisioneiros determinam que a supervisão de unidades prisionais femininas deve ser conduzida exclusivamente por agentes do sexo feminino. No entanto, essa diretriz nem sempre é observada, aumentando o risco de violações dos direitos das reclusas e perpetuando um ambiente de insegurança institucional (Atabay, 2008, pp. 14-15). A diferenciação de tratamento entre homens e mulheres nas prisões pode resultar numa insegurança adicional para as mulheres, uma vez que estas costumam ser uma minoria nas unidades prisionais, o que pode gerar situações de vulnerabilidade em termos de segurança.

No contexto europeu, Quiroga-Carrilo et al., (2024, p. 12) analisaram a percepção de discriminação de gênero no sistema prisional espanhol, revelando que as infraestruturas e as políticas penitenciárias permanecem concebidas a partir de um modelo masculino, desconsiderando as necessidades específicas das mulheres. O estudo evidencia a escassez de profissionais do sexo feminino, a ausência de protocolos adaptados ao gênero e a

desigualdade no acesso a programas de reabilitação e oportunidades de trabalho, o que perpetua um ambiente de insegurança física e psicológica.

Em Portugal, Costa da Silva (2024), através de um estudo etnográfico comparativo nas prisões de Tires e Santa Cruz do Bispo, introduziu o conceito de “carceralidade de género” para descrever como as rotinas institucionais e as estruturas de poder reproduzem desigualdades e limitam a autonomia das mulheres reclusas. A investigação demonstra que, embora a segurança seja frequentemente apontada como prioridade, a sua aplicação descontextualizada das realidades e necessidades femininas resulta na criação de novas vulnerabilidades, incluindo a exposição a abusos, a violência simbólica e o silenciamento das vítimas. A autora destaca ainda a insuficiência de profissionais femininos na vigilância, associada à ausência de protocolos específicos, como fatores determinantes para a perpetuação de um ambiente inseguro.

A dimensão empírica desta problemática foi explorada por Santos (2022), num estudo quantitativo sobre violência sexual em cinco estabelecimentos prisionais portugueses. Através de 170 questionários aplicados a reclusos, foram identificados três casos de violação envolvendo mulheres durante o cumprimento da pena. Embora a prevalência numérica seja reduzida, a autora alerta para a provável subnotificação decorrente do medo de represálias, da cultura de silêncio e da ausência de mecanismos seguros de denúncia.

Em conjunto, estes estudos demonstram que a segurança no contexto prisional feminino não deve ser entendida apenas como controlo e disciplina, mas como um direito fundamental que abrange a proteção física, psicológica e sexual.

6.5. Comunicação e vínculo com os familiares

Por fim, o contacto das mulheres reclusas com a família é frequentemente limitado, o que agrava o impacto psicológico do encarceramento. Devido ao reduzido número de estabelecimentos prisionais femininos, muitas mulheres reclusas são alojadas em locais distantes das suas residências, dificultando as visitas familiares. Esta distância física constitui um obstáculo significativo à manutenção de laços afetivos e de apoio social, essenciais à adaptação ao meio prisional (Atabay, 2008, pp. 15-17; Almeda, 2005, pp.190-195).

O contacto familiar assume especial relevância no caso das mulheres que são mães, uma vez que a separação dos filhos pode ser especialmente traumática. A perda do vínculo familiar pode intensificar sentimentos de solidão, culpa e ansiedade, comprometendo o seu processo de adaptação ao ambiente prisional. Para muitas, o contacto com a família é frequentemente visto como uma prioridade, refletindo um compromisso com a reconstrução desses laços durante o período de encarceramento. Este contacto torna-se, assim, um dos principais fatores de resiliência e bem-estar emocional. Além disso, o apoio familiar pode também contribuir para reduzir a reincidência criminal, na medida em que as mulheres se sentem mais motivadas a modificar o seu comportamento para se reintegrarem com sucesso na sociedade.

Em Portugal, Carmo (2022), conduziu um estudo qualitativo com 12 mulheres encarceradas nos estabelecimentos prisionais femininos de Tires e Santa Cruz do Bispo e constatou que o afastamento familiar é um fator crítico que agrava dificuldades emocionais, aumenta o risco de problemas de saúde mental e intensifica a vulnerabilidade psicológica. As participantes atribuíram às visitas um papel central na preservação de laços afetivos e na construção de esperança para a reinserção, ainda que apontassem barreiras logísticas e financeiras das famílias como principais impedimentos à sua regularidade.

De forma complementar, Machado (2024), através de um estudo quantitativo e qualitativo com 384 participantes, incluindo mulheres reclusas em EP de Santa Cruz do Bispo, Tires e Odemira, assim como reclusos homens de outras unidades, conclui que a perceção de apoio familiar está positivamente associada à perceção de visitas recebidas. Além disso, verificou que os maiores níveis de correlação e autocontrolo se correlacionam com as visitas mais regulares, sugerindo que o fortalecimento dos canais de comunicação entre as reclusas e a família pode não só melhorar o bem-estar emocional como também favorecer a adaptação institucional e reduzir o risco de reincidência.

Para promover um contacto mais regular entre as reclusas e os seus familiares, existem três principais meios de comunicação: a correspondência escrita, as chamadas telefónicas e as visitas presenciais (Granja, 2019, p.134).

A troca de cartas constitui uma opção acessível, dado o seu baixo custo, e permite que o ato de escrever e ler não esteja sujeito a horários pré-determinados. Este meio de comunicação desempenha um papel fundamental na manutenção do vínculo entre o

ambiente prisional e o contexto familiar. Para aqueles que não dispõem de recursos financeiros para realizar visitas ou efetuar chamadas telefônicas, a correspondência escrita assume uma relevância ainda maior, pois não só fortalece os laços afetivos, como também possibilita acompanhar o bem-estar dos filhos e a dinâmica familiar (Granja, 2019, pp. 134-137)

As chamadas telefônicas e, hoje, videochamadas representam, geralmente, o meio de contacto preferido pelas mulheres reclusas, uma vez que possibilitam uma comunicação mais imediata e frequente com os seus familiares. No entanto, este meio apresenta diversas limitações, nomeadamente os elevados custos das chamadas, a escassez de cabines telefônicas disponíveis, a dificuldade em gerir os horários para a realização das chamadas e as restrições organizacionais recentemente implementadas. Estas barreiras agravam as dificuldades no estabelecimento e a manutenção de relações significativas ao longo do período de encarceramento (Granja, 2019, pp. 137-139)

As visitas presenciais constituem um momento de grande importância para as mulheres reclusas, permitindo-lhes, ainda que temporariamente, distanciar-se do ambiente opressor e stressante da prisão. Este contacto direto com os familiares é fundamental para atenuar alguns dos aspetos mais negativos da reclusão, tais como a solidão, a monotonia e o tédio (Dixey & Woodall, 2012, citado por Granja, 2019). Apesar da sua relevância, as visitas enfrentam diversas limitações práticas. Entre os principais desafios destacam-se os custos associados ao transporte, a localização geográfica das prisões – frequentemente situadas a grandes distâncias das zonas urbanas onde residem as famílias – e o facto de vários familiares estarem detidos em estabelecimentos prisionais distintos e afastados entre si (Granja, 2019, pp. 139-141).

7. Mulheres estrangeiras reclusas no sistema prisional: necessidades específicas

Na secção anterior, foram analisadas as necessidades específicas das mulheres no processo de adaptação à prisão, destacando-se as adversidades particulares que marcam esta experiência. Contudo, dentro deste grupo, existem realidades mais específicas, como é o caso das mulheres estrangeiras. Em grande parte, as situações que envolvem mulheres estrangeiras detidas refletem o aliciamento associado ao tráfico internacional de drogas. Muitas dessas mulheres vivem em condições de extrema vulnerabilidade, como a pobreza, a falta de instrução, doenças ou a condição de mães solteiras e aceitam envolver-

se neste tipo de atividade criminosa em troca de valores ínfimos. Este grupo representa uma categoria particularmente fragilizada, cujas dificuldades de adaptação são ainda mais acentuadas. Para além das dificuldades gerais associadas à reclusão, enfrentam obstáculos adicionais, específicos à sua condição, tornando o seu processo de integração ainda mais complexo (Tomazoni, 2017; Proença, 2020, p. 442).

Através da análise de Barnoux & Wood (2013, p. 8), é possível identificar quatro obstáculos fundamentais enfrentados pelas mulheres reclusas estrangeiras no contexto prisional: a barreira linguística, a manutenção dos laços familiares, as questões associadas à imigração e o isolamento social. A estes fatores acresce o isolamento cultural, que reforça o sentimento de afastamento e dificulta a integração no meio prisional. Em conjunto, estes elementos intensificam de forma significativa as dificuldades que as mulheres reclusas estrangeiras enfrentam no processo de adaptação à reclusão.

7.1. Barreiras linguísticas

As barreiras linguísticas são frequentemente apontadas como o principal obstáculo enfrentado pelas mulheres reclusas estrangeiras, sendo a partir desse obstáculo que emergem muitas das dificuldades que serão abordadas neste segmento (Barnoux & Wood, 2013, p. 8).

No plano jurídico, a insuficiência dos serviços de tradução e a sua reduzida utilização, quando disponíveis, impede que muitas mulheres compreendam as informações transmitidas pelo pessoal penitenciário. Essa lacuna compromete o acesso efetivo a direitos processuais e à defesa, obrigando frequentemente as mulheres reclusas a assinar documentos sem plena compreensão ou a depender de outras internas para interpretação, o que prejudica a confidencialidade e pode gerar desinformação (Barnoux & Wood, 2013, pp.8-10).

No quotidiano prisional, a ausência de proficiência linguística dificulta o cumprimento de instruções simples, como as relativas ao uso de duches ou o acesso à cantina, resultando na privação de necessidades básicas (Barnoux & Wood, 2013, pp.8-10 & Proença, 2020, p. 442). Em Portugal, o estudo de caso realizado no EP de Izeda demonstrou que o domínio do português enquanto língua de acolhimento é determinante para a inclusão social e para a reintegração. Através das entrevistas, dos questionários e da análise documental, Gonçalves (2023) verificou que a ausência de competência

linguística gera uma “invisibilidade prática”, afastando as mulheres reclusas estrangeiras da participação nas atividades, limitando o acesso a direitos básicos e aumentando a vulnerabilidade a sanções disciplinares. Muitas relatam não compreender a fundamentação das decisões que lhes são aplicadas, ficando numa posição de desvantagem face às reclusas nacionais.

No plano social e psicológico, as barreiras linguísticas estão frequentemente associadas a problemas como o isolamento, questões de saúde mental e até comportamentos autolesivos. Uma grande parte das mulheres reclusas estrangeiras pode não conseguir criar uma relação com outras mulheres ou até mesmo com a equipa prisional, o que pode levar a um sentimento de exclusão e afetar o seu bem-estar emocional e mental.

O estudo realizado por Moreira (2011), com nove reclusas estrangeiras não residentes em Portugal, evidenciou que a falta de compreensão da língua portuguesa limita a perceção das regras internas e das decisões judiciais. A ausência de intérpretes e de tradução de documentos obriga muitas a depender de outras reclusas para interpretar informações relevantes, comprometendo a confidencialidade e podendo gerar desinformação. As participantes relataram dificuldades adicionais no acesso a serviços básicos, na comunicação com guardas e no entendimento de procedimentos médicos, agravando o sentimento de exclusão e desproteção. Moreira (2011) argumenta que a inexistência de respostas institucionais adequadas perpetua desigualdades no acesso à justiça e constitui uma falha grave no cumprimento de direitos humanos.

Em contexto internacional, Barnoux e Wood (2013), ao longo do seu estudo, reforçam que as barreiras linguísticas, a ausência de programas de aprendizagem da língua do país de reclusão e a falta de intérpretes qualificados são problemas recorrentes em sistemas prisionais internacionais, sendo Portugal um exemplo claro. As autoras alertam que estes obstáculos não se limitam a questões práticas, mas têm impacto direto no processo de reabilitação, no acesso a oportunidades formativas e na preparação para a reintegração social.

O alinhamento dos resultados destes estudos, mesmo em contextos distintos, confirma que as barreiras linguísticas não constituem apenas um problema pontual, mas antes um entrave estrutural do sistema prisional, com implicações jurídicas, sociais e psicológicas para as mulheres reclusas estrangeiras. A inexistência de respostas institucionais

adequadas perpetua desigualdades no acesso à justiça e compromete o cumprimento dos direitos humanos.

7.2. Manutenção dos laços familiares

A manutenção dos laços familiares no contexto prisional constitui um desafio substancial, com implicações diretas na saúde mental, no bem-estar e na reintegração das mulheres reclusas na sociedade após a sua libertação. Para as reclusas estrangeiras, essa questão é ainda mais complexa, dado que, na maioria das situações, as suas famílias residem noutros países e, frequentemente, enfrentam condições de vulnerabilidade económica, o que dificulta significativamente a possibilidade de deslocação até aos estabelecimentos prisionais para realizar visitas (Barnoux & Wood, 2013).

Embora existam algumas políticas destinadas a facilitar a preservação desses vínculos familiares, como visitas prolongadas para crianças ou libertações temporárias, essas medidas acabam por ser ineficazes para as mulheres reclusas estrangeiras, pois as suas famílias não conseguem deslocar-se até às prisões. As chamadas telefónicas poderiam representar uma alternativa útil, mas as mulheres reclusas enfrentam dificuldades económicas para cobrir o custo dessas chamadas, além de que os horários disponíveis para o uso do telefone raramente coincidem com o fuso horário das famílias, dificultando ainda mais o contacto (Barnoux & Wood, 2013, pp.10-12).

Em Portugal, Monteiro (2017), num estudo exploratório realizado no Estabelecimento Prisional de Tires, constatou que as mulheres reclusas estrangeiras têm visitas menos frequentes do que as nacionais, muitas vezes inexistentes durante todo o cumprimento da pena. As entrevistas revelaram que a ausência de contacto presencial com a família está associada a sentimentos de isolamento, tristeza e baixa autoestima, dificultando a adaptação ao meio prisional. O estudo também identificou que, embora as prisões disponibilizem meios alternativos de contacto, como telefone e correspondência, o custo elevado das chamadas internacionais e a incompatibilidade de horários reduzem substancialmente a sua utilização.

Resultados semelhantes foram obtidos por Figueiredo (2020) numa análise comparativa entre Brasil e Portugal. No caso português, a maioria das mulheres estrangeiras não recebe qualquer visita durante a pena, e as medidas previstas para favorecer o contacto familiar — como visitas íntimas, prolongadas ou saídas autorizadas

— beneficiam sobretudo mulheres nacionais ou residentes. Para as estrangeiras, a distância geográfica, a limitação financeira das famílias e a existência de barreiras burocráticas, como a necessidade de autorizações específicas para visitas vindas do estrangeiro, constituem obstáculos adicionais. Figueiredo (2020) sublinha que a rutura dos vínculos familiares compromete fortemente a reintegração social, aumentando a vulnerabilidade destas mulheres no período pós-prisional.

No plano internacional, Tomaszewska (2016), no contexto do sistema prisional britânico, realizou entrevistas a 12 mulheres estrangeiras e a profissionais prisionais e verificou que a ausência de contacto familiar regular é também um problema recorrente noutras jurisdições. As entrevistadas relataram dificuldades devido ao custo elevado das chamadas internacionais, à incompatibilidade de fusos horários, às barreiras linguísticas e à impossibilidade física de visitas. Algumas passaram anos sem ver os filhos, comunicando apenas por cartas ou raras chamadas. A falta de contacto foi associada a sentimentos de abandono, depressão e menor motivação para aderir a programas de reabilitação.

Além disso, as mulheres reclusas estrangeiras não têm vínculos familiares no país onde cumprem a pena, o que contribui para o seu isolamento, já que, sem condições financeiras para que os familiares se desloquem até à prisão, passam longos períodos sem receber visitas (Barnoux & Wood, 2013, pp. 10-12; Proença, 2020, p. 445). Essa situação é agravada pela escassez de bens essenciais fornecidos pelas instituições prisionais. Embora as prisões permitam o envio de kits com produtos de higiene, alimentação e vestuário, a distância geográfica das suas famílias impede que esses kits cheguem com regularidade. (Proença, 2020, pp. 445-446).

O conjunto destes estudos evidencia que as barreiras à manutenção dos laços familiares das mulheres reclusas estrangeiras não resultam apenas de fatores logísticos, mas também de limitações institucionais e económicas, que reforçam o isolamento e fragilizam o processo de reintegração.

7.3. Imigração e reinstalação

No que diz respeito à imigração a incerteza sobre o estatuto migratório constitui uma das principais preocupações das mulheres reclusas estrangeiras, especialmente devido às barreiras linguísticas, que frequentemente dificultam a compreensão dos processos

relacionados com a imigração (Barnoux & Wood, 2013, pp. 13-15). A ausência de apoio e de comunicação adequada por parte das autoridades, aliada à dificuldade em entender a linguagem técnica dos processos jurídicos, intensifica a ansiedade e limita a capacidade das mulheres detidas para exercer plenamente os seus direitos. Esta situação torna-se particularmente crítica quando surgem decisões de última hora, como a deportação. Para além das implicações práticas, existe ainda uma grande apreensão relativamente à forma como as infrações cometidas e a subsequente deportação serão percecionadas nas suas comunidades de origem, sobretudo em culturas onde a responsabilidade familiar e a honra assumem elevada importância, podendo a situação resultar em rejeição ou humilhação social (Smallbone, 2005).

A nível internacional, Barnoux e Wood (2013), no seu estudo sobre as necessidades específicas das pessoas reclusas estrangeiras no Reino Unido, identificaram que a incerteza quanto ao estatuto migratório é uma das principais fontes de stress psicológico. As entrevistadas relataram que a comunicação insuficiente por parte dos serviços de imigração e a ausência de apoio jurídico especializado dificultam o exercício de direitos, a preparação para a reintegração e a tomada de decisões informadas. A ameaça constante de deportação, frequentemente comunicada de forma súbita e com pouca possibilidade de recurso, agrava a sensação de impotência e vulnerabilidade.

Assim, demonstra-se que a imigração, no contexto prisional não é apenas um processo administrativo ou jurídico, mas sim uma experiência marcada por fatores emocionais, culturais e sociais. A falta de clareza nos processos, a ausência de comunicação adequada e o impacto social da deportação nas comunidades de origem convergem para reforçar a vulnerabilidade das mulheres estrangeiras, comprometendo tanto a sua saúde mental durante a reclusão como as perspetivas de reintegração após a libertação.

7.4. Isolamento social

O isolamento social constitui uma das principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres reclusas estrangeiras, refletindo não apenas uma barreira cultural, mas também uma exclusão estrutural que pode comprometer a sua saúde mental, a adaptação ao ambiente prisional e, a longo prazo, a sua reintegração na sociedade após o cumprimento da pena.

No contexto prisional, os cidadãos estrangeiros enfrentam diversas privações sociais e culturais. Conforme já abordado, a principal dificuldade reside na barreira linguística. A dificuldade de comunicação não se limita às interações quotidianas, comprometendo também a participação das mulheres reclusas nas atividades educativas, nos programas de reabilitação e até mesmo no acesso a serviços médicos e jurídicos. A escassez de tradutores, especialmente em unidades prisionais com um número significativo de estrangeiros, agrava essa questão, tornando a adaptação ao ambiente prisional ainda mais complexa. Como resultado, as mulheres reclusas estrangeiras acabam por se isolar, não apenas fisicamente, mas também emocionalmente, uma vez que as suas necessidades de comunicação não são adequadamente atendidas. A ausência de materiais de leitura e conteúdos audiovisuais em línguas compreendidas pelas mulheres estrangeiras, limita ainda mais as oportunidades de integração e acesso à informação (Barnoux & Wood, 2013, pp. 15-17)

Outro fator central e já mencionado várias vezes ao longo deste trabalho, é a distância geográfica das famílias. A impossibilidade de receber visitas regulares priva estas mulheres de um importante suporte emocional e social, intensificando sentimentos de solidão e reduzindo o sentido de pertença (Monteiro, 2017; Figueiredo, 2020).

A discriminação e a xenofobia constituem fatores adicionais que reforçam o isolamento. São vários os estudos que indicam que as mulheres estrangeiras reclusas em Portugal enfrentam discriminação racial e xenofobia tanto por parte de outras reclusas quanto de funcionários penitenciários. Um estudo realizado por Esposito et al., (2020) revela que as mulheres imigrantes em centros de detenção portugueses experienciam práticas discriminatórias, incluindo segregação e marginalização, que impactam negativamente a sua saúde mental e a adaptação ao ambiente prisional. Além disso, um relatório da Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI, 2023) destaca que as mulheres negras migrantes em Portugal enfrentam discriminação interseccional, afetando seu acesso a cuidados de saúde e outros serviços essenciais.

De acordo com Ribeiro e Mendes (2017), muitas mulheres, especialmente aquelas de etnia não europeia, enfrentam atitudes preconceituosas e estigmatizantes por parte de outras mulheres reclusas e, em alguns casos, de funcionários penitenciários. O racismo, a xenofobia e a exclusão social manifestam-se em diversas situações, como na segregação dessas mulheres em grupos menores ou na negação da sua participação em atividades sociais e educacionais (Ribeiro & Mendes, 2017, pp. 182-191)

A ausência de redes de apoio internas é outro elemento que aumenta a vulnerabilidade destas mulheres. Ao contrário das mulheres reclusas nacionais, que muitas vezes encontram conhecidas ou estabelecem rapidamente laços de confiança, as estrangeiras tendem a permanecer mais tempo isoladas, dificultando a criação de relações significativas.

O impacto psicológico do isolamento é profundo. Estudos indicam que a exclusão social prolongada pode desencadear sintomas de ansiedade, depressão e sentimentos de desamparo, bem como comportamentos de retraimento que dificultam a participação em programas de reabilitação e formação profissional (Barnoux & Wood, 2013; Proença, 2020).

Num contexto internacional, Barnoux & Wood (2013) analisaram as necessidades de reclusas estrangeiras no Reino Unido e concluíram que as barreiras linguísticas e culturais, aliadas à ausência de informação e de apoio institucional, geram um isolamento social e cultural significativo. Esta condição compromete não apenas a saúde mental, mas também as perspetivas de reintegração após o cumprimento da pena, mostrando que o fenómeno é transversal a diferentes sistemas prisionais.

Assim, o isolamento social das mulheres reclusas estrangeiras deve ser compreendido como um fenómeno multidimensional, enraizado em fatores linguísticos, culturais, geográficos e institucionais, cujas consequências se refletem tanto no período de reclusão como na vida após a libertação.

Capítulo II- Metodologia do estudo

1. Objetivos e questões de investigação

No panorama nacional, são poucos os estudos centrados exclusivamente em problemáticas relacionadas com mulheres estrangeiras detidas em estabelecimentos prisionais portugueses. A presente dissertação tem como objetivo principal compreender de que forma estas mulheres interpretam a sua experiência de reclusão num estabelecimento prisional em Portugal, considerando as suas necessidades específicas e os múltiplos fatores que influenciam a sua trajetória prisional. Trata-se de um estudo de cariz exploratório que procura, a partir das perspetivas e discursos das próprias mulheres reclusas, compreender os seus processos individuais de adaptação ao contexto prisional.

Para tal, recorreu-se à realização de entrevistas semiestruturadas a mulheres estrangeiras detidas, bem como à análise dos seus processos individuais. A escolha destas técnicas permite aceder a uma compreensão mais aprofundada das trajetórias pessoais das participantes e dos contextos que moldam as suas vivências na prisão.

Neste âmbito, a investigação orienta-se por um conjunto de objetivos que visam, por um lado, compreender as perceções das mulheres relativamente à sua vivência prisional e, por outro, ter acesso a um conjunto de informações que permitam compreender os seus percursos e interpretar os seus discursos.

Neste sentido, em relação à perceção das mulheres, os objetivos são:

1. Identificar as diferenças que as mulheres reclusas estrangeiras atribuem à sua reclusão em comparação com as mulheres reclusas portuguesas, tendo em conta as suas especificidades culturais e sociais;
2. Interpretar as estratégias de adaptação ao encarceramento num país estrangeiro descritas por essas mulheres;
3. Perceber como as mulheres reclusas estrangeiras refletem sobre o papel das redes de apoio à reclusão internas (outras reclusas e serviços prisionais) e externas (família e amigos);

No que diz respeito à análise documental, os objetivos são:

4. Caracterizar o perfil jurídico e pessoal das mulheres reclusas estrangeiras com base na análise documental dos seus processos individuais;
5. Recolher e analisar os dados relativos ao percurso adaptativo das mulheres reclusas produzidos pela instituição e incluídos nos processos individuais;
6. Comparar os dados recolhidos nos processos individuais com os discursos produzidos nas entrevistas.

Com base nestes objetivos, definiram-se as seguintes questões de investigação, que orientam a recolha, análise e interpretação dos dados. Estas questões refletem as dimensões centrais da experiência de mulheres reclusas estrangeiras no sistema prisional português, considerando tanto os aspetos subjetivos revelados nas entrevistas, como os elementos objetivos extraídos da análise documental dos processos individuais.

Assim, este estudo procura responder às seguintes questões:

1. Que diferenças identificam as mulheres reclusas estrangeiras entre a sua experiência de reclusão e a das mulheres reclusas portuguesas?
2. Que influencia as mulheres estrangeiras atribuem às suas especificidades culturais no que diz respeito à sua adaptação à vida prisional?
3. Como as mulheres estrangeiras descrevem o seu processo de adaptação à reclusão?
4. Que significados as mulheres estrangeiras atribuem às redes internas e externas no seu percurso de adaptação à prisão?
5. Como as mulheres reclusas estrangeiras mobilizam o seu perfil jurídico e pessoal na sua narrativa sobre o seu percurso adaptativo à prisão?

2. Método

A presente investigação desenvolve-se no âmbito de uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, considerada a mais adequada face à especificidade do fenómeno em análise e aos objetivos que orientam o estudo. Este enquadramento metodológico permite aceder, de forma aprofundada e contextualizada, aos significados atribuídos pelos indivíduos às suas experiências, relações e vivências. Tal como referido por Silva, Gobbi e Simão (2005, pp. 73-75), a investigação qualitativa procura compreender os sentidos que os sujeitos constroem em torno das situações que experienciam, bem como as dinâmicas relacionais estabelecidas com o contexto envolvente.

De acordo com Turato (2008, pp. 20-24), esta abordagem revela-se particularmente pertinente para o estudo de dimensões subjetivas da realidade, como as trajetórias de vida, os vínculos interpessoais, as crenças, as representações sociais, as perceções e as interpretações pessoais. Neste quadro, a investigação qualitativa apresenta-se como o referencial metodológico mais adequado ao presente estudo, na medida em que se pretende analisar, em profundidade, as representações e os processos sociais associados à experiência de reclusão por parte de mulheres reclusas estrangeiras, enquanto grupo social com características específicas e vivências potencialmente diferenciadas.

Neste sentido, importa ainda destacar a perspetiva de Bogdan e Taylor (1986), para quem a investigação qualitativa pressupõe um envolvimento direto e comprometido do investigador no campo empírico, valorizando práticas como a escuta ativa, a observação

atenta e a criação de um ambiente favorável à livre expressão dos participantes. Estas dimensões tornam-se fundamentais para a construção de uma compreensão mais autêntica e significativa da realidade em estudo.

Conforme salientado por Letts et. al., (2007, pp. 1-5), a investigação qualitativa é particularmente apropriada para a análise de evidências baseadas em dados verbais e visuais, permitindo uma compreensão aprofundada dos fenómenos. Complementarmente, Patton (2002, p.71) defende que os dados qualitativos oferecem descrições densas e detalhadas de contextos, crenças, atitudes, comportamentos, pensamentos ou ações diretas de pessoas que estão a experienciar um determinado fenómeno ou que têm contacto direto com o fenómeno que se pretende estudar e analisar, permitindo recolher experiências e informações bastante ricas do ponto de vista prático e concetual. Reis (2018, p. 78) sublinha que a pesquisa qualitativa reconhece a existência de uma relação indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, não sendo possível a quantificação nem requerendo o uso de métodos estatísticos. Para este autor, os investigadores tendem a privilegiar a análise indutiva dos dados, centrando-se nos processos e nos significados como elementos fundamentais desta abordagem.

Desta forma, a opção por uma metodologia qualitativa justifica-se plenamente, não apenas pela especificidade do fenómeno em análise, mas também pelos objetivos analíticos que orientam a investigação, os quais exigem uma abordagem interpretativa, sensível à complexidade das narrativas que constituem o objetivo de análise deste estudo.

Assim, a escolha dos instrumentos de recolha de dados reveste-se de particular importância, uma vez que devem permitir captar as experiências subjetivas das participantes e os múltiplos sentidos que atribuem à sua vivência prisional. Desta forma, recorreram-se a dois instrumentos principais: as entrevistas semiestruturadas, enquanto técnica privilegiada para aceder aos discursos produzidos pelas mulheres reclusas estrangeiras, e a análise dos seus processos individuais, que permitiu complementar e contextualizar as informações recolhidas.

2.1. Entrevista individual semiestruturada: construção e tipo de análise

Atendendo aos objetivos delineados para a presente investigação, considerou-se que a utilização da entrevista semiestruturada enquanto técnica de recolha de dados seria a mais apropriada, dado que permite o acesso a descrições mais aprofundadas e com um

cunho marcadamente pessoal. Este tipo de entrevista proporciona uma interação na qual o entrevistado partilha as suas percepções sobre determinados acontecimentos ou situações, expressa as suas interpretações e relata as suas vivências. Simultaneamente, através da formulação de questões abertas e da gestão das suas reações, o investigador estimula essa partilha, orientando-a no sentido dos propósitos da investigação, promovendo assim a obtenção de um nível elevado de autenticidade e profundidade nos conteúdos recolhidos (Campenhoudt & Quivy, 2008).

De acordo com os autores anteriormente referidos, a entrevista semiestruturada não se caracteriza nem por uma total abertura, nem pela rigidez de um guião composto por um número elevado de questões previamente definidas. Regra geral, o investigador dispõe de um conjunto de perguntas orientadoras, de natureza relativamente aberta, sobre as quais se considera essencial obter informação por parte da pessoa entrevistada.

As entrevistas semiestruturadas realizadas foram sujeitas a uma análise de conteúdo, uma técnica que permite interpretar os dados qualitativos de forma sistemática, através da identificação de temas, categorias e padrões de sentido emergentes nos discursos das participantes. Esta abordagem visa organizar e interpretar o material recolhido, de modo a revelar significados latentes e manifestos, possibilitando uma compreensão aprofundada das experiências relatadas pelas reclusas (Amado, 2009).

Relativamente ao guião de entrevista, incluído no Anexo I, importa referir que, embora apresente uma estrutura flexível e aberta à espontaneidade das respostas, foi construído com base em cinco categorias temáticas centrais: contexto pré-prisional e adaptação ao estabelecimento prisional; condição de estrangeira; rotina e vivência prisional; mudanças pessoais e reflexão interior; e perspectivas e expectativas para o futuro (Anexo II).

A primeira categoria, contexto pré-prisional e adaptação ao estabelecimento prisional, procurou explorar como era a vida das participantes antes da entrada no sistema prisional, de que forma vivenciaram os primeiros dias de reclusão e quais foram as principais dificuldades sentidas nesse período inicial.

A segunda categoria abordou a condição de estrangeira, procurando compreender se as mulheres reclusas estrangeiras percecionam diferenças de tratamento em função da sua nacionalidade, bem como identificar eventuais sentimentos de pertença ou o desejo de cumprimento da pena no país de origem.

A terceira categoria, centrada na rotina e vivência prisional, procurou recolher informações sobre o quotidiano das participantes, incluindo as dinâmicas de segurança no contexto de reclusão, as relações interpessoais estabelecidas no interior da prisão, nomeadamente com outras reclusas e com os profissionais da instituição, bem como as estratégias desenvolvidas para lidar com o contexto de privação de liberdade.

A quarta categoria, denominada mudanças pessoais e reflexão interior, procurou identificar as transformações ocorridas durante o período de reclusão, quer ao nível emocional e relacional, quer na forma de encarar a vida, os valores e as prioridades.

Por fim, a quinta categoria, relativa às perspetivas e expectativas para o futuro, procurou identificar as expectativas e os projetos de vida das entrevistadas após o cumprimento da pena.

Relativamente à análise das entrevistas, embora esta tenha seguido as categorias previamente estabelecidas procedeu-se igualmente a uma leitura com o objetivo de identificar outros temas revelados nas narrativas das mulheres reclusas que contribuíssem para entender as suas perceções, nomeadamente, a maternidade em contexto prisional.

2.2. Processos individuais

Considera-se que a interpretação dos discursos, por si só, não seria suficiente para compreender em profundidade a realidade vivida pelas participantes. Por esse motivo, foi previamente realizada uma análise documental dos processos prisionais individuais de cada mulher reclusa estrangeira. Esta consulta teve como principal objetivo recolher informação objetiva e sistematizada sobre o perfil jurídico e pessoal das participantes, permitindo uma caracterização mais rigorosa da estratégia de amostragem e uma contextualização mais precisa dos dados obtidos nas entrevistas (Bowen, 2009).

Importa salientar que esta análise não visou avaliar diretamente o processo de adaptação das mulheres reclusas, mas sim recolher elementos que funcionassem como referências contextuais ou contrapontos às suas narrativas subjetivas. Estes dados forneceram suporte para o desenvolvimento das próprias entrevistas, ajudando a orientar a construção do guião e a aprofundar a compreensão das trajetórias individuais das participantes.

Através desta análise, foram recolhidos dados como a idade, nacionalidade, situação penal (tipo de condenação e tempo de pena), tipo de crime, existência de antecedentes criminais, histórico disciplinar, transferências entre estabelecimentos prisionais e informações relevantes sobre eventuais apoios prestados a cada mulher reclusa. Estes elementos revelaram-se fundamentais para complementar os dados recolhidos nas entrevistas.

2.3. Estratégia de amostragem

Atendendo à natureza qualitativa da presente investigação e aos objetivos específicos que a orientam, recorreu-se a uma estratégia de amostragem intencional. Esta opção justifica-se pela necessidade de selecionar participantes que reunissem características particulares consideradas essenciais para a compreensão do fenómeno em análise (Quivy & Campenhoudt, 2008). Sendo assim, as participantes foram escolhidas tendo em conta os critérios que se seguem: ser do sexo feminino, possuir nacionalidade estrangeira, encontrar-se em situação de reclusão no Estabelecimento Prisional Feminino de Santa Cruz do Bispo e manifestar disponibilidade e consentimento para participar voluntariamente no estudo. Estes critérios permitiram delimitar um grupo de participantes com experiências particularmente significativas no que respeita aos processos de adaptação ao contexto prisional em território estrangeiro.

As participantes deste estudo são dez mulheres estrangeiras, em situação de reclusão, todas detentoras do estatuto jurídico de condenadas e a cumprir pena no Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo. A seleção das participantes foi efetuada com base na indicação de um membro profissional do Estabelecimento Prisional e em conformidade com a disponibilidade e a vontade expressa das mulheres reclusas em colaborar com a investigação.

No momento da recolha de dados, o Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo (Feminino) contava com um total de 337 reclusas, das quais 64 de nacionalidade estrangeira. As nacionalidades mais representadas entre estas mulheres eram a brasileira, representada por 34 mulheres, seguida da angolana, com seis, da francesa com cinco e da romena com três. Com menor expressão, encontravam-se as mulheres espanholas, colombianas, moçambicanas e venezuelanas, com duas reclusas de cada nacionalidade.

Além destas, estavam também presentes, com uma reclusa cada, mulheres guineenses, estadunidenses, nigerianas, chinesas, alemãs, russas, croatas e dominicanas.

Importa referir que o grupo de participantes deste estudo não é representativo da totalidade da população estrangeira reclusa neste estabelecimento. Entre as participantes desta investigação, cinco são de origem brasileira. As restantes provêm de Moçambique, da Roménia, da Alemanha, da Venezuela e da Croácia, com uma participante de cada país, o que confirma a existência de um perfil multicultural e transnacional no seio dos participantes.

A idade das reclusas entrevistadas varia entre os 23 e os 56 anos, revelando um perfil marcadamente adulto e maduro, ainda que com distintas trajetórias de vida e diferentes momentos do ciclo de vida no momento da reclusão.

Quanto ao estado civil, verifica-se que oito das entrevistadas são solteiras, uma viúva e outra casada. Estes dados podem refletir, em parte, a ausência de vínculos familiares estáveis ou estruturados, o que por vezes surge associado a contextos de vulnerabilidade social.

As habilitações literárias das participantes apresentam uma distribuição heterogénea. Três mulheres reclusas completaram o 12.º ano de escolaridade, duas concluíram o 10.º ano e uma encontrava-se a frequentar o 8.º semestre do curso de Direito. Destaca-se ainda uma mulher reclusa com grau de licenciatura, contrastando com outras participantes que apresentam níveis de escolaridade mais baixos, nomeadamente o 3.º ano e o ensino básico. Esta diversidade de instrução permite apreender diferentes níveis de literacia, que poderão influenciar não só o percurso de vida anterior à prática criminal, como também a forma de adaptação e participação no contexto prisional.

O tempo de permanência em Portugal entre as participantes é bastante variável, oscilando entre 1 ano e 3 meses e 42 anos, tratando-se de uma variável relevante, sobretudo nas reclusas estrangeiras. É de salientar que seis das dez reclusas se encontram em território português apenas desde o momento da sua detenção, o que poderá refletir níveis reduzidos de integração social, económica ou cultural no país.

No que concerne à tipologia criminal, o tráfico de estupefacientes é o crime mais representado na amostra, estando presente em cinco casos. Para além deste, registam-se outras práticas menos prevalentes, mas igualmente relevantes do ponto de vista

criminológico: homicídio na forma tentada, profanação de cadáver, tráfico de pessoas, detenção de arma proibida, furto qualificado, bem como falsificação e subtração de documentos. Esta diversidade tipológica revela a complexidade do fenómeno da criminalidade feminina, tradicionalmente associado ao tráfico de droga, mas que também envolve práticas mais violentas, sofisticadas ou de natureza económico-financeira.

Nenhuma das mulheres entrevistadas declarou ter antecedentes de reincidência criminal. Ainda assim, quatro das entrevistadas possuem processos disciplinares internos: duas com duas infrações cada, e duas com uma infração, o que poderá indicar dificuldades de adaptação às normas institucionais ou episódios de conflito no quotidiano prisional.

Por fim, no que se refere à maternidade no contexto de reclusão, apenas uma reclusa afirmou ter um filho a residir consigo no estabelecimento prisional. Este dado aponta para uma baixa incidência de coabitação materno-infantil no EP, o que poderá estar relacionado com a idade dos filhos, a sua localização geográfica ou as restrições institucionais que regulam esta possibilidade.

Cumprе destacar que esta investigação não pretende alcançar a representatividade da amostra. O propósito fundamental consiste na recolha e análise de narrativas individuais que contribuam para uma compreensão mais aprofundada do fenómeno em estudo. Refira-se, ainda, que a totalidade do trabalho de campo foi desenvolvida unicamente no Estabelecimento Prisional Feminino de Santa Cruz do Bispo.

Os dados detalhados relativos a cada uma das mulheres reclusas participantes, correspondentes às características anteriormente descritas, foram organizados numa tabela (1) para facilitar a análise e visualização, a qual se encontra disponível no Anexo III. Para salvaguardar a identidade das participantes, os nomes atribuídos na tabela foram escolhidos por elas próprias, funcionando como pseudónimos.

2.4. Caracterização do contexto de recolha de dados

O presente estudo teve como cenário de recolha de dados o Estabelecimento Prisional Feminino de Santa Cruz do Bispo, criado na sequência do Decreto-Lei n.º 145/2004, de 17 de junho, sob a coordenação da Direção-Geral dos Serviços Prisionais. A sua entrada em funcionamento ocorreu a 3 de janeiro de 2005, com o objetivo de acolher

exclusivamente mulheres privadas de liberdade, provenientes de diferentes regiões do país.

Situado na Rua Gonçalves Zarco, na freguesia de Santa Cruz do Bispo, concelho de Matosinhos, o EP encontra-se nas imediações do estabelecimento prisional masculino com o mesmo nome. Com uma área total de cerca de 32.000 m², esta unidade foi construída de raiz e concebida especificamente para dar resposta às necessidades especiais das mulheres reclusas, quer em regime preventivo, quer em cumprimento de pena.

De acordo com a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, a sua construção visou três objetivos centrais: reduzir a sobrelotação dos estabelecimentos prisionais existentes; criar infraestruturas adaptadas às especificidades das mulheres em reclusão e minimizar a dispersão geográfica das reclusas da zona norte, muitas vezes transferidas para estabelecimentos longínquos das suas áreas de residência.

Enquanto unidade prisional de natureza especial, o EP disponibiliza equipamentos e serviços adequados à realidade feminina. Entre eles destaca-se a existência de uma creche que permite às mães permanecerem com os seus filhos até aos cinco anos de idade, assim como uma ala específica onde as celas estão preparadas para a permanência conjunta de mães e filhos. Para além disso, são oferecidas oportunidades de formação escolar e profissional, bem como cuidados de saúde diferenciados nas áreas de ginecologia e pediatria. Existem ainda quartos destinados a visitas íntimas, com vista à preservação de laços familiares e afetivos.

A nível da organização interna, o EP permite a separação entre reclusas condenadas e preventivas, e, quando necessário, entre reclusas reincidentes e primárias. Dispõe igualmente de uma unidade de segurança que acolhe reclusas que se encontram em regime mais restritivo, ou cujo perfil criminal exige separação do restante grupo.

No que se refere ao regime de segurança, esta unidade é classificada como um estabelecimento de regime misto, integrando uma secção de alta segurança e uma secção de segurança média, onde se encontram reclusas em Regime Aberto, quer no Interior (RAI), quer no Exterior (RAE). As reclusas integradas nestes regimes beneficiam de um conjunto de direitos e oportunidades adicionais, como a possibilidade de saídas controladas ao exterior e a permanência em alas distintas, de forma a limitar o contacto

com as reclusas em regime comum (Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais [DGRSP], s.d.)

2.5. Procedimentos de acesso aos participantes e de recolha de dados

Numa fase inicial, foi redigido um e-mail dirigido à Direção do Estabelecimento Prisional Feminino de Santa Cruz do Bispo, com o intuito de solicitar a devida autorização para o desenvolvimento do estudo e para a aplicação dos instrumentos de recolha de dados, junto da população reclusa. Em anexo a este e-mail seguiram o projeto de investigação, o parecer favorável da Comissão de ética da Universidade Lusíada do Porto e a autorização emitida pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP).

Após a obtenção da autorização para a concretização da recolha de dados no Estabelecimento Prisional referido, foram elaboradas as declarações de consentimento informado, a serem entregues individualmente às mulheres reclusas participantes no estudo. A recolha de dados, como já referido, foi realizada através da consulta aos processos individuais de cada participante, bem como através da condução de entrevistas semiestruturadas.

No momento da recolha de dados, a investigadora procedeu, em primeiro lugar, a uma breve apresentação pessoal, seguida da contextualização da investigação, na qual foi explicitado o tema do estudo, bem como a relevância da colaboração das mulheres reclusas para a consecução dos objetivos propostos. Após esta introdução, cada participante recebeu a respetiva declaração de consentimento informado, contendo informação clara sobre o objetivo da investigação, os moldes da sua participação, a autorização para a consulta dos processos individuais e para a gravação de áudio das entrevistas, bem como a possibilidade de desistência da participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Concluída esta etapa, deu-se início à recolha de dados, iniciando-se pela consulta previa aos processos individuais das dez participantes. Seguidamente, realizaram-se as entrevistas, de caráter semiestruturado, conduzidas de forma flexível, não se seguindo rigidamente a ordem predefinida das questões. No final de cada entrevista, foi manifestado o agradecimento pela colaboração prestada, reiterando-se o compromisso de confidencialidade relativamente a todos os dados partilhados. Destaca-se que todas as entrevistas foram gravadas, mediante o consentimento prévio das participantes, com o

propósito de assegurar maior precisão e rigor na transcrição e posterior análise dos dados recolhidos. A conveniência deste tipo de registo foi dada a conhecer às mesmas, logo na apresentação e, reiterado na declaração de consentimento informado, de modo a obter-se a sua autorização.

As entrevistas decorreram no interior do Estabelecimento Prisional, mais concretamente nos gabinetes destinados ao atendimento individual das mulheres reclusas, sendo que, cada entrevista decorreu no gabinete de atendimento da ala respetiva de cada participante. A duração das dez entrevistas oscilou entre 50 e 90 minutos.

Finalizada a fase de recolha de dados — tanto através da consulta dos processos individuais como da realização das entrevistas — procedeu-se à transcrição integral dos conteúdos gravados, etapa fundamental para o tratamento e análise rigorosa da informação obtida.

A análise das entrevistas foi realizada com recurso ao software QDA Miner Lite. As transcrições foram codificadas com base num conjunto de categorias previamente definidas (conforme descritas na secção anterior), permitindo uma organização sistemática da informação. Simultaneamente, adotou-se uma análise de conteúdo temática, que possibilitou a identificação de potenciais categorias que revelaram ser significativas para as entrevistadas e que não foram previamente consideradas.

2.6. Caracterização das participantes

Antes de avançar para a análise das narrativas, considera-se essencial apresentar, de forma sucinta cada uma das participantes, de modo a contextualizar as suas perceções e experiências. Importa sublinhar que esta caracterização não pretende, em caso algum, reduzir ou definir os seus percursos de vida, mas apenas facilitar a compreensão das narrativas produzidas.

Das dez mulheres entrevistadas, seis são de nacionalidade brasileira, uma moçambicana, uma venezuelana, uma croata, uma romena e uma alemã. Todas a cumprir a sua primeira pena de reclusão em Portugal, sendo os crimes relacionados com o tráfico de estupefacientes os mais frequentes entre as condenações.

A Sara, com 23 anos, é uma das participantes mais jovens. De nacionalidade brasileira, foi detida no Aeroporto Sá Carneiro por tráfico de droga e cumpre uma pena

de quatro anos e seis meses desde setembro de 2022. Antes da detenção, não exercia atividade profissional. Atualmente, trabalha na empresa de calçado do EP e não regista processos disciplinares. A sua família reside no Brasil e mantém contacto com os pais por chamadas e videochamadas. Recebe apoio financeiro e beneficia de visitas íntimas com o namorado, também recluso.

Outra reclusa de nacionalidade brasileira, a Tainá, tem 28 anos de idade e cumpre uma pena de cinco anos de prisão pelo mesmo crime. Chegou a Portugal há pouco mais de um ano e três meses e foi detida à chegada ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro. Mãe de dois filhos, um deles reside com ela no EP, refere que cuidar do filho lhe dá sentido e estrutura ao tempo de prisão. Está integrada nas atividades laborais da prisão, nomeadamente nas tarefas de engomaria ("Vincos") e montagem de kits de hotelaria ("Group") e mantém contacto regular com a mãe e o pai do filho mais novo. De acordo com o seu testemunho, a prática do crime foi motivada por dificuldades financeiras, agravadas pela ausência de apoio após a separação do pai do seu filho mais novo.

Pamela, também brasileira, tem 38 anos, e encontra-se em Portugal há um ano e oito meses, tendo sido detida no Aeroporto Humberto Delgado pelo mesmo crime. Cumpre uma pena de cinco anos e nove meses, com uma pena acessória de expulsão de cinco anos. Foi transferida do EP de Tires para Santa Cruz do Bispo a 13 de setembro de 2023. Antes da detenção, encontrava-se desempregada. Não tem filhos e toda a sua família reside no Brasil. Não registou qualquer processo disciplinar e trabalha na lavandaria do EP. Comunica com a mãe por chamadas e videochamadas.

Com um percurso diferente, Carolina, de 32 anos, brasileira, possui formação académica até ao 8.º semestre do curso de Direito no Brasil. Detida no Aeroporto Francisco Sá Carneiro na sua oitava viagem de tráfico internacional de droga, cumpre agora uma pena de quatro anos e dez meses, com uma pena acessória de expulsão de 5 anos. Diagnosticada com transtorno borderline e bipolaridade, refere ter superado a dependência de drogas na prisão, substituindo-a pelo consumo excessivo do café. É mãe de uma criança com perturbação do espectro do autismo, a viver com a família no Brasil. Relata um historial de abuso sexual na infância e mantém contacto com familiares e amigos próximos. Admitiu que cometeu o crime não apenas por necessidade económica, mas também pelo desejo de aventura. Mantém contacto com a avó materna, o filho, o pai da criança, o companheiro atual e uma amiga. Foi alvo de sanção disciplinar por agressão e apresentou duas queixas por ameaças. Participa na montagem de kits de hotelaria.

A mais velha entre as brasileiras é Amélia, com 36 anos. Está em Portugal desde abril de 2023, coincidindo com o início da sua reclusão, após detenção no Aeroporto Sá Carneiro por tráfico de droga. Encontra-se a cumprir uma pena de quatro anos e sete meses. É mãe de quatro filhos, todos residentes no Brasil, e o seu único apoio em Portugal é o atual companheiro. Durante a reclusão, acumulou três processos disciplinares e está integrada na empresa de produção de calçado.

A Chantel, de nacionalidade moçambicana e com 49 anos, reside em Portugal há cerca de seis anos. Foi condenada pelo crime de homicídio na forma tentada e encontra-se em reclusão desde o dia 3 de agosto de 2022, a cumprir uma pena de cinco anos e dois meses. A detenção ocorreu em flagrante delito, após ter esfaqueado o companheiro. Toda a sua família permanece em Moçambique e, em Portugal, a sua rede de apoio é bastante limitada, restringindo-se a contactos telefónicos com uma ex-reclusa e com uma irmã. Durante a reclusão, foi alvo de duas repreensões escritas por conduta imprópria e apresentou uma queixa formal por discriminação racial. Atualmente, encontra-se integrada na empresa de produção de calçado do estabelecimento.

De nacionalidade romena, Ana Maria, com 33 anos, já havia residido em Portugal entre 2015 e 2017. Foi condenada pelo crime de tráfico de pessoas, com uma pena de quatro anos e nove meses. Foi detida em Espanha, no âmbito de uma operação da Interpol. É mãe de quatro filhos, todos ao cuidado dos avós maternos na Roménia. Durante a reclusão, foi alvo de uma repreensão escrita por troca de calçado com outra reclusa. Trabalha nas oficinas do estabelecimento prisional e recebe visitas de uma voluntária. Anteriormente, usufruía de visitas íntimas com o companheiro, também recluso, relação entretanto terminada.

A Judite, alemã, de 56 anos residia nos Açores desde 2005 e exercia funções como massagista terapêutica. Foi condenada pelos crimes de profanação de cadáver e detenção de arma proibida, com uma pena de três anos e dez meses, a que acresce uma pena acessória de sete anos. Foi detida na sua residência e inicialmente colocada no EP de Angra do Heroísmo, tendo sido transferida para Santa Cruz do Bispo em janeiro de 2025. Sem filhos, mantém contacto regular com os familiares na Alemanha por chamadas e videochamadas e usufrui de visitas íntimas com o atual companheiro. Não apresenta sanções disciplinares e trabalha nas obras internas do EP.

A Joana, de 54 anos e nacionalidade venezuelana e reside em Portugal desde os 12 anos, onde desenvolveu a sua carreira como professora do 1.º ciclo. Foi condenada pelos crimes de homicídio e profanação de cadáver, com uma pena de nove anos e seis meses. Apresentou-se voluntariamente no Estabelecimento Prisional. É casada, mãe de dois filhos e conta com uma rede de apoio sólida em Portugal, composta pelo marido, filhos e pai. Recebe visitas regulares, incluindo visitas íntimas com o cônjuge. Nunca foi alvo de sanções disciplinares e participa em formações financiadas pela família.

Por último, Vitória, de origem croata e etnia cigana, tem 37 anos e possui apenas o 3.º ano de escolaridade. Foi detida em flagrante delito enquanto assaltava uma habitação e foi condenada a sete anos de prisão por dois crimes de subtração de documento, oito de falsificação de documento e um de furto qualificado. É mãe biológica de seis filhos e criou outras três crianças. Com a família dispersa entre a Croácia e França, comunica por chamadas e recebe visitas de ex-reclusas. Trabalha atualmente na empresa de calçado do EP e não regista sanções disciplinares.

Capítulo III- Análise dos resultados

Neste capítulo, serão exploradas as informações obtidas a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com as dez mulheres reclusas estrangeiras que participaram no estudo. Para facilitar a interpretação dos dados, os conteúdos foram organizados em categorias e subcategorias, construídas a partir da análise do material empírico. Esta estrutura permite uma leitura mais ampla e estruturada das evidências recolhidas. Tudo o que é descrito nesta secção baseia-se exclusivamente nos testemunhos das próprias mulheres e foram cuidadosamente organizados de modo a respeitar a pluralidade de experiências, salientando os pontos de convergência e de contraste mais significativos. As citações são apresentadas tal como foram expressas pelas entrevistadas, sem alterações ou correções da linguagem, cumprindo assim as normas de apresentação de discursos em análises qualitativas de entrevistas.

A análise das narrativas permite identificar elementos centrais que marcam as trajetórias de vida destas mulheres e influenciam o seu processo de adaptação ao contexto prisional. As narrativas das dez mulheres estrangeiras entrevistadas revelam percursos de vida marcados por uma diversidade de experiências, que vão desde contextos de relativa

estabilidade até cenários de acentuada vulnerabilidade social, emocional e económica. Para muitas, a história de vida inclui episódios de violência física ou sexual, relações abusivas, pobreza e envolvimento em redes criminais; outras, apesar de inseridas no mercado de trabalho e com apoio familiar, acabaram por se envolver em atividades ilícitas que precipitaram a detenção. Estas vivências prévias influenciam diretamente a forma como experienciam a entrada na prisão: para algumas, a reclusão representa uma rutura abrupta com um contexto de bem-estar; para outras, significa um afastamento de ambientes violentos ou do consumo problemático de substâncias.

A condição de estrangeira atravessa e molda, de forma transversal, o processo de adaptação, afetando as relações interpessoais, o acesso a recursos e o bem-estar emocional. A ausência de referências familiares e culturais, as barreiras linguísticas e o desconhecimento das normas institucionais acentuam sentimentos de isolamento e desorientação, enquanto impulsionam a procura de estratégias de resiliência, seja através do apoio entre colegas, seja pela adaptação gradual às regras e rotinas do estabelecimento prisional. As interações com outras reclusas surgem como fonte simultânea de apoio e de tensão, refletindo afinidades culturais e linguísticas, mas também rivalidades e diferenças de valores.

Neste cruzamento entre passado e presente, as narrativas mostram que a adaptação à prisão está intrinsecamente ligada às histórias de vida que a antecedem, sendo o quotidiano prisional vivido entre a necessidade de estruturar o tempo — por meio de trabalho, estudo ou lazer — e a projeção de um futuro que concilie o desejo de reconstrução pessoal com a consciência dos obstáculos a enfrentar.

1. Contexto pré- prisão e adaptação ao estabelecimento prisional

1.1. Vida antes da reclusão: vulnerabilidades, relações e rotinas

Os relatos das participantes evidenciaram percursos de vida muito diferentes, profundamente marcados por vulnerabilidades sociais, emocionais e económicas. Diversas entrevistadas dizem ter enfrentado experiências de violência, exploração sexual ou instabilidade familiar desde a infância, que contribuíram para contextos de fragilidade estrutural antes de entrar na prisão. Ana Maria, por exemplo, relata ter vivido sucessivos episódios traumáticos:

Eu fui obrigada a casar-me aos 12 anos porque eu fui violada por um homem que eu não queria casar. [...] E eu não queria casar-me e este rapaz me fez mal, me violou [...] Sim. E me senti obrigada para não fazer a minha família passar vergonha. E casei-me com ele até aos 18 anos. Quando eu fiz 18 anos, fugi do meu país, com outro rapaz e ele me traficou, me meteu na prostituição (Ana Maria, comunicação pessoal, 2025).

Outras participantes fazem referência a distintas vulnerabilidades, apontam contextos de carência e relações abusivas como fatores que precipitaram o envolvimento com a criminalidade. Chantel recorda ter perdido estabilidade após conhecer o companheiro:

Antes de ser presa a minha vida era boa porque eu não tinha namorado, não tinha companheiro e tinha uma rotina de trabalho boa. [...] Quando eu conheci o Tito, a minha vida desmoronou [...] Começou a partir para as agressões. E aí eu estraguei a minha vida e parei aqui. (Chantel, comunicação pessoal, 2025).

Algumas, como Carolina, conciliavam o trabalho formal com atividades ilícitas:

Eu trabalhava, normalmente de terça a sábado. Folgava domingo e segunda. E de seis em seis meses eu fazia uma viagem para o exterior levando droga na mala. [...]E viajei ao mundo todo levando drogas e pela primeira vez fui presa aqui, em Portugal. (Carolina, comunicação pessoal, 2025).

Por contraste, outras mulheres descrevem rotinas estáveis, com inserção laboral e suporte familiar, como Judite, que vivia nos Açores: “Muito bom [...] eu sou massagista terapêutica, mas tinha um quintal de animais, gatos, cães” (Judite, comunicação pessoal, 2025) Ou Joana, professora de educação básica:

Era uma vida normal, agitada, com o trabalho, os filhotes [...] depois optei por abandonar o ensino porque é assim, eu fui para o ensino porque gosto de ensinar, começou a haver burocracias a mais e falta de tempo para aquilo que eu gostava e queria mesmo fazer que era dar aulas. [...] E ajudei o meu marido na parte burocrática da empresa que temos, que é de venda e aluguel de empilhadores (Joana, comunicação pessoal, 2025).

Estes casos contrastam com os percursos mais marcados pelas vulnerabilidades e mostram que nem todas as trajetórias são de desestruturação social.

1.2. Primeiros dias de reclusão: choque, medo e resistência

A entrada no estabelecimento prisional foi, para muitas participantes, um momento de forte choque emocional, marcado por medo, solidão, desorientação e insegurança, agravado pela distância familiar e pela condição de estrangeira. Ana Maria expressa essa sensação de deslocamento:

Quando eu fui na admissão, estava sozinha na admissão. Pensava que estava no mundo que eu não conhecia. Eu me sentia a última pessoa do mundo. Não sabia o que eu vou fazer. Não sabia como eu vou estar com outras reclusas. Como vai ficar o mundo. Como eu sou estrangeira, como é que me vão ouvir (Ana Maria, comunicação pessoal 2025).

Amélia destacou a dor da separação dos filhos, sentindo-se invadida por um sentimento de culpa constante:

Nas primeiras semanas é horrível. Eu só... eu chorava muito. Chorava muito. Era pensar nas crianças que eu chorava muito, porque eu não via eu longe das crianças [...] Vem tudo na cabeça da gente. O que é que a gente podia melhorar tudo nessa vida [...] Vem tanta culpa na cabeça da gente (Amélia, comunicação pessoal, 2025).

O impacto emocional variou, sendo que algumas mulheres referiram ter passado por episódios de negação, depressão ou isolamento social, como Chantel, que deixou de comer:

Durante seis meses eu não aceitei a cadeia. Deixei de comer. Parei nos clínicos. Minha vida era sempre nos clínicos. [...] Fui mesmo abaixo. Não conseguia pegar no copo porque tremia, não comia, não bebia. Que eu queria ir embora [...] (Chantel, comunicação pessoal, 2025).

Carolina, ao contrário de todas as outras, viu a entrada na prisão como uma oportunidade de mudar de vida, com o abandono da toxicodependência, embora posteriormente tenha experienciado crises emocionais intensas:

Na verdade, para mim foi ótimo estar presa porque eu estava muito viciada em drogas, eu estava usando muita cocaína [...]. E desde que eu fui presa eu me liberei das drogas. Então faz dois anos e meio que eu estou limpa. E na primeira semana foi um espetáculo, parecia que eu estava chegando no shopping. Depois do tempo caiu a ficha. Passou um mês eu tive um surto psicótico, comecei a chorar, comecei a me cortar, comecei a enlouquecer (Carolina, comunicação pessoal, 2025).

1.3. Dificuldades de adaptação à reclusão: regras, cultura e isolamento

A adaptação inicial ao contexto prisional revelou-se, para muitas das participantes, um processo complexo, marcado por diversos obstáculos, nomeadamente barreiras linguísticas, desconhecimento das normas institucionais, fatores emocionais associados ao isolamento, à ansiedade e à perda de controlo sobre a própria vida.

Para algumas entrevistadas, como Ana Maria (comunicação pessoal, 2025), a comunicação era um desafio: “Eu percebo tudo. Às vezes as minhas palavras pode ser que não dá certo com as palavras normais [...] Eu não tinha ninguém. eu não tinha com quem falar”.

Outras, como Tainá, apontam como principal dificuldade a interação, sobretudo com o pessoal da vigilância:

De falar. Porque, às vezes, eu tinha medo de falar com as guardas. Quando eu precisava vir aqui em cima pra pedir alguma coisa, era ela que vinha comigo. Tipo, não era eu que falava. Eu falava pra ela o que eu queria, que ela falava pra mim (Tainá, comunicação pessoal, 2025).

Apesar de dominarem o português, algumas mulheres, como Pamela (comunicação pessoal, 2025), referem dificuldades com o vocabulário jurídico e a necessidade de reaprender a viver dentro de uma rotina rígida: “No início eu não entendi nada. Até hoje eu não entendo muitas coisas. [...] Não é a questão da língua. É mais a questão de ser um vocabulário diferente [...]”.

A adaptação à cultura portuguesa e às normas institucionais revelou-se, para a maioria das participantes, outro ponto sensível, sendo frequentemente marcado por sentimentos de estranhamento cultural- sobretudo em relação à alimentação. Amélia

(comunicação pessoal, 2025) afirmava sentir falta da comida brasileira: “feijão, churrasquinho, picanha assadinha, aquelas asinhas de frango, bem assadinha, muito bom”.

Também Tainá (comunicação pessoal, 2025) destacou o quanto a ausência de elementos culturais, sobretudo alimentares, lhe provocava saudade, surpreendendo-se por sentir falta até de coisas que não apreciava: “Da comida. Saudade de tanta coisa. Tantas coisinhas. E até do que eu não gostava, eu sinto falta”.

Judite (comunicação pessoal, 2025), por seu lado, afirmou não sentir falta de elementos da cultura do seu país de origem, referindo já estar habituada ao contexto português por viver nos Açores há vários anos: “Alguns queijos, também o pão, sim, mas também nos Açores não existem, e eu fazia o meu pão próprio, e pronto, sim, sempre uma solução para ficar satisfeito”.

A adaptação às regras internas da prisão foi, nalguns casos, mais desafiante do que a adaptação cultural em sentido estrito. Carolina (comunicação pessoal, 2025), embora reconhecendo a sua capacidade de se ajustar, mostrou preocupação com o regresso à liberdade e à gestão autónoma do tempo: “Aqui a gente está adaptada a fazer as coisas no horário que eles querem. [...] Vai ser um novo choque de realidade”.

Vitória, oriunda de um país do sul da Europa, referiu não sentir grandes diferenças culturais, tendo em conta as semelhanças gastronómicas e festivas entre o seu país e Portugal. Essa proximidade facilitou, segundo a própria, o seu processo de adaptação:

Olha que a coisa de Portugal, a cultura dela, cada vez estou mais a aprender que são muito parecidos ali em baixo, como os países balcânicos e tudo isso, só acho porque é muita festa, gosto muito da festa, a música, para eles e tudo e o comer (Vitória, comunicação pessoal, 2025).

Por fim, Pamela afirmou que a adaptação aos horários foi relativamente fácil, uma vez que já estava habituada a rotinas estruturadas. Contudo, referiu ter sentido mais dificuldade na adaptação às regras institucionais, acabando, com o tempo, por se ajustar:

Aqui o problema é... Adaptação, tipo.... Já me adaptei, né? Mas antes, até em tires. Tires era melhor do que aqui, né? Nesse lado. Que não precisava de chamada de número. Lá era por piso. E esperava na fila e entrava no refeitório. Aqui não. Aqui é chamada por piso. Mas é chamada por número,

entendeu? Aí é meio complicado. A pessoa não respeita. Fico gritando. (Pamela, comunicação pessoal, 2025).

Os testemunhos revelam que a vida antes da prisão influencia fortemente a experiência inicial no cárcere. Quem já vivia em contextos estruturados tende a enfrentar menos choque cultural, mas não necessariamente menos impacto emocional. Já quem chega com histórico de vulnerabilidade sente intensamente a solidão, a perda de autonomia e a distância dos elementos culturais. A adaptação, embora difícil, é geralmente alcançada através de estratégias pessoais, apoio de colegas e aceitação gradual das rotinas.

2. Condição de estrangeira

2.1. Discriminação e tratamento diferenciado por ser estrangeira

A experiência de discriminação ou do tratamento diferenciado por parte da instituição ou das demais reclusas revelou-se variável entre as participantes. Enquanto algumas referiram não ter sentido qualquer diferença pelo facto de serem estrangeiras, outras relataram episódios de preconceito, discriminação verbal e desigualdade no acesso a recursos ou apoio institucional.

Ana Maria (comunicação pessoal, 2025) afirmou não ter experienciado discriminação por parte das guardas ou da direção, referindo, pelo contrário, sentir-se mais apoiada do que algumas mulheres reclusas portuguesas: “Nunca... Pelo contrário, eu acho que... Eu como sou estrangeira, eu tive mais apoio do que as portuguesas. Por minha parte. Não sei das outras. Eu sinto-me muito ajudada.” Contudo, reconhece ter sido alvo de críticas por não falar perfeitamente português: “Diziam: Fala português, fala português, que tu estás em Portugal e tens de falar português[...]Eu faço tudo que eu posso para vocês me perceberem”.

O preconceito linguístico também marcou a experiência de Sara (comunicação pessoal, 2025), sobretudo nos primeiros tempos: “No começo eu senti, sim. [...] Das reclusas e algumas guardas. [...]Até esse tipo de brincadeira, pelo jeito que fala, de imitar. Ou mandar a gente falar direito, no começo, sim. Ficava triste”.

Entre brasileiras, foram comuns referências a estereótipos negativos. Amélia (comunicação pessoal, 2025) relatou ouvir frases como: “vai pro teu país”, associando-as

a preconceitos sobre luxo e aparência: “qualquer discussãozinha, elas falam isso. [...] Que a gente gosta de luxo, elas vêm com droga pra cá, elas quer é luxo, é assim que elas sabem, porque muitas brasileiras muito siliconadas, elas ficam desconformadas.

Tainá (comunicação pessoal, 2025) também destacou estereótipos negativos dirigidos às brasileiras: “Elas falam assim: vocês brasileiras chegam aqui e vêm para roubar nossos maridos e não sei o quê e ainda acham que tem direito de pedir alguma coisa. [...] Porque elas tipo... Porque as brasileiras são safadas, né?”, embora reconheça que nem todas mantêm essa visão: “Não sei, tem umas que discriminam, tem outras que gostam, tem outras que falam que tem vontade pro Brasil, que quer conhecer o Brasil”.

Por contraste, algumas participantes não identificaram qualquer forma de discriminação. Chantel (comunicação pessoal, 2025) sublinhou a sua boa relação com todas: “Somos tratadas todas iguais. [...] Eu me dou bem com todas, ciganas, portuguesas, brasileiras”.

Outros testemunhos sugerem que, algumas percepções de desigualdade surgem de forma mais subtil. Pamela considerou que as portuguesas têm prioridade no contacto com a direção e acesso a serviços:

Tipo, quando eu cheguei...quando eu cheguei aqui, fui tratada maravilhosamente. Ah, o que tu precisar? Só bota o número que a gente vai te chamar para conversar contigo. Já botei o número para conversar com o chefe. Até agora, nunca me chamaram. [...] (Pamela, comunicação pessoal, 2025).

Judite expressou incerteza quanto à existência de discriminação por parte dos profissionais, mas manifestou a percepção de ter sido alvo de preconceito durante o processo judicial, nomeadamente por parte da juíza, ao afirmar:

Talvez ela não goste de sermos estrangeiras, não sei [...] Eu penso... eu não tenho... eu também pensava, como alguém que tem alguma consciência vê estes factos e faz numa outra conclusão. Pensa que a juíza a discriminou.... Sim, por causa disso (Judite, comunicação pessoal, 2025).

Estes relatos apontam para uma realidade complexa, onde a nacionalidade interage com fatores como género, etnia, língua e aparência para configurar diferentes formas de tratamento, nem sempre percebidas como justas ou equitativas.

2.2. Cumprimento da pena em Portugal vs. país de origem

Ao serem questionadas sobre a hipótese de cumprir pena no país de origem, as entrevistadas dividiram-se. Algumas mulheres reclusas afirmaram preferir cumprir pena no país de origem, essencialmente por razões afetivas; outras, apesar do afastamento da família, consideraram mais vantajoso permanecer em Portugal. Ana Maria afirmou:

Sinceramente, eu preferia na Roménia, porque tenho minha família lá e tenho visitas. Não sei como está a cadeia da Romênia, só que mais bem, por mim, era na Romênia que tinha a minha família e podia ver os meus filhos, podia abraçar os meus filhos (Ana Maria, comunicação pessoal, 2025).

De modo semelhante, Pamela (comunicação pessoal, 2025) partilha da mesma visão, motivada pela proximidade da mãe: “Eu preferia estar lá, porque estava perto da minha mãe, porque eu não sei quanto tempo ela vai durar, não sei quanto tempo, sabe? [...]Por causa da minha mãe, eu teria de aguentar lá, por causa da minha mãe”.

Outras reclusas, ainda que reconhecendo os prejuízos causados pela distância familiar, afirmaram preferir permanecer em Portugal, sobretudo devido às melhores condições de detenção. Tainá, comparando com a experiência da irmã no Brasil, considerou o sistema português mais digno, mesmo com os custos emocionais da distância:

[...] Estou bem aqui. Estou ótima. Minha irmã já foi presa várias vezes no Brasil também. E é muito ruim [...] A próxima vez que eu pensar em cometer um crime, eu vou lembrar da cadeia de Santa Cruz do Bispo. Vou lembrar que a comida aqui não é boa. Eu tenho que ir ficar longe da minha família. E no Brasil ainda é pior. Se eu cometer um crime no Brasil, eu irei para aquelas cadeias cheias de mulher dentro da tua cela. Não vai dar certo, porque é muito pior. Acho que elas iam me bater lá (Tainá, comunicação pessoal, 2025).

Sara reforça essa visão, sublinhando a diferença significativa entre os contextos prisionais:

Não, porque lá é muito pior. Quando eu vim para cá, a primeira vez, a gente vem com a ideia da cadeia do Brasil. Quando eu entrei para cá, para a cadeia que eu vi, eu falei, espera, isso aqui parece um convento. Um hotel. Comparado com o Brasil, porque eu acho que vocês sabem, tem uma noção, reportagem e tal. Lá é horrível. [...]. Eu prefiro estar aqui (Sara, comunicação pessoal, 2025).

Também Carolina afirmou preferir cumprir pena em Portugal, destacando a qualidade das instalações, dos cuidados de saúde e do tratamento respeitoso. Apesar de um episódio isolado de agressividade, salientou a diferença na forma como a situação foi gerida em comparação com o que, segundo a própria, aconteceria no Brasil:

Não, preferia estar aqui. [...] Porque as instalações são muito melhores, o tratamento é muito melhor, as medicações são melhores. Tudo é melhor. A comida é melhor, tudo é melhor aqui. [...] São. Eles batem. [...] O máximo que uma guarda fez uma vez foi me puxar pelo braço e eu ainda fui ignorante com ela. Tá louco me puxando pelo braço? Solte o meu braço. Eu fui grossa com ela e ela ficou sem resposta. No Brasil isso não existe, não posso responder uma guarda desse jeito, senão levo logo uma bofetada na cara (Carolina, comunicação pessoal, 2025).

Chantel (comunicação pessoal, 2025) afirmou que, em Moçambique nunca teria sido condenada: “Em Moçambique eu nunca estaria presa. [...] A lei nossa é diferente. A nossa lei favorece as mulheres e não os homens. É completamente diferente. [...] Não, no meu caso não. Nunca teria sido presa”.

Para algumas, como Judite, a permanência em Portugal tem também uma justificação estratégica, para evitar o registo da pena no país de origem e facilitar a reintegração futura:

mas eu não sei, eu nunca estive presa na Alemanha, não sei se está melhor ou não. [...] Tenho uma opção, mas a embaixada disse demora até 12 meses para ficar transferida na Alemanha, mas se eu peço agora metade no meio

da pena, eu tenho a expulsão, eu posso sair, melhor do que ir para lá para apanhar tudo, para ficar todos os anos (Judite, comunicação pessoal, 2025).

A escolha entre cumprir pena em Portugal ou no país de origem equilibra fatores emocionais, como a proximidade familiar e fatores pragmáticos, nomeadamente a qualidade das condições e as implicações legais.

2.3. Sofrimento emocional, solidão e manutenção de laços afetivos: estratégias de enfrentamento

A ausência de apoio familiar e de contactos regulares com o exterior constitui uma das principais fontes de sofrimento emocional para as mulheres reclusas estrangeiras. A impossibilidade de partilhar o quotidiano com os seus representa uma quebra profunda na continuidade dos laços afetivos. Ana Maria (comunicação pessoal, 2025) resume esse vazio afetivo de forma direta: “Não tenho ninguém da minha família, não tenho visita. Acho que isso é o pior.” A distância é agravada por limitações económicas, geográficas e de saúde, tornando as visitas raras ou inexistentes. Judite (comunicação pessoal, 2025) explica que os pais, com 87 e 85 anos, não podem deslocar-se e Vitória conta-nos (comunicação pessoal, 2025): “sem visitas há três anos”.

Para a maioria, a separação dos filhos constitui a perda mais dolorosa. Ana Maria (comunicação pessoal, 2025) afirma: “Tudo o que eu queria era os meus filhos. [...] Levo as fotografias e estou chorando.” Pamela (comunicação pessoal, 2025), sem filhos, exprime dor semelhante pela ausência da mãe: “Sinto uma dor no peito todo dia. [...] Eu dava a minha vida por ela”.

O isolamento assume também formas subtis, como a exclusão cultural ou linguística. Judite (comunicação pessoal, 2025) sente dificuldade em expressar-se: “É mais fácil falar com uma amiga em alemão do que em português.” Pamela (comunicação pessoal, 2025) relata sentir-se deslocada no trabalho: “O que me faz sentir sozinha é quando estou trabalhando só eu, brasileira, no meio das portuguesas.” A chegada à prisão é vivida como momento de solidão extrema, como descreve Joana (comunicação pessoal, 2025): “Quando entrei senti-me mesmo sozinha. Sozinha numa cela, sem televisão, sem rádio, sem nada”.

Perante este cenário, as mulheres reclusas desenvolvem estratégias para mitigar o sofrimento. O contacto telefónico é o recurso mais valorizado, permitindo, mesmo que por instantes, reduzir a sensação de abandono. Amelia (comunicação pessoal, 2025) afirma sentir-se menos sozinha por poder falar com o companheiro: “Agora eu pego o telefone e ligo, então não sinto tão mais sozinha.” Chantel (comunicação pessoal, 2025) refere: “Olho as fotografias, ligo, falo com eles [...] e sinto-me um bocadinho melhor.” Sara mantém contacto com a mãe e a irmã, mas sente dificuldade em partilhar questões profundas: “Estou rodeada, mas me sinto sozinha. [...] Não falo com ninguém. Nem psicóloga, nem ninguém aqui.” Apesar da importância das chamadas, o custo elevado constitui uma barreira significativa. Carolina (comunicação pessoal, 2025) refere: “A ligação para o Brasil é cara. Tem que falar o mínimo possível.” e Tainá (comunicação pessoal, 2025) recorda: “No início eu colocava cinquenta euros por semana”.

As videochamadas, ainda que limitadas a cerca de uma por mês, com duração de 20 a 30 minutos, são valorizadas pela possibilidade de ver os rostos familiares. Ana Maria (comunicação pessoal, 2025) comenta: “É um pouquinho, mas já é bom.” Contudo, os horários impostos dificultam o seu uso, como explica Sara (comunicação pessoal, 2025): “O horário que dá lá, já estamos aqui, já não dá.” As visitas presenciais são mais raras, sobretudo para aquelas sem familiares em Portugal. Algumas nunca receberam visitas, como Carolina (comunicação pessoal, 2025), que afirma: “Dói um pouco, saber que todo mundo tem visita [...] mas a cadeia te deixa forte.” Em alguns casos, a ausência é compensada por visitas de voluntários ou amigas conhecidas na prisão.

Além da comunicação, outras estratégias de enfrentamento incluem a escrita, a introspeção e a fé. Sara (comunicação pessoal, 2025) afirma: “Escrevo para exprimir, para colocar para fora. [...] Não fico remoendo naquilo.” Joana (comunicação pessoal, 2025) complementa: “Escrevo aquilo que sinto, penso. Ajuda a descontraír.” A espiritualidade surge como fonte de conforto, como no caso de Amelia (comunicação pessoal, 2025): “Falo com Deus. Peço para cuidar deles.” Apesar disso, algumas reconhecem que o contacto, em vez de aliviar, pode intensificar a saudade. Tainá (comunicação pessoal, 2025) admite: “O pior é que às vezes a saudade é maior quando eu desligo”.

As saudades incluem não só pessoas, mas também hábitos e sensações ligados à liberdade. Sara (comunicação pessoal, 2025) refere: “O que me faz falta é a minha mãe, a minha família e trabalhar. Ir pra rua.” Tainá (comunicação pessoal, 2025) destaca: “Sushi. E sexo.” Vitória (comunicação pessoal, 2025) evoca memórias sensoriais: “Liberdade, sentar-me numa esplanada, beber um café verdadeiro, o cheiro do mar.” Judite (comunicação pessoal, 2025) menciona a ausência dos animais de estimação: “Tenho muitas saudades dos meus animais”.

Apesar das dificuldades, quase todas as entrevistadas identificam uma figura que lhes dá força para suportar o isolamento — filhos, mães, companheiros ou amigos. Sara (comunicação pessoal, 2025) não hesita: “É a minha mãe.” Joana (comunicação pessoal, 2025) destaca o marido: “É aquela pessoa que sabe tudo.” Tainá (comunicação pessoal, 2025) fala de um amigo especial: “Um amigo meu que era gay. [...] Tenho um monte de foto com ele. “Para algumas, a experiência de reclusão permite redefinir prioridades, como conclui Vitória (comunicação pessoal, 2025): “Agora já sei a quem dar valor e a quem não. Quem não me abandonou e quem abandonou”.

Assim, o contacto com o exterior — seja por meio de chamadas, videochamadas ou visitas — revela-se não apenas um recurso prático, mas uma âncora afetiva essencial, capaz de sustentar a esperança e minimizar os efeitos do isolamento imposto pela reclusão.

Relativamente à maternidade em contexto prisional, este tema emergiu de forma particularmente significativa no testemunho de uma das entrevistadas que se encontra a cumprir pena acompanhada pelo filho pequeno. A decisão de trazer o filho consigo para o estabelecimento prisional foi motivada por um sentimento de antecipação da perda e por um forte instinto de proteção. A presença da criança dentro da prisão é descrita como um fator de apoio emocional para a reclusa, funcionando como um elemento estruturante do seu quotidiano e bem-estar psicológico: “Ainda tá sendo melhor, porque me distraio mais à noite, eu sempre tô com ele, dos beijinhos dele, sempre tá ali. Eu sei que ele tá comigo.” A maternidade, neste contexto, assume um papel central na forma como a entrevistada vivencia o tempo de reclusão, ajudando-a a manter-se ativa e emocionalmente estável.

3. Rotina e vivência prisional

3.1. Rotina prisional: gestão do tempo, trabalho e ocupações

A rotina diária das reclusas em contexto prisional é fortemente moldada pelas atividades disponíveis — nomeadamente o trabalho, a frequência escolar e as iniciativas recreativas ou culturais — constituindo estas ocupações os principais estruturadores do tempo. Os testemunhos recolhidos revelam que, embora a vida prisional seja marcada por uma organização rígida de horários e por um certo grau de repetição, cada mulher constrói estratégias pessoais para lidar com o tempo e manter alguma estabilidade emocional.

Muitas das participantes referiram estar envolvidas em atividades laborais, ainda que de forma irregular, uma vez que a disponibilidade de trabalho depende da época do ano ou da procura das empresas externas. Apesar das limitações, o trabalho é amplamente valorizado pelas entrevistadas, não apenas como forma de rendimento, mas sobretudo como meio de manter a mente ocupada e o tempo estruturado.

Ana Maria, por exemplo, afirmou trabalhar nas oficinas da empresa “Grupo”, onde montava kits para hotéis. Descreveu a oscilação de rendimentos e a importância de se manter ocupada:

Há dois anos para trás, ganhávamos muito, muito bem. Chegávamos a 250, 300 euros. E agora de um tempo para cá já não ganhámos este dinheiro, não sei porquê. E é muito pouco o trabalho. [...] mas é bom termos trabalho. Estamos ocupadas e ganhamos dinheiro. [...] (Ana Maria, comunicação pessoal, 2025).

De forma semelhante, Amélia e Chantel dizem estar empregadas na área de produção de calçado. Já Chantel (comunicação pessoal, 2025) destacou a importância do trabalho em detrimento de outras atividades: “O que me sustenta aqui é o meu trabalho. [...] Gosto mais trabalhar do que ir à ginástica. Gosto mais de trabalhar, porque lá fora sempre trabalhei e gosto de trabalhar o tempo inteiro”.

As funções variam entre montagem de kits para hotéis, produção artesanal de calçado e serviços internos como a lavandaria. Pamela relatou exercer funções na

lavandaria, com um horário exigente. Reconheceu o esforço físico e psicológico envolvido, mas mostrou-se adaptada:

Na lavandaria [...] Eu também já me arrependi, no início foi muito pesado, mas agora eu já me adaptei. Porque é um serviço muito braçal, é muito pesado, sabe? Muito pesado. E acho que não é só o físico, mas muito o psicológico mental da gente. Porque é muita pressão. [...] Só tem folga no domingo. Trabalho feriado, sábado. [...] (Pamela, comunicação pessoal, 2025).

Judite, por sua vez, descreveu a sua rotina em torno do trabalho, demonstrando disciplina e sentido de responsabilidade: “Normalmente segunda até sexta, mas às vezes nós precisamos trabalhar no sábado ou no domingo, depende se fomos chamados, nós precisamos ficar à disposição, todos os dias” (comunicação pessoal, 2025).

A frequência escolar constitui outra dimensão relevante da ocupação diária, com mulheres a frequentar desde o ensino básico até aos cursos especializados. Algumas destacaram a aprendizagem da língua portuguesa como um elemento central da integração. Ana Maria (comunicação pessoal, 2025) relatava com entusiasmo o progresso na aprendizagem da língua portuguesa, mencionando a leitura de vários livros: “São muito boas. [...] Sim, gosto muito de ir à escola [...] Quando eu posso eu vou para a biblioteca e podemos ver filmes e tem muitos livros”. Judite (comunicação pessoal, 2025) relatou frequentar aulas de português para estrangeiros e demonstrou gosto pela leitura: “ia a escola da língua portuguesa para os estrangeiros. [...] eu gosto de ler, eu venho à biblioteca, eles têm livros em alemão e eu costumava ler em inglês português e alemão”. Joana (comunicação pessoal, 2025), com formação superior, optou por cursos extracurriculares, em áreas como intervenção social e psicologia emocional, demonstrando um envolvimento ativo no seu percurso de reclusão: “Eu aqui faço formações que eu pago [...] já fiz uma, 300 horas de educação social e intervenção comunitária, fiz outra 300 de intervenção precoce com crianças e jovens em risco e agora acabei uma de psicologia emocional no quotidiano”.

As atividades físicas e recreativas também desempenham um papel importante na gestão do tempo e no bem-estar. Entra as modalidades mais referidas estão a ginástica, a dança, o yoga e os treinos funcionais. Essas atividades foram geralmente valorizadas

como formas de aliviar o stress, manter o corpo em movimento e interagir com outras reclusas. Tainá (comunicação pessoal, 2025), por exemplo, destacou o valor da dança e do movimento para aliviar o stress e manter o equilíbrio emocional: “Balançar o corpo. É. Tem que se movimentar. Aliviar o stress, eu ando muito stressada.” Vitória (comunicação pessoal, 2025) afirmou conciliar o gosto pelo desporto com a necessidade de trabalhar: “Então, estou inscrita no rugby, gosto, mas ultimamente não fui porque tinha trabalho e queria aproveitar [...] para ter um bocadinho de dinheiro, optei a ir ao trabalho”.

Algumas reclusas, como Carolina (comunicação pessoal, 2025) indicaram ver nessas atividades sobretudo uma oportunidade de reencontrar amigas de outras alas: Como eu mudei recente da ala quatro para a ala dois, eu tenho ido para essas atividades para me encontrar com as minhas amigas da ala quatro e poder falar com elas”.

Outras participantes mostraram alguma reserva quanto à qualidade e organização das atividades, como transmite Sara (comunicação pessoal, 2025): “O ginásio é muito legal, mas é muito repetitivo. Não muda. Não muda as coisas das atividades. Então a gente acaba cansando também de ir para o ginásio.” Joana criticou a falta de disciplina e respeito nas sessões:

Eu adoro dança, eu já fui à ginástica e ao yoga só que não há disciplina então, nós vamos para lá a professora diz uma coisa e fazem outra, e falam e quer dizer, não se respeita, não há respeito e a aula não dá em nada” (Joana, comunicação pessoal, 2025).

Nos tempos livres, especialmente fins de semana, várias participantes referiram passar o tempo nas celas, ocupando-se com leitura, escrita, arrumação, exercícios físicos ou momentos de introspeção. Pamela destacou a importância do exercício físico: “Faço isso. Faço agachamento. Se não fosse isso, eu já estava mais gorda.” Carolina (comunicação pessoal, 2025) referiu: “Então eu passo o dia na cela tomando café, fazendo sudoku, lendo livros. Às vezes eu fico debaixo da cama fazendo cenas imaginárias. [...] E passo o tempo fazendo nada.” Ana Maria (comunicação pessoal, 2025) referiu a importância de pequenas tarefas para acelerar a passagem do tempo: “Ler, ver televisão, limpar, limpar a tua roupa, limpar a sua cela. Passa o tempo mais rápido”.

A rotina prisional combina elementos estruturantes — trabalho, escola e atividades recreativas — com períodos livres que cada reclusa preenche à sua maneira. O trabalho destaca-se como elemento central, não apenas pelo rendimento, mas pela função de dar sentido e ritmo ao dia. A participação em atividades educativas e físicas reforça a adaptação ao ambiente e contribui para o bem-estar.

3.2. Dinâmicas de segurança e relações no contexto prisional

As percepções das participantes relativamente à segurança dentro do estabelecimento prisional foram, na sua maioria, positivas. A generalidade das entrevistadas afirmou sentir-se segura, tanto no que diz respeito ao espaço físico e à convivência com as demais reclusas, como na relação com as guardas e os procedimentos institucionais. Embora, alguns testemunhos tenham revelado episódios pontuais de tensão ou insegurança, sobretudo ligados a conflitos interpessoais ou a situações de instabilidade emocional vividas por outras mulheres reclusas, estes não foram reconhecidos como situações de perigo constante.

A maioria das mulheres referiu nunca ter experienciado situações em que se tivessem sentido em perigo. Ana Maria (comunicação pessoal, 2025), por exemplo, afirmou sentir-se segura desde o início da sua reclusão: “Não, sempre estive segura.” Declarações semelhantes surgiram de Amélia, Tainá, Judite, Sara, Pamela e Chantel. Tainá (comunicação pessoal, 2025) mencionou que, mesmo quando se encontrava emocionalmente fragilizada, sentia apoio por parte das guardas: “Sim. [...] Às vezes assim, quando eu tô um pouco mal, assim... As guardas perguntam o que que tá se passando, se é algum problema com alguma reclusa. [...] Mas nunca aconteceu nada.” Judite (comunicação pessoal, 2025), por sua vez, referiu evitar conflitos como estratégia de proteção: “Não, não. E também eu evito dificuldades com as outras.” Sara (comunicação pessoal, 2025) reconheceu que existem conflitos, mas sublinhou que nunca foi envolvida em nenhum episódio: “Tem brigas, tem e acontecem situações, mas nunca foi comigo”.

Outras mulheres admitiram ter presenciado violência, como relatou Joana (comunicação pessoal, 2025): “Já houve muitos episódios, mas não foi comigo e afastei-

me porque se eu estivesse lá no meio tinha levado até com uma cadeira na cabeça.” Chantel (comunicação pessoal, 2025) afirmou que a sensação de insegurança só surgiu no início da reclusão, mas que, com o tempo, essa percepção se dissipou: “No princípio, quando entrei. Depois fui vendo que não era nada daquilo que eu pensava. [...] É diferente. É tranquilo”.

Contudo, nem todos os testemunhos foram completamente isentos de episódios de tensão. Carolina (comunicação pessoal, 2025) relatou ter vivido um episódio de agressão por parte de outras reclusas, ainda que o tenha interpretado como um conflito interpessoal, sem relação com nacionalidade ou discriminação: “Já, na ala quatro, em relação às reclusas me baterem, porque eu estava em número menor. [...] Não, não, não. Era questão de briga mesmo, de problema entre reclusa com reclusa.” Pamela (comunicação pessoal, 2025) afirmou sentir-se segura no atual estabelecimento, mas distinguiu esta experiência da que viveu em Tires, onde referiu ter assistido a episódios constantes de violência entre mulheres reclusas: “Sinto. Lá [em Tires] não me sentia. [...] Bastante. Todo dia. Duas, três, quatro. Sempre.” Vitória (comunicação pessoal, 2025) foi a única participante a associar diretamente o sentimento de insegurança a um episódio traumático- o suicídio de uma reclusa- que lhe provocou uma crise de ansiedade agravada pela ausência de redes de proteção física: “Se calhar quando se enforcou a 106. Estávamos todas em pânico [...], sei lá, sim, queria se jogar do piso [...] antes de haver redes de segurança.” As dinâmicas relacionais no cotexto prisional revelam-se complexas, oscilando entre amizade genuína, desconfiança e convivência prudente. Para muitas, é essencial avaliar constantemente em quem confiar e até que ponto se expor emocionalmente.

Algumas mulheres relatam experiências positivas e destacam laços afetivos sólidos. Ana Maria, por exemplo, partilha:

Neste momento posso dizer que sim, na altura não. Desde que estou na ala 1, posso dizer que tenho uma amiga muito verdadeira. [...] Não é só uma, são duas. Uma é grávida e uma é também estrangeira, francesa. As outras, tenho medo de que me metam em barulho. E isso eu não quero (Ana Maria, comunicação pessoal, 2025).

Tainá recorda uma relação especial com outra mulher brasileira que já não está detida e o apoio que passou a receber de uma mulher reclusa cigana:

Ela era a minha melhor amiga. Quando ela foi embora eu fiquei mal um tempo ainda. [...] Já tinha mais assim umas pessoas que confiaram um pouquinho. [...] Meu amorzinho é ela aqui. Ela tem um pouquinho da minha outra amiga Tainá que foi embora (Tainá, comunicação pessoal, 2025).

Carolina (comunicação pessoal, 2025), por sua vez, descreve amizades de tal importância que deseja mantê-las para além da reclusão: “Sinto que tenho amigas verdadeiras. Que eu vou levar para o resto da minha vida. Que eu vou tatuar em mim.” Também Chantel (comunicação pessoal, 2025), apesar do receio inicial, reconhece ter sido acolhida: “Eu tinha medo delas, mas elas estavam aí para mim”.

Em contraste, outras participantes revelam uma postura de maior distanciamento. Esta ambivalência relacional leva algumas reclusas a preferirem manter uma convivência neutra, mas sem intimidade. Pamela (comunicação pessoal, 2025) é direta: “Amigo aqui dentro a gente não tem. Só colega.” Joana (comunicação pessoal, 2025) adota uma postura semelhante, evitando o envolvimento em intrigas: “eu não sou de muitas falas”.

Judite (comunicação pessoal, 2025) destaca também a importância de selecionar com quem se relaciona. Refere ainda que evita conflitos de propósito, para não comprometer os privilégios que tem, como o trabalho ou as visitas: “Falo com algumas e outras não, depende se alguém quer falar comigo. [...] Muitas dizem uma coisa e fazem outra coisa. [...] Se eu faço uma coisa contra a lei fico sem visita”.

Apesar de vários relatos de convivência pacífica, a presença de conflitos e tensões é recorrente. Chantel (comunicação pessoal, 2025) reconhece: “Não são todos que nos aceitam na cadeia. [...] É muitas intrigas. [...] Coisinhas sem importância é motivo de andar à porrada.” Carolina (comunicação pessoal, 2025), por sua vez, destaca a necessidade de impor respeito para se proteger: “O facto de eu ter dado uma surra nessa moça que me bateu fez com que as pessoas me respeitassem mais. [...] A partir do momento que você não faz nada, as pessoas perdem o respeito por você.” Tainá (comunicação pessoal, 2025) recorda uma situação em que ameaçou fisicamente outra

mulher reclusa: “Se o filho dela machucasse o meu, eu ia bater nela. Eu falei assim, nem que eu leve o castigo, mas eu quebro a sua cara.” Algumas entrevistadas referem ser alvo de julgamentos ou rumores relacionados com o crime. Ana Maria (comunicação pessoal, 2025) desabafa: “Às vezes dizem que eu trafiquei as crianças. Isso não foi verdade. [...] E eu não trafiquei as crianças. [...] Eu até pedi o meu processo para mostrar a toda a gente que é mentira”.

A nacionalidade surge como elemento estruturador da convivência. Sara (comunicação pessoal, 2025) aponta uma divisão visível: “Normalmente as brasileiras estão juntas, as portuguesas estão juntas, as ciganas estão juntas aqui. [...] Elas dizem que não, mas tem essa separação.” Enquanto Chantel (comunicação pessoal, 2025) afirma dar-se bem com todas: “Eu me dou bem com as ciganas, dou-me bem com as portuguesas, dou-me bem com as brasileiras [...] Também tenho amigas da minha cor, da minha raça.” Amélia (comunicação pessoal, 2025) reconhece a rejeição por parte de algumas portuguesas ciganas: “As portuguesas normais não muito, mas as ciganas... parece que não gostam muito de nós brasileiras.” Pamela (comunicação pessoal, 2025) reconhece o preconceito entre grupos, mas procura ultrapassá-lo: “Eu abraço. Não tenho nojo. [...] Até uma que pediu papel higiênico esses dias, eu arrumei e emprestei pra ela.” Já Vitória, embora diga dar-se bem com muitas, afirma que há poucas brasileiras com quem se possa “abrir a 100%”.

A relação com os profissionais prisionais - particularmente guardas - constitui uma dimensão essencial da vivência carcerária. Os testemunhos analisados revelam experiências diversas, que oscilam entre o reconhecimento de apoio e humanidade por parte de alguns profissionais, e percepções de rigidez excessiva, julgamento moral ou desvalorização da condição das mulheres reclusas.

Várias entrevistadas descreveram relações positivas e até afetivas com os guardas. Ana Maria expressa de forma clara este apreço, sublinhando ainda o apoio institucional:

Eu adoro todas as guardas. Eu tenho respeito de todas. Só que algumas eu posso abrir-me mais. [...] O que vou ter saudades daqui da cadeia é das minhas amigas e das guardas [...] A diretora, a ajuda da diretora e a doutora Carlota. [...] Quando precisas de apoio eles te dão. Depende do respeito que dás (Ana Maria, comunicação pessoal, 2025).

Joana (comunicação pessoal, 2025) também refere ter recebido atenção por parte dos guardas, especialmente em momentos de fragilidade emocional: “Já várias me perguntaram: a Joana não anda muito bem, anda murchinha. [...] há algumas que me apoiam muito, parece que já me conhecem [...] dizem-me: você hoje não está bem”.

A reclusa Vitória partilha uma experiência semelhante no que toca à perceção do português. Sublinha ainda a importância do respeito mútuo:

Por parte das guardas, eles foram super, super impecáveis, elas tiveram muita paciência. A menina Mônica, ela é uma chefe muito rígida, mas ela estava sempre paciente para nos explicar mais devagar. [...] Uma vez que dá respeito a essa pessoa, essa pessoa tem que dar respeito. [...] Eu acredito que foi a educação, mesmo a educação quanto ao respeito (Vitória, comunicação pessoal, 2025).

Embora algumas mulheres reclusas reconheçam abertura e empatia por parte dos guardas, muitas referem que essa relação é seletiva e dependente da personalidade de cada profissional. Tainá (comunicação pessoal, 2025), por exemplo, conta que inicialmente tinha receio, mas com o tempo criou relações de maior confiança: “Eu tinha medo de falar alguma coisa e insultar, sabe? Mas foi indo. E as guardas foram me tranquilizando”.

Amélia partilha também uma relação afetuosa com algumas guardas, com quem brinca e estabelece laços de familiaridade. Contudo, reconhece que há momentos de tensão:

Foi uma guarda lá do trabalho que fez esses corações. Foi a menina Bernadette. [...] Quando a gente fala no refeitório e ela se pega a gente falando, briga com a gente. E não é legal. Aí a gente diz: desculpa, senhora Guarda (Amélia, comunicação pessoal, 2025).

Sara (comunicação pessoal, 2025), por outro lado, mantém uma relação mais neutra, preferindo manter distância: “Nunca fiquei de muita conversa com guardas também. [...] Nunca nenhum guarda me tratou mal. [...] Já me chamaram a atenção e eu senti: eu não fiz nada. Mas eu nunca discuti”.

Se por um lado há experiências positivas, por outro, algumas mulheres reclusas denunciam comportamentos depreciativos. Carolina (comunicação pessoal, 2025) relata: “Tem uns que chamam a gente de bandidagem. ‘E aí bandidagem, como é que vocês estão?’”. Judite expressa um sentimento de desvalorização e a dificuldade em ser ouvida: “As reclusas não têm valor e muitas guardas não nos tratam como humanos. [...] Se falamos de uma coisa, elas não ouvem. [...] As guardas tratam, mas não é como se trata uma pessoa lá fora”.

Pamela (comunicação pessoal, 2025) destaca diferenças entre estabelecimentos e relata um episódio marcante: “Em Tires, as guardas são mais humanas. [...] Aqui elas são muito rígidas. Tem que saber ver as pessoas, enxergar o comportamento. [...] Teve uma que falou assim: ‘vai mulas, vamos jantar, mulinhas’”.

Tainá (comunicação pessoal, 2025) relata situações em que se sentiu discriminada por ser brasileira: “Tem guardas que dizem: vocês brasileiras chegam aqui e vêm para roubar nossos maridos. [...] Se eu precisar de alguma coisa, espero outro turno”.

A maioria das entrevistadas reconhece que as experiências variam muito de profissional para profissional. Enquanto algumas são descritas como acessíveis, compreensivas e respeitadas, outras são percebidas como autoritárias, distantes ou preconceituosas. Carolina resume esta ambivalência: “Alguns deles não me compreendem. Alguns sim. [...] Tem outras guardas [...] que são extremamente maravilhosas. 100%.” Também Joana (comunicação pessoal, 2025) distingue entre diferentes atitudes: “Há guardas que falam e param mesmo a falar comigo [...] impecáveis. Mas há duas ou três que são assim mais... frias”.

3.3. Processos disciplinares e cuidados de saúde

A questão do comportamento em reclusão e da aplicação de medidas disciplinares surgiu com relevância nas entrevistas, permitindo compreender como as mulheres reclusas percebem as regras da instituição, as consequências das infrações e a forma como lidam com a autoridade e o controle no cotidiano prisional.

A maioria das entrevistadas referiu não ter qualquer registro disciplinar, evidenciando uma adaptação tranquila às regras da prisão e um esforço consciente por

manter um comportamento considerado exemplar. Declarações como “Não tenho nada disso. Graças a Deus” (Pamela, comunicação pessoal, 2025). “Nunca levei nenhum castigo” (Sara, comunicação pessoal, 2025) ou “Sempre impecável” (Vitória, comunicação pessoal, 2025) refletem uma valorização da conduta disciplinada como estratégia de autopreservação e boa convivência no ambiente prisional.

Entre as mulheres que referiram ter sido alvo de sanções, a maioria descreveu participações de gravidade moderada, como repreensões escritas por pequenas infrações, muitas vezes relacionadas com a partilha de objetos pessoais entre reclusas, prática proibida pelas normas institucionais. Ana Maria (comunicação pessoal, 2025) recorda: “Quando entrei eu não sabia que não podíamos fazer trocas de sapatos. [...] Por isso levei uma repressão escrita.” Situação semelhante foi referida por Amélia (comunicação pessoal, 2025), que acumulou três repreensões: “Uma porque eu emprestei um sapato a uma rapariga [...], a outra foi por causa de uma discussão [...], e a terceira foi porque fiz elevador para a minha amiga embaixo.” Estas ocorrências, embora aparentemente inofensivas, são tratadas com rigor pela instituição, o que é reconhecido pelas próprias entrevistadas, como evidencia Amélia: “Aqui qualquer coisinha já é...”.

Chantel (comunicação pessoal, 2025) também relatou duas repreensões, admitindo que as ações foram inadequadas e demonstrando concordância com as penalizações recebidas: “Achei justo porque foi um erro meu” e “Ela não fez mal para mim [...], mas eu como estava ali fechada [...] acabou sobrando para a guarda.” Estes relatos demonstram não só o reconhecimento de erros, mas também a consciência do impacto que o isolamento e a frustração podem ter no autocontrolo.

O caso mais grave foi descrito por Carolina (comunicação pessoal, 2025), que admitiu ter agredido fisicamente uma colega após um episódio de roubo: “Dei uma surra nela, deixei ela desmaiada. Aí fui para castigo.” Neste caso, o processo disciplinar assumiu maior severidade, ilustrando como situações-limite podem provocar reações extremas num contexto marcado por tensão. Em paralelo, algumas entrevistadas referiram ter apresentado queixas formais contra colegas, não por agressões físicas, mas por comportamentos que prejudicavam o bem-estar no espaço partilhado, como ruído excessivo durante a noite ou comentários ofensivos, evidenciando a importância atribuída à preservação equilíbrio e do respeito mútuo na ala.

Olhando agora para a segunda parte, as percepções das reclusas sobre os cuidados médicos prestados em contexto prisional revelaram-se diversas, oscilando entre avaliações positivas, críticas à demora no atendimento e sentimentos de frustração quanto à resposta clínica em situações mais delicadas. Muitas consideram, que, no geral, os cuidados de saúde estão disponíveis e são prestados com qualidade, sobretudo no que diz respeito a situações simples e de resposta rápida. Tainá (comunicação pessoal, 2025) afirmou que: “se eu tiver com dor de cabeça [...] eles chamam, a gente toma remédio e pronto”. Ana Maria (comunicação pessoal, 2025) também descreve o sistema como funcional, embora dependente da mediação das guardas: “Temos datas de mapas e consultas. [...] Temos que falar com as guardas. Elas ligam para lá e depois eles me chamam”.

Ainda assim, várias mulheres destacaram a dificuldade de acesso rápido a consultas, sobretudo em situações imprevistas ou mais complexas. Amélia (comunicação pessoal, 2025) relata frustração face à demora no atendimento e à forma como os pedidos são muitas vezes recebidos com indiferença ou hostilidade: “eles põem um monte de pretexto para não atender a gente [...] A dor não avisa. [...] Eu faço tudo para não bater na porta. Porque elas vêm numa ignorância tão grande que chega e a dor vai embora.” Carolina (comunicação pessoal, 2025) também assinala este tipo de resistência inicial, embora reconheça que, uma vez atendida, a qualidade dos cuidados é positiva: “Às vezes eles demoram para atender, mas também quando atendem, atendem muito bem.” No entanto, menciona que respostas simplistas – como recomendarem apenas “beber água” – são vistas como desvalorização da queixa e causam revolta. A demora no acesso aos clínicos foi ainda apontada por Pamela (comunicação pessoal, 2025): “Toda a vida, toda a vida, pra poder marcar um clínico”.

O relato mais grave foi o de Sara (comunicação pessoal, 2025), que, após sofrer um aborto espontâneo na prisão, sentiu que a situação foi subestimada e que os cuidados prestados foram insuficientes. A entrevistada descreve a experiência como traumatizante e critica o tempo excessivo de espera: “Fiquei na cela. Sangrando sozinha. [...] Só mais de um mês e meio que eu fui lá fora fazer [exames]. [...] É muito grave. [...] O chefe, todo mundo ficou revoltado”.

Outro aspeto abordado foi o acompanhamento nos serviços de saúde externos, onde as reclusas indicam ser sempre levadas algemadas e acompanhadas por guardas, inclusive durante exames íntimos. Sara (comunicação pessoal, 2025) conta-nos: “Até

exame que a gente faz de mama e tudo, tem que ter uma guarda. [...] A guarda tem que estar ali dentro.” Apesar da normalização deste procedimento pelas reclusas, a sua descrição expõe limitações à privacidade e ao conforto durante o atendimento médico.

No que respeita à eventual discriminação com base na nacionalidade, a maioria das entrevistadas afirmou não notar diferenças de tratamento entre portuguesas e estrangeiras. Tainá (comunicação pessoal, 2025) referiu: “Acho que isso não tem muita diferença, não.” Pamela também sublinhou que “demora muito tempo pra todo mundo”, sugerindo que as dificuldades decorrem de limitações estruturais, e não de desigualdades no tratamento.

4. Mudanças pessoais e reflexão interior

A experiência de reclusão, ainda que marcada por sofrimento, revelou-se para muitas das entrevistadas como um momento propício à introspeção e à transformação pessoal. Os discursos das participantes evidenciam alterações significativas na personalidade, nas prioridades da vida e na forma de se relacionarem com os outros e consigo próprias. Uma das mudanças mais frequentemente referidas diz respeito ao fechamento emocional e à cautela nas relações interpessoais, interpretados como mecanismo de autoproteção num contexto percecionado como hostil ou permeado por desconfiança. Amelia (comunicação pessoal, 2025) assume: “Fiquei mais fechada, pra mim abrir, porque aqui também não dá pra gente se abrir com toda a gente [...] até pra minha família lá fora.” Uma mudança semelhante é referida por Sara (comunicação pessoal, 2025): “Deixei de acreditar. [...] Tenho muita dificuldade de confiar nas pessoas desde pequena. E agora piorou.” Essa retração emocional surge muitas vezes associada a um sentimento de vigilância constante e à perceção de risco em se expor ou demonstrar vulnerabilidade.

Por outro lado, várias participantes identificam o tempo de reclusão como um processo de amadurecimento e de reavaliação das escolhas de vida, marcado por uma reflexão crítica sobre o passado e por uma redefinição de objetivos para o futuro. Amelia (comunicação pessoal, 2025), ao refletir sobre o seu comportamento antes da prisão, reconhece: “Só queria saber de roupa, sapato, bolsa. [...] E agora eu vejo que a minha cabeça estava totalmente errada.” Esta tomada de consciência parece ser impulsionada,

em alguns casos, pelo afastamento dos filhos e pelo desejo de reconstruir os laços familiares, como evidencia Vitória (comunicação pessoal, 2025): "Nunca mais na vida vou deixar ninguém me afastar de meus filhos, assim tanto tempo".

A reclusão também é interpretada, por algumas, como uma oportunidade de transformação positiva. Chantel (comunicação pessoal, 2025), por exemplo refere: "Ao tempo que cá estou, aprendi muito, aprendi a pensar, voltei a sorrir. [...] A mágoa foi-se libertando aos poucos. A minha mente foi abrindo." Este tipo de discurso, mais otimista, sugere que o tempo de privação pode ser vivido como um espaço de resgate da autoestima e de reconfiguração identitária. Contudo, nem todas experienciam mudanças profundas ou sentem que a prisão tenha promovido um desenvolvimento pessoal significativo. Joana (comunicação pessoal, 2025), por exemplo, afirma: "Acho que continuo a ser a mesma. Mais triste. Muitas vezes mais triste do que era".

Em alguns discursos, a transformação assume uma dimensão ética e moral, revelando um maior sentido de responsabilidade em relação às consequências dos próprios atos. Pamela (comunicação pessoal, 2025) reflete: "Eu ia estragar muitas famílias. [...] Hoje eu tô fazendo mal a mim. Porque eu tô presa. Eu sofro todo dia." Esta consciência do impacto do crime nos outros e em si mesma traduz um reposicionamento ético e um desejo de reparação.

Finalmente, há testemunhos que destacam mudanças comportamentais concretas, como a aprendizagem da paciência ou o desenvolvimento da empatia. Amelia (comunicação pessoal, 2025) afirma: "Mudou muita coisa. Da minha forma de pensar, da minha forma de agir. Da minha paciência." Já Pamela (comunicação pessoal, 2025) refere uma transformação na forma como se relaciona com os outros e descreve ter aprendido a impor limites e a dizer “não”: "Eu me fechei mais um pouco. [...] Eu ajudava muita gente. [...], mas agora elas me pedem... Não, não tem. Desculpa, mas não tem. Uma coisa que eu mudei: para mim, é difícil falar não. [...] Mudei muito nisso".

No conjunto, os relatos revelam que, apesar da dor e da privação, a experiência prisional pode suscitar processos de transformação pessoal que vão desde o distanciamento emocional e a introspeção até mudanças mais profundas na identidade, valores e projetos de vida. No entanto, tais transformações não são homogêneas nem

universalmente positivas, variando consoante o percurso individual e o contexto relacional de cada mulher reclusa.

5. Projetos e expectativas para o futuro

A projeção da vida após a reclusão revela-se um aspeto central na narrativa das entrevistadas, funcionando simultaneamente como fonte de motivação e como estratégia de reconstrução identitária. As respostas recolhidas demonstram, em grande parte, um desejo de reinício, associado à procura de estabilidade familiar, reinserção laboral e afastamento de contextos ou pessoas que associam ao passado delituoso.

A reaproximação à família, em especial aos filhos e aos pais, surge como um eixo estruturante da maioria dos projetos. Ana Maria (comunicação pessoal, 2025) expressa de forma clara: “Quero ser os meus pais e os meus filhos. Se eu andar com o meu ex companheiro, vou entrar outra vez na cadeia.” De igual modo, Vitória (comunicação pessoal, 2025) expressa o desejo de reencontro e de retomar os cuidados maternos: “Ir logo atrás dos meus filhos, procurar um trabalho, ir à beira da minha mãe.” A família é evocada como um espaço de pertença, reparação e âncora para a reconstrução do futuro.

Esta necessidade de mudança é também acompanhada por uma forte intenção de distanciamento de ambientes ou relações de risco, muitas vezes apontados como responsáveis, direta ou indiretamente, pelo envolvimento em comportamentos desviantes. Pamela (comunicação pessoal, 2025) manifesta com firmeza: “Eu quero passar longe da gente que desce e fuma maconha. [...] Eu não quero saber de ninguém.” Tainá (comunicação pessoal, 2025), por sua vez, reforça a intenção de proteger o filho e de quebrar ciclos de exposição a más influências: “Quero me afastar de certas companhias [...] porque eu vejo que ele é muito assim, tudo o que vê, quer fazer”.

Os planos profissionais apresentam-se como um elemento central nos projetos de vida, expressando o desejo de autonomia económica e de reintegração social. Algumas reclusas projetam retomar ou investir em atividades já conhecidas, como Amelia (comunicação pessoal, 2025): “Quero trabalhar com isso aqui em Portugal. E unhas de gel que eu sei fazer. E cílios.” Outras apontam novas ambições, como Sara (comunicação pessoal, 2025), que diz: “Quero terminar meus estudos [...] e futuramente abrir um negócio meu, na área da estética ou enfermagem.” A área da estética, em particular, surge

mencionada por várias entrevistadas, talvez pela familiaridade e acessibilidade associadas.

O regresso ao país de origem é outro tema presente nos discursos, sobretudo entre aquelas que mantêm laços familiares fortes ou sentem que a reinserção fora do país de acolhimento será mais viável. Ana Maria (comunicação pessoal, 2025) afirma querer: “voltar para a Romênia, caminhar no caminho certo, trabalhar e acompanhar a vida dos meus filhos e dos meus pais”, enquanto Tainá (comunicação pessoal, 2025) planeia retornar ao Brasil para “voltar a estudar, trabalhar e viver perto da família.” Em contrapartida, algumas, como Chantel (comunicação pessoal, 2025), manifestam vontade de permanecer em Portugal, mas reforçam a importância de manter ligação com o país de origem: “Quero trabalhar aqui, voltar a ajudar minha família lá e depois vou lá para a campá da minha mãe e do meu pai”.

No entanto, nem todas apresentam um plano definido. Há ainda quem manifeste incerteza face ao futuro, expressando uma postura mais realista ou até resignada. Sara (comunicação pessoal, 2025), por exemplo, afirma: “A gente cria expectativas, sonhos, imagina um monte de coisa. Mas nem sempre tudo acontece como a gente espera”.

Algumas entrevistadas trazem uma visão mais singular ou fragmentada do futuro. Carolina (comunicação pessoal, 2025), cuja situação é marcada por ameaças à sua integridade física, não planeia viver com o filho, apesar do desejo de manter contacto: “Ele vai ficar na casa do pai dele e eu fico indo visitar.” Já Judite (comunicação pessoal, 2025), de forma simbólica, expressa a vontade de partilhar a sua experiência através da escrita: “Eu vou escrever um livro sobre esta coisa”.

Em suma, os discursos destas mulheres revelam um forte investimento simbólico no futuro como espaço de redenção, reorganização e sentido, ainda que permeado por incertezas e dificuldades. Os seus projetos envolvem, maioritariamente, o reforço dos vínculos afetivos, a reconstrução da vida familiar, a aposta no trabalho e na educação, e o afastamento de contextos considerados prejudiciais. Estes planos, embora idealizados, refletem uma clara vontade de mudança e superação.

Capítulo IV: Discussão dos resultados

A análise dos testemunhos das mulheres estrangeiras em contexto prisional revelou uma diversidade de experiências marcadas por tensões, resistências, vulnerabilidades e estratégias de resiliência. Neste capítulo, procurou-se discutir os principais resultados à luz do quadro teórico previamente apresentado, estabelecendo articulações entre as formas como as entrevistadas descrevem as suas vivências e os contributos da literatura sobre a adaptação à reclusão feminina.

Com base nas diferentes dimensões analisadas — desde a adaptação inicial à prisão até às relações interpessoais, passando pelas rotinas, sofrimento emocional e pelas expectativas em relação ao futuro — tornou-se possível compreender de que modo a condição de estrangeira influencia e molda a construção narrativa das trajetórias de encarceramento. Esta discussão permite contextualizar os dados empíricos, identificar convergências e divergências face à literatura existente e aprofundar a compreensão dos significados atribuídos à experiência prisional pelas mulheres entrevistadas. Nesse sentido, é possível reconhecer padrões, contrastes e singularidades na experiência de encarceramento feminino estrangeiro, interpretando-os em consonância com os objetivos propostos e com o enquadramento teórico previamente definido.

Tendo em conta que as mulheres reclusas estrangeiras se distinguem das portuguesas por razões culturais e de nacionalidade, procurou-se compreender de que formas estas diferenças são invocadas pelas próprias entrevistadas para dar sentido às suas experiências prisionais. Nos testemunhos, a condição de estrangeira surge associada, de forma recorrente, a uma intensificação do isolamento social. A distância geográfica e a ausência de redes de apoio locais são apontadas como fatores que reduzem a frequência das visitas e o contacto presencial com os familiares, circunstância que, em contexto nacional, poderá ser diferente para as mulheres reclusas portuguesas, uma vez que se encontram detidas em território nacional. Pamela (comunicação pessoal, 2025) ilustra bem essa situação ao afirmar: “A minha mãe não pode vir, é muito longe... só falo com ela quando dá”. O discurso de Pamela não evidencia apenas a ausência de visitas, mas também revela a forma como a entrevistada constrói a sua experiência de perda, recorrendo a uma formulação que associa a distância geográfica ao sentimento de abandono.

A barreira linguística é igualmente relatada como um elemento significativo, sobretudo por algumas entrevistadas que associam a dificuldade de comunicação a episódios de incompreensão e frustração. Contudo, nos discursos, esta limitação nem sempre aparece como absoluta: mulheres de origem semelhante ou que partilham o mesmo idioma referem a formação de pequenos núcleos de solidariedade. Este dado confirma estudos anteriores (Cunha, 2007), que apontam para a coexistência de afastamento e alianças seletivas entre reclusas com base na origem e na língua.

Curiosamente, a maioria das entrevistadas não relata experiências sistemáticas de discriminação explícita por parte da instituição, contrariando parcialmente o que descrevem alguns estudos internacionais sobre xenofobia em contexto prisional. As narrativas indicam que a diferença mais marcante não é tanto no tratamento formal, mas na ausência de redes externas e no sentimento de “estar fora de lugar”.

Uma outra questão orientadora da análise consistiu em perceber de que forma as especificidades culturais influenciam a adaptação à prisão e como as mulheres estrangeiras relatam o seu processo de ajustamento. Nos testemunhos recolhidos, emergem narrativas que associam as normas culturais de origem às estratégias relacionais adotadas em contexto prisional. As participantes mencionam que as normas culturais interiorizadas antes da reclusão moldam as estratégias relacionais, influenciando tanto o posicionamento perante o grupo de pares como as interações com o pessoal da instituição.

Os testemunhos recolhidos evidenciam que o momento de entrada na prisão é, para a maioria destas mulheres, profundamente desestabilizador. Emoções como medo, solidão e desorientação são frequentemente referidas, o que confirma a correspondência entre estas narrativas e aquilo que a literatura designa como fase crítica de ajustamento inicial (Gonçalves, 2000, 2008). De acordo com Haney (2001), a entrada na prisão corresponde a uma rutura brusca com o mundo exterior e com as referências identitárias, o que exige um processo de reorganização psicológica e emocional.

A este respeito, os relatos de mulheres como Joana e Chantel — que descrevem o início da reclusão como o momento “mais solitário” — encontram eco na teoria das instituições totais de Goffman (1961), onde se sublinha a perda de controlo sobre o espaço, o tempo e a própria apresentação de si. A ausência de objetos familiares, de vínculos afetivos imediatos e de previsibilidade no quotidiano agrava a sensação de despersonalização e impotência, frequentemente referida na literatura como uma das

principais “punições” da prisão (Sykes, 1958). Pamela (comunicação pessoal, 2025) ilustra este impacto inicial ao afirmar: “Nos primeiros dias chorei muito... ficava quietinha no canto, com medo de tudo”. Este testemunho, mais do que apenas relatar sofrimento, constitui também uma forma de construção narrativa que enfatiza a vulnerabilidade inicial, projetando uma imagem de fragilidade face ao ambiente desconhecido.

Embora algumas mulheres refiram não ter sentido um impacto tão negativo, a maioria reconhece que os primeiros dias foram marcados por insegurança e desorientação. Este padrão é coerente com o que Gonçalves (2008) identifica como uma fase de “desorganização inicial”, comum a muitos reclusos, especialmente aos que não têm histórico criminal anterior ou que são confrontados com a prisão num país estrangeiro, sem rede de apoio local.

Ao mesmo tempo, nota-se que, após este impacto inicial, várias narrativas evidenciam a emergência de estratégias de adaptação que revelam capacidade de reorganização interna. O silêncio, a observação cautelosa e o distanciamento de conflitos são evocados como comportamentos que se alinham com as estratégias defensivas descritas por Goffman (1961) e Clemmer (1940). A prisionização — entendida como a progressiva internalização dos códigos e rotinas do ambiente prisional — parece, assim, ocorrer de forma silenciosa, muitas vezes traduzida num comportamento de conformidade e retraimento. No entanto, nem todas as estratégias se orientam para a invisibilidade. Um exemplo ilustrativo surge no relato de uma participante que, após agredir outra reclusa, afirma ter passado a ser mais respeitada pelas demais. Este episódio remete para o “código do recluso” descrito por Clemmer (1940) - um código relacional próprio entre reclusos, distinto do código institucional - que pune este tipo de condutas -, mas que, no universo prisional informal, funciona como um mecanismo de afirmação e conquista de estatuto.

Este conjunto de discursos reflete ideias inspiradas no trabalho de Goffman (1961) sobre a gestão da identidade em contextos despersonalizantes. Mesmo num ambiente prisional marcado por restrições, as mulheres entrevistadas apresentam-se como ativas na busca de manter alguma coerência pessoal. Para algumas, aprender as regras institucionais e informais não significa passividade, mas sim a aquisição de margem para gerir interações e evitar sanções.

Um outro aspeto central emergido nos testemunhos diz respeito aos significados que as mulheres reclusas estrangeiras atribuem às redes internas e externas no seu processo de adaptação à prisão. Nos discursos, a vivência da reclusão é marcada por uma rutura dos vínculos afetivos, em especial para mulheres com filhos, para quem a maternidade assume um papel central na construção identitária (Cunha, 2007). A ausência física da família, sobretudo dos filhos, é apresentada como uma privação relacional, que nas narrativas adquire também um peso simbólico, afetando a perceção de continuidade biográfica. Entre as entrevistadas estrangeiras, a limitação de visitas e o acesso restrito a informações sobre familiares é relatada como fator que intensifica o sentimento de distância e deslocamento. Ana Maria (comunicação pessoal, 2025) recorre a uma metáfora corporal para expressar a saudade dos filhos: “A saudade dos meus filhos dói no corpo”. A escolha desta formulação sublinha a intensidade do sofrimento, mas também pode ser lida como uma estratégia narrativa para legitimar a centralidade da maternidade na sua identidade perante o olhar da investigação.

As redes externas — compostas por filhos, familiares próximos e, em alguns casos, amigos — são descritas por aquelas mulheres como fontes de esperança e referência identitária. Mesmo à distância, essas pessoas funcionam como motores de resiliência, motivando a aguentar e preservando a ligação a um passado e a um futuro fora da prisão (Leandro & Lins, 2019). Segundo estes relatos, a comunicação com estas figuras de referência, seja através de telefonemas, cartas ou visitas esporádicas, adquire um significado simbólico que vai além do contacto em si: representa, nas narrativas, a preservação de um elo com o mundo exterior e com a própria identidade. A partir dos discursos analisados, é possível perceber que a condição de estrangeira amplifica esta dor, limitando oportunidades de contacto e dificultando a manutenção dos vínculos familiares.

Relativamente às redes internas, as entrevistadas relatam que as relações estabelecidas entre as mulheres estrangeiras reclusas são marcadas por uma ambivalência constante entre proximidade e distância, apoio e conflito. Tal como sublinhado por Cunha (2002), a prisão feminina não é apenas um espaço de contenção física, mas também um campo relacional denso, onde se constroem e desconstroem alianças, afetos e rivalidades. Os discursos revelam que, embora algumas reclusas tenham desenvolvido laços significativos de amizade, a maioria relata adotar uma postura de cautela, evitando envolvimento emocional profundo que possam comprometer a sua estabilidade ou segurança. Pamela (comunicação pessoal, 2025) ilustra esta reserva quando afirma:

“Choro quietinha no banheiro... não quero que ninguém veja”. Este testemunho sugere uma estratégia narrativa de autopreservação, onde o silêncio e a descrição são elementos centrais na forma como a entrevistada apresenta a sua experiência emocional.

Este posicionamento estratégico — de falar apenas o necessário, evitar exposições e gerir seletivamente as interações — corresponde, nos discursos, ao que Goffman (1961) designa como "adaptação secundária": formas criativas de lidar com as tensões do sistema totalizante sem romper com ele. Nos relatos, a opção por manter relações cordiais, mas distantes, surge como um mecanismo de autopreservação num ambiente onde a confiança é frágil e a reputação pode ser facilmente posta em causa.

A literatura também refere que, no contexto prisional feminino, as relações interpessoais são atravessadas por uma emocionalidade intensa, sendo tanto espaço de suporte como de competição (Macedo, 2017). A presença de intrigas, julgamentos, rumores ou mesmo agressões físicas, como relatado por algumas entrevistadas, confirma essa dimensão ambivalente das dinâmicas de grupo, onde a defesa da reputação se torna um imperativo constante.

Além disso, os discursos também refletem a influência das afinidades étnicas e culturais nos modos de convivência. A separação informal entre brasileiras, portuguesas, ciganas e outras nacionalidades reflete o que Cunha (2002) já identificava como “microcomunidades de pertença”, formadas tanto por afinidade como por necessidade de proteção. Apesar de algumas entrevistadas afirmarem valorizar a convivência intercultural, outras apontam episódios de discriminação ou exclusão com base na nacionalidade ou origem social, o que complexifica ainda mais o tecido relacional da prisão.

No que toca à relação com as guardas prisionais, os testemunhos revelam experiências díspares, que oscilam entre o reconhecimento de apoio emocional e o relato de comportamentos rígidos, distantes ou mesmo ofensivos. Tal como aponta Foucault (1975), o poder em contexto prisional não se exerce apenas pela punição formal, mas também por um conjunto de mecanismos disciplinares que moldam comportamentos e normalizam condutas. Contudo, estudos mais recentes sobre o clima moral e o poder relacional nas prisões mostram que as interações interpessoais- incluindo demonstrações de empatia e cuidado - podem desempenhar um papel relevante na manutenção da ordem. Algumas entrevistadas relatam experiências positivas com determinadas guardas,

descrevendo-as como acessíveis, atentas e capazes de prestar apoio emocional em momentos de fragilidade, o que contradiz parcialmente a imagem monolítica de uma autoridade punitiva. Nos testemunhos, estas relações mais humanizadas revelam que o poder pode ser exercido também de forma relacional e subjetiva, em função da postura de cada profissional e da reciprocidade estabelecida com as mulheres reclusas. No entanto, os discursos também denunciam práticas de rotulagem (“bandidagem”, “mulas”), atitudes discriminatórias e condutas autoritárias que reatualizam a fronteira entre quem manda e quem obedece. Estas percepções alinham-se com a análise de Sykes (1958), para quem a dor da prisão inclui não só a privação da liberdade, mas também a perda de estatuto e de respeito social.

A experiência com as guardas é, portanto, profundamente individualizada. Os discursos revelam que algumas mulheres aprendem a identificar quais as profissionais com quem podem contar e quais devem evitar — um tipo de cartografia afetiva que permite navegar as relações de poder com maior segurança. Esta seletividade é uma forma de agência, ainda que limitada, dentro do regime prisional, e confirma que mesmo em contextos de controlo rígido, as reclusas desenvolvem formas de interpretação e resposta às estruturas que as regulam.

Em síntese, percebe-se, através das suas narrativas, que as mulheres reclusas estrangeiras interpretam as redes internas e externas como recursos essenciais para enfrentar a prisão, ainda que com significados diferentes: as redes externas ancoram a esperança e preservam a identidade, enquanto as redes internas respondem às necessidades práticas e emocionais imediatas, mas exigem constante negociação entre proximidade e defesa pessoal.

Relativamente à segurança, a maioria das entrevistadas relatou sentir-se segura no estabelecimento prisional, tanto no que diz respeito à convivência com outras mulheres reclusas como à atuação das guardas. Essa percepção contrasta parcialmente com estudos que sublinham o carácter muitas vezes violento e imprevisível do ambiente carcerário (Haney, 2001), mas revela também a existência de variações significativas entre contextos institucionais, bem como a capacidade das mulheres para desenvolver estratégias de autoproteção e gestão dos riscos.

O sentimento de segurança reportado está, em parte, relacionado com a adoção de comportamentos preventivos, como o de evitar conflitos, o distanciamento social ou a

gestão seletiva das relações interpessoais. Essa postura, descrita por várias mulheres, é coerente com o que Goffman (1961) designa por “adaptação prudente” às regras tácitas do ambiente prisional. As mulheres demonstram consciência de que evitar confrontos e manter uma conduta discreta contribui para a sua proteção e estabilidade interna.

A literatura aponta que os conflitos entre mulheres reclusas são uma realidade constante nas prisões femininas, muitas vezes agravada pelas condições de sobrelotação, rotatividade e tensão emocional (Macedo, 2017; Cunha, 2002). No entanto, no presente estudo, os episódios de violência descritos pelas participantes foram pontuais e, na maioria dos casos, não envolveram diretamente as entrevistadas. Ainda assim, o receio da instabilidade emocional de outras reclusas e o impacto de eventos traumáticos — como o suicídio de uma colega — são elementos que, segundo as participantes, introduzem fragilidade no sentimento de segurança e revelam como a experiência prisional está marcada por uma vigilância emocional constante.

A literatura sobre o encarceramento feminino sublinha ainda que a experiência de insegurança não está apenas ligada a ameaças físicas, mas também ao medo do sofrimento psicológico, à perda de controlo emocional e ao sentimento de impotência face à violência simbólica (Sykes, 1958; Haney, 2001). O caso relatado por Vitória, que associou o sentimento de pânico a um episódio de suicídio, ilustra bem essa dimensão, demonstrando como eventos de desestabilização coletiva têm impacto direto sobre o bem-estar psíquico das reclusas.

Por outro lado, o facto de várias entrevistadas associarem o atual estabelecimento prisional a um ambiente “tranquilo”, em comparação com outras prisões como Tires, pode também refletir diferenças na cultura institucional, nos estilos de gestão e na configuração das alas. Cunha (2002) já havia alertado para a existência de regimes prisionais mais ou menos punitivos, sendo a perceção de segurança também moldada pelo nível de previsibilidade e pela qualidade das relações interpessoais.

Em síntese, os testemunhos sugerem que o sentimento de segurança entre as mulheres reclusas estrangeiras resulta de um equilíbrio delicado entre fatores institucionais, estratégias individuais e características relacionais. Embora a violência física direta pareça rara neste contexto, a tensão emocional, a vigilância constante e a memória de episódios traumáticos mantêm a segurança como uma questão sempre presente — mais psicológica do que física, mais relacional do que estrutural.

Nos relatos recolhidos, a rotina prisional e a organização do quotidiano prisional são descritas como rigidamente estruturadas, marcadas pela monotonia, previsibilidade e escassez de estímulos. As entrevistadas apresentam esta organização do quotidiano como uma característica central do ambiente prisional, em linha com a descrição de “instituições totais”, onde o tempo é controlado externamente e as escolhas individuais são limitadas (Goffman, 1961).

Apesar destas restrições, os discursos indicam que as mulheres reclusas desenvolvem formas ativas de gerir o tempo, criando estratégias que lhes permitem dar sentido aos dias e preservar o equilíbrio emocional. Entre estas, destaca-se a valorização do trabalho prisional — ainda que condicionado pela disponibilidade de postos e, por vezes, mal remunerado —, amplamente percecionado como forma de ocupar a mente, estruturar os dias e manter uma dignidade pessoal. Esta perceção confirma o papel simbólico e disciplinador do trabalho descrito por Cunha (2002) e os benefícios subjetivos apontados por Haney (2001).

A frequência escolar e a participação em formações extracurriculares são mencionadas pelas entrevistadas como oportunidades de aprendizagem e como espaços de afirmação identitária e construção de sentido, especialmente para mulheres com percursos escolares interrompidos ou em contexto migratório. Esta função emancipadora da educação na prisão, já identificada por Macedo (2017), é, contudo, limitada pelo acesso desigual ou irregular às ofertas formativas.

As atividades físicas e recreativas, como yoga, dança ou desporto, são citadas em alguns relatos como fontes de alívio emocional e socialização. Contudo, algumas mulheres também relatam limitações deste tipo de atividades, mencionando a repetibilidade ou falta de disciplina, confirmando a observação de Martins (2009) sobre a possibilidade de estas iniciativas, quando mal estruturadas, acentuarem o sentimento de inutilidade. Esta diversidade de perceções evidencia que a experiência de ocupação do tempo é mediada pelo ponto de vista individual, pelo interesse pessoal e pelas expectativas de cada reclusa.

Finalmente, os testemunhos sugerem ainda que muitas mulheres recorrem a estratégias pessoais para gerir o tempo livre — como leitura, escrita, exercício físico na cela ou pequenos rituais de arrumação —, que funcionam como mecanismos de autocontrolo num contexto de perda de autonomia. Estas rotinas informais correspondem

ao que Sykes (1958) designa por “formas de adaptação secundária”, permitindo recuperar uma sensação de agência e resistência à despersonalização. Paralelamente à luz das ideias de Goffman (1961) sobre a gestão da identidade, estas práticas contribuem para a preservação da coerência pessoal e da dignidade, oferecendo estratégias subtis de resistência à despersonalização no ambiente prisional.

De modo geral, os discursos apresentados pelas mulheres reclusas estrangeiras indicam que, mesmo num contexto de restrição e monotonia, estas mulheres mobilizam redes de apoio, códigos culturais e recursos pessoais para construir formas próprias de adaptação. A diferença central face às reclusas portuguesas reside na fragilidade das redes externas e no desafio adicional de integrar códigos culturais distintos, fatores que moldam de forma particular a experiência e o processo adaptativo destas mulheres. A ênfase nos testemunhos na busca por ocupação, sentido e estabilidade emocional demonstra que a experiência prisional é mediada não apenas pelas condições materiais, mas também pelo significado que cada mulher atribui às atividades diárias.

Procurou-se ainda analisar de que forma o perfil jurídico e pessoal é mobilizado pelas entrevistadas nas suas narrativas de adaptação. De acordo com os testemunhos recolhidos, o passado biográfico, a gravidade do crime, o tempo de pena e as experiências prévias de adversidade influenciam a forma como interpretam a prisão. Algumas descrevem a sua narrativa de vida como narrativas de resiliência, recorrendo a expressões como; “Já passei por coisas piores”, para relativizar as dificuldades atuais. Outras recorrem ao crime cometido como elemento de explicação ou aprendizagem — “Foi um erro, mas aprendi” - construindo assim uma narrativa que dá sentido à sua trajetória. Segundo os discursos, estas narrativas parecem funcionar como mecanismos de sentido, permitindo reinterpretar a prisão não apenas como punição, mas como parte de um percurso de vida. Tal como defende Maruna (2001), a reconstrução da identidade passa pela elaboração de histórias pessoais que conciliem o passado com uma projeção de futuro.

A reclusão, embora imposta, é frequentemente apropriada pelas mulheres entrevistadas como uma oportunidade de pausa forçada que permite a introspeção, a autorreflexão e, em alguns casos, a redefinição de prioridades e valores. Tal como apontado por Cunha (2002, 2008), o tempo da prisão pode adquirir diferentes significados: para algumas mulheres é vivido como tempo perdido, para outras como tempo de reconstrução. Esta ambivalência está presente nos testemunhos recolhidos, nos

quais convivem sentimentos de estagnação e tristeza com discursos que revelam processos de transformação pessoal.

Uma das mudanças mais evidentes nos testemunhos está na relação com o outro: várias mulheres referem ter-se tornado mais cautelosas, seletivas e emocionalmente reservadas. Este fechamento, embora associado à dor e à desconfiança, pode também ser interpretado como mecanismo adaptativo num ambiente social tenso e competitivo, conforme sugerido por Goffman (1961) e corroborado por Macedo (2017), que identifica a “vigilância relacional” como estratégia comum entre mulheres em contexto prisional.

Paralelamente, muitas narrativas revelam processos de reavaliação da vida prévia ao encarceramento, frequentemente acompanhados de arrependimento, autoquestionamento e desejo de mudança. O tempo de prisão é, neste sentido, experienciado como uma rutura biográfica que permite olhar criticamente para o passado e imaginar novas formas de futuro — algo que Leandro & Lins (2019) reconhecem como “tempo de revisão da identidade”. Em vários discursos, a maternidade, mais uma vez, emerge como catalisadora desta reflexão, sobretudo nas falas das mulheres reclusas que expressam o desejo de “não voltar a falhar com os filhos” ou de “estar presente para a família”.

A reconstrução identitária parece manifestar-se também em planos concretos para o futuro: retomar estudos, abrir um negócio, trabalhar em áreas familiares, regressar ao país de origem ou restabelecer vínculos afetivos. Esses projetos, ainda que por vezes idealizados, funcionam como estratégias simbólicas de continuidade e de resistência ao estigma, tal como analisado por Barreto (2013) e Cunha (2008), que destacam o papel da antecipação do futuro como elemento estruturante da sobrevivência psíquica em contexto de reclusão.

Importa ainda destacar que nem todas as mulheres experienciam a reclusão como tempo transformador. Em alguns discursos, como o de Joana, a prisão é descrita como lugar de paralisia emocional, tristeza e esvaziamento subjetivo. Estas diferenças de vivência confirmam que os efeitos da reclusão não são homogêneos e dependem de múltiplos fatores: história de vida, redes de apoio, condições de reclusão e recursos internos de cada mulher, tal como elas próprias relatam.

Por fim, algumas entrevistadas verbalizam mudanças de natureza ética, revelando maior consciência das consequências dos próprios atos e um desejo de não repetir erros

do passado. Pamela, por exemplo, afirma reconhecer o impacto do seu crime e manifesta pesar pelas pessoas que poderia ter prejudicado. Estes testemunhos apontam para processos de responsabilização pessoal e desejo de reparação, dimensões essenciais no percurso de reintegração social, como destaca a literatura sobre justiça restaurativa e reinserção (Barreto, 2013).

Em termos gerais, os relatos revelam que, apesar das dificuldades, o tempo de reclusão pode ser apropriado como espaço de aprendizagem, revisão de trajetórias e redefinição de sentidos. A transformação subjetiva, quando ocorre, traduz-se em novas formas de ver o passado, o outro e a si mesma — e em projetos que, mesmo frágeis, carregam a esperança de um recomeço.

Relativamente aos projetos e expectativas para o futuro, a antecipação da liberdade futura assume um papel central na narrativa das reclusas, funcionando simultaneamente como suporte emocional e estratégia de organização do tempo e da identidade durante o cumprimento da pena. Como referem Cunha (2008) e Leandro e Lins (2019), a projeção do futuro constitui um dos eixos fundamentais da vivência prisional feminina, sendo o “sonho do depois” um elemento mobilizador que ajuda a suportar a dor da separação, o estigma e o confinamento.

Entre as entrevistadas, nos discursos que apresentam observa-se um investimento afetivo significativo em planos que envolvem o reencontro com a família, sobretudo com os filhos. Olhando para os testemunhas, percebe-se que esta prioridade reflete a centralidade das relações familiares na identidade das mulheres, particularmente enquanto mães, conforme apontado por Silva (2010) e Leandro (2013), que identificam a maternidade como um eixo estruturante da subjetividade feminina em reclusão. A reaproximação dos filhos, a retoma do cuidado e a reconstrução dos vínculos familiares são apresentados nos discursos como formas de reparação simbólica e emocional face ao período de afastamento.

As entrevistadas descrevem também a reconstrução de projetos de vida orientados por uma intenção clara de afastamento de contextos considerados negativos, muitas vezes associados ao crime e ao consumo de substâncias. Tal como sugerem Leandro e Lins (2019), esse desejo de rutura com o passado é frequentemente verbalizado pelas mulheres como uma tentativa de “voltar ao caminho certo”, traduzindo não apenas uma rejeição do

comportamento delituoso, mas também uma procura por ambientes mais seguros e estruturados.

No plano profissional, várias entrevistadas projetam a entrada ou reintegração no mercado de trabalho em áreas como estética, cuidados ou serviços, reforçando o desejo de autonomia económica e reinserção social. Estes projetos refletem, por um lado, competências já adquiridas ou socialmente reconhecidas, e por outro, a busca por papéis valorizados no espaço público, como forma de reposicionamento social após a prisão — dimensão também destacada por Cunha (2002) e Barreto (2013). A educação surge, nalguns casos, como parte do plano de futuro, o que denota um investimento em percursos de desenvolvimento pessoal e uma tentativa de valorização individual.

O regresso ao país de origem é descrito em alguns relatos como uma opção desejada por algumas mulheres, sobretudo por razões afetivas, familiares ou por perceberem que a reintegração será mais viável no seu contexto cultural de pertença. No entanto, há também quem manifeste intenção de permanecer em Portugal, nomeadamente aquelas que construíram laços significativos ou idealizam melhores oportunidades. Esta tensão entre regressar ou permanecer reflete a condição ambivalente identificada pelas mulheres reclusas estrangeiras, dividida entre raízes, pertença e sobrevivência (Macedo, 2017).

Apesar da predominância de discursos esperançosos e proativos, alguns testemunhos revelam uma perceção crítica ou cética em relação à concretização dos planos. A consciência das dificuldades estruturais — desde a marca do registo criminal à escassez de redes de apoio — coloca limites reais às expectativas. Nos relatos, esta ambivalência entre esperança e frustração está bem documentada por Silva (2010), que aponta para o “choque com o real” como um dos principais desafios da saída em liberdade.

Por fim, merece destaque a forma como algumas mulheres afirmam elaborar criativamente o futuro, projetando iniciativas simbólicas como escrever um livro sobre a experiência de prisão ou manter contacto com pessoas significativas mesmo que à distância. Estes gestos demonstram, ao longo dos discursos produzidos, que a construção do futuro vai além do plano material, incluindo também dimensões afetivas, subjetivas e simbólicas que contribuem para a reconstrução do sentido de si.

Em suma, os projetos de futuro expressam a tentativa de reorganização identitária e social das mulheres reclusas. Se, por um lado, traduzem desejos de mudança, afeto e estabilidade, por outro, revelam os desafios e tensões que marcam a transição da prisão para a liberdade — uma passagem tão desejada quanto incerta.

A articulação entre os resultados obtidos e a literatura especializada evidencia que a experiência de prisão para mulheres estrangeiras é simultaneamente atravessada por múltiplas formas de sofrimento — institucional, emocional e relacional — e por uma impressionante capacidade de adaptação, reflexão e reinvenção. Os discursos confirmam muitas das tendências identificadas por autores como Cunha (2002, 2008), Silva (2010) ou Leandro e Lins (2019), nomeadamente no que diz respeito à centralidade da maternidade, à ambivalência das relações interpessoais, à importância das rotinas e ocupações como estratégias de regulação emocional e à projeção do futuro como mecanismo de sobrevivência psíquica.

Ao mesmo tempo, os testemunhos revelam especificidades associadas à condição de estrangeira, nomeadamente as barreiras linguísticas e culturais e a distância geográfica da rede familiar, aspetos que podem acentuar certas dificuldades no contexto prisional. Ainda que algumas limitações estruturais da prisão sejam comuns a todas as reclusas, os testemunhos das mulheres estrangeiras evidenciam desafios específicos exigindo, por isso, respostas institucionais mais sensíveis às suas particularidades.

A partir desta discussão, torna-se evidente que a prisão não é apenas um espaço de punição, mas também um lugar de produção de subjetividades, onde se juntam dinâmicas de poder, resistência, cuidado e esperança. Reconhecer esta complexidade é essencial para pensar políticas de reinserção mais humanas e eficazes, que considerem não apenas a transgressão, mas sobretudo o percurso, a condição e os projetos de quem está privada de liberdade.

Por último, embora o objetivo deste estudo não tenha sido a construção de tipologias, é possível refletir sobre a forma como algumas das mulheres reclusas apresentam características que se aproximam, ainda que de forma incompleta, das tipologias propostas por Gonçalves (2008). Com base na análise dos testemunhos recolhidos, é possível identificar elementos que permitem enquadrar parcialmente as participantes do estudo nas tipologias propostas por Gonçalves (2008), nomeadamente bem-adaptadas, mal-adaptadas, sobre adaptadas e inadaptadas-

reconhecendo, contudo, que nem todas as experiências relatadas coincidem plenamente com estas categorias.

Os reclusos bem-adaptados, segundo Gonçalves (2008), normalmente, não se envolvem em problemas disciplinares e o seu comportamento adaptativo caracteriza-se por fenómenos de despersonalização, resistência ativa ou passiva às normas estabelecidas, postura colaborante e um aproveitamento das oportunidades de trabalho, estudos e atividades recreativas, mantendo uma orientação para o exterior da prisão. Entre as participantes do presente estudo, destacam-se Pamela, Vitória e Ana Maria. Estas mulheres demonstraram uma adaptação relativamente tranquila ao regime prisional, mantendo uma postura colaborante e aproveitando as oportunidades de trabalho, estudo e atividades recreativas. Revelam capacidade de autopreservação, orientação para a vida fora da prisão e valorização da construção de laços afetivos, tanto com familiares como com colegas. A frequência escolar e a participação em formações extracurriculares, como evidenciado por Joana, reforçam esta adaptação, permitindo-lhes desenvolver competências e preparar-se para a vida fora da prisão.

Os reclusos mal-adaptados, segundo Gonçalves (2008), distinguem-se por comportamentos problemáticos, adotando posturas agressivas, envolvimento em conflitos interpessoais e uma maior incidência de sanções disciplinares. Entre as participantes do presente estudo, Carolina exemplifica este perfil. Apesar de demonstrar capacidade de socialização e de construir laços de amizade, o seu envolvimento em episódios de agressão física, nomeadamente ter agredido uma colega e recebido castigo disciplinar, reflete uma maior dificuldade em respeitar as normas internas. Tainá relata também episódios de ameaça física, motivados pela defesa do filho, evidenciando impulsividade e confronto direto com outras reclusas. Embora estes comportamentos se alinhem com a definição de mal-adaptadas, importa salientar que os episódios relatados parecem pontuais e contextualizados, estando principalmente associados à autoproteção ou a situações de risco concreto. Não se trata, portanto, de uma resistência sistemática à vida prisional, mas sim de respostas a circunstâncias específicas que exigem ação imediata e proteção pessoal.

Por outro lado, nenhuma das participantes se enquadra claramente nos perfis de sobre adaptadas ou inadaptadas. Não se observam indícios de mulheres que prefiram o ambiente prisional como estratégia de vida, nem comportamentos extremos de inadaptação, isolamento total, automutilação ou incapacidade de integração nas

atividades propostas. Esta constatação reforça a ideia de que, apesar das dificuldades individuais e de alguns conflitos pontuais, as mulheres estudadas demonstram uma adaptação funcional e a capacidade de utilizar a experiência prisional como um espaço de aprendizagem e preparação para a vida fora da prisão.

No seu conjunto, os testemunhos sugerem que a experiência prisional é vivida de forma diferenciada, com algumas mulheres com uma adaptação mais tranquila e orientada para a vida fora da prisão, enquanto outras enfrentam dificuldades pontuais de regulação do comportamento e de confronto com situações de risco, mas sem comprometer a capacidade global de integração.

Conclusão

A presente investigação teve como objetivo compreender de que forma as mulheres reclusas estrangeiras interpretam a sua experiência de adaptação à reclusão num estabelecimento prisional português, neste caso, o EP de Santa Cruz do Bispo, atendendo às suas necessidades específicas e aos múltiplos fatores que condicionam a sua trajetória prisional. Através de uma abordagem qualitativa, sustentada em entrevistas semiestruturadas a dez participantes e na análise documental dos processos individuais, foi possível aceder a narrativas que revelam a complexidade deste processo adaptativo.

A análise das narrativas permitiu constatar que o discurso das participantes acerca da adaptação à reclusão não se apresenta como um fenómeno linear ou homogéneo, mas antes como uma realidade plural e marcada por significativas diferenças individuais. Algumas participantes evidenciaram constrangimentos associados à distância das famílias, às barreiras linguísticas e ao isolamento social, apontando igualmente dificuldades no acesso à informação e a determinados serviços. Outras, em contrapartida, valorizaram aspetos como a previsibilidade da rotina, as oportunidades formativas e laborais disponibilizadas e a existência de redes de apoio intramuros. Esta diversidade de experiências demonstra que o processo adaptativo resulta da articulação entre recursos pessoais, trajetórias individuais e condições institucionais específicas.

De entre os elementos comuns identificados, destacou-se a relevância das redes de apoio, internas e externas. O contacto com familiares, embora frequentemente dificultado pela distância geográfica, constituiu um fator central de manutenção do bem-estar emocional, enquanto as relações de solidariedade estabelecidas no interior do estabelecimento prisional se revelaram determinantes na mitigação do isolamento e na estruturação da vida quotidiana. A rotina prisional, por sua vez, foi descrita de modo ambivalente: simultaneamente estabilizadora, pela previsibilidade que proporciona, e limitadora, pela monotonia e rigidez que reforçam a perceção da privação da liberdade.

As narrativas analisadas permitem compreender que a adaptação das mulheres estrangeiras à prisão não se apresenta como um estado estável ou unívoco, mas como um processo contínuo, marcado por avanços, recuos e reinvenções sucessivas. Mais do que determinar se estas mulheres estão ou não adaptadas — ou em que grau —, os testemunhos evidenciam como a adaptação se constrói na prática: através de estratégias mobilizadas para lidar com o quotidiano, de momentos em que a “desadaptação” se torna

mais visível e de situações concretas que exigem reorganização interna e relacional. Neste percurso, surgem igualmente episódios de “desadaptação” que, longe de significarem fracasso, funcionam como pontos de viragem que obrigam a redefinir posicionamentos, redes e prioridades. O processo evolui à medida que as mulheres conhecem a instituição, decifram as regras formais e informais, estabelecem relações seletivas e reinterpretam o seu percurso à luz dessa experiência.

A adaptação emerge, assim, não como um conceito estático, mas como uma dinâmica relacional e reflexiva, onde resistência e conformidade coexistem, e onde a capacidade de reorganizar-se face às adversidades se torna central. Compreender a adaptação a partir destas narrativas implica reconhecê-la como uma construção em movimento, inseparável das condições institucionais, das trajetórias biográficas e das significações que cada mulher atribui à sua reclusão. Mais do que um resultado final, trata-se de um processo relacional, cultural e emocionalmente denso, que expõe, simultaneamente, a dureza da prisão e a capacidade humana de se reinventar em contextos adversos.

Do ponto de vista científico e social, a investigação contribui para uma melhor compreensão da experiência prisional das mulheres estrangeiras em Portugal, um grupo cuja realidade permanece pouco explorada em Portugal. Ao evidenciar não apenas vulnerabilidades, mas também estratégias de resiliência e de reconstrução identitária, os resultados sublinham que as respostas institucionais, embora relevantes em alguns casos, nem sempre se mostram suficientes ou adequadas às especificidades desta população, colocando em evidência a importância de políticas e práticas institucionais mais sensíveis ao género, à diversidade cultural e à condição migratória, capazes de promover uma resposta penitenciária mais inclusiva e equitativa.

Não obstante, importa reconhecer as limitações deste estudo. A amostra, reduzida e circunscrita a um único estabelecimento prisional, não visa a generalização dos resultados à totalidade da população feminina estrangeira em Portugal. O propósito centra-se, antes, na compreensão aprofundada das experiências narradas pelas participantes, oferecendo contributos significativos para o conhecimento do fenómeno. Acresce que, sendo um estudo qualitativo, a validade dos resultados assenta na riqueza e profundidade das interpretações produzidas, e não na sua representatividade estatística.

Em termos prospetivos, torna-se pertinente o desenvolvimento de estudos comparativos entre diferentes contextos prisionais, bem como a realização de investigações longitudinais que acompanhem os percursos de adaptação e reintegração após a libertação. Seria igualmente relevante incorporar a perspetiva dos profissionais que lidam diretamente com esta população, de modo a identificar práticas institucionais potenciadoras de inclusão e de reinserção.

Em suma, esta investigação confirma que a experiência prisional das mulheres estrangeiras se caracteriza pela heterogeneidade e pela complexidade, resultante da interseção entre vulnerabilidades individuais, fatores institucionais e contextos relacionais. A compreensão desta complexidade constitui um contributo essencial para a reflexão sobre políticas públicas mais equitativas e para a construção de um sistema prisional que, para além da sua função punitiva, se oriente pela promoção da dignidade, da reintegração e da justiça social.

Anexos

Anexo I- Guião das entrevistas

Introdução

- Breve explicação sobre o estudo e agradecimento pela participação.
- Reforço do carácter confidencial e voluntário da entrevista.
- Confirmação do consentimento informado.
- Explicar que o objetivo do estudo é entender a experiência de adaptação das mulheres estrangeiras num estabelecimento prisional português.

Dados Sociodemográficos (contextualização)

1. De que país é originária? E qual a sua língua materna?
2. Qual a sua idade?
3. Qual é o seu estado civil?
4. Quais são as suas habilitações literárias?
5. Há quanto tempo está em Portugal?

Antecedentes e entrada no sistema prisional

6. Como era o seu dia a dia antes de ser presa?
7. Já teve experiências anteriores em prisões noutros países ou é a sua primeira experiência prisional?
8. Pode descrever o processo até à sua condenação?
9. Quando foi detida, compreendeu toda a informação que lhe foi transmitida?
10. Como descreve o seu julgamento?
11. Após a detenção, teve a necessidade de recorrer a apoio jurídico? Como caracteriza essa experiência?
12. Há quanto tempo está a cumprir a sua pena neste estabelecimento prisional?

Adaptação à prisão e à cultura local

13. Como foram os seus primeiros dias de reclusão?
14. Quais foram as principais dificuldades que encontrou à chegada?

15. Como foi para si adaptar-se a viver num país diferente, com costumes e hábitos diferentes?
16. Como se adaptou aos horários e regras da instituição?
17. Compreende bem a língua portuguesa? Pode descrever uma situação em que a língua tenha sido um obstáculo?
18. Do que mais sente falta relativamente à sua cultura dentro da prisão (comida, tradições)?
19. De que forma tenta manter vivas as tradições ou hábitos do seu país enquanto está privada da liberdade?

Ser estrangeira na prisão

20. O que significa para si ser estrangeira na prisão?
21. Sente que, pelo facto de ser estrangeira, teve um tratamento diferente de uma mulher reclusa portuguesa? Porquê?
22. Preferia estar a cumprir pena de prisão no seu país de origem?
23. Sente que estar presa em Portugal a prejudica de alguma forma?
24. Se fosse detida no seu país, acredita que a sua situação seria diferente?

Rotina e vivência na prisão

25. Como descreve a sua vida quotidiana neste estabelecimento prisional?
26. Como ocupa o seu tempo aqui dentro? Consegue falar um pouco da sua rotina?
27. Como ocupa os seus tempos livres?
28. Há alguma atividade dentro da prisão que considere ter tido um impacto diferente na sua experiência de reclusão?
29. Como descreveria a forma como vive a questão da segurança? Sente-se segura?
30. Consegue-me falar sobre os momentos em que se tenha sentido mais vulnerável e menos segura?

Relações interpessoais

31. Como se relaciona com as outras mulheres reclusas?
32. Sente que as outras mulheres reclusas e os profissionais a compreendem?

33. Há diferenças na relação que tem com as mulheres reclusas portuguesas e com as mulheres reclusas estrangeiras?
34. Quando necessita de ajuda, a quem recorre?
35. Como descreveria a convivência entre mulheres reclusas nos diferentes espaços (cela, refeitório, pátio)?
36. Como descreve a sua relação com os guardas e com a instituição em geral?
37. Sente que existe discriminação? Como lida com isso?
38. Sente que existe diferença na forma como tratam as mulheres e os homens reclusos (na penalização dos comportamentos, por exemplo)?

Emoções, vulnerabilidades e estratégias de enfrentamento

39. Como lida com os problemas que surgem no dia a dia da prisão?
40. (Caso tenha algum processo disciplinar) Como lidou com isso?
41. O que sente que mudou em si desde que está neste estabelecimento prisional?
42. O que mais a faz sentir sozinha na prisão?
43. Pode relatar algum momento em que sentiu a necessidade de se isolar?
44. Quando se sente mais sozinha, como costuma reagir?

Redes de apoio e vínculos afetivos

45. Sente que recebe apoio dentro do estabelecimento prisional? Quais são os principais apoios?
46. Como é para si estar longe da sua família?
47. Como é a sua relação com a sua família estando presa nesta instituição?
48. Como mantém contacto com a sua família no exterior?
49. Há alguém no exterior que a ajude e lhe dê força?
50. Como se sente quando vê as outras mulheres reclusas a receberem visitas?
51. Que estratégias utiliza para lidar com a saudade?
52. O que sente que lhe faz mais falta dentro da prisão?
53. O que a ajudaria a sentir-se melhor durante o período de reclusão?

Maternidade e família (caso aplicável)

- 54. Como descreve o acesso aos cuidados médicos dentro da prisão?
- 55. (Caso tenha filhos) Como tem sido a experiência de viver a maternidade em contexto prisional?
- 56. Sente que a maternidade influencia a forma como vive a reclusão? De que forma?

Perspetivas de futuro

- 57. Como imagina a sua vida após a saída da prisão?

Conclusão

- Há mais alguma coisa que gostaria de partilhar sobre a sua experiência de adaptação à prisão?
- Você tem alguma sugestão para as futuras mulheres estrangeiras que possam passar por uma situação semelhante?
- Agradecimento pela disponibilidade e pela partilha.
- Reforço da confidencialidade e explicação dos próximos passos do estudo.

Anexo II- Categorias e subcategorias temáticas

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
Contexto pré-prisão e adaptação ao EP	<ul style="list-style-type: none"> • Vida antes da reclusão: vulnerabilidades, relações e rotinas • Primeiros dias de reclusão: choque, medo e resistência • Dificuldades iniciais de adaptação à reclusão
Condição de estrangeira	<ul style="list-style-type: none"> • Discriminação e tratamento diferenciado por ser estrangeira • Cumprimento da pena em Portugal vs país de origem • Sofrimento emocional, solidão e manutenção de laços afetivos: estratégias de enfrentamento
Rotina e vivência prisional	<ul style="list-style-type: none"> • Rotina prisional: gestão do tempo, trabalho e ocupações • Dinâmicas de segurança e relações em contexto prisional • Processos disciplinares e cuidados de saúde
Mudanças pessoais e reflexão interior	
Perspetivas e expectativas de futuro	

Anexo III- Caracterização das participantes

	Nacionalidade	Idade	Estado Civil	Habilitações literárias	Tempo em PT	Crime	Reincidência	Processos Disciplinares	Filhos no EP
Tainá	Brasileira	28	Solteira	10º ano	1 ano e 3 meses	Tráfico de estupefacientes	Não	Não	Sim (1)
Chantel	Moçambicana	49	Solteira	10º ano	6 anos	Homicídio na forma tentada	Não	Sim (2)	Não
Ana Maria	Romena	33	Solteira	8º ano	10 anos	Tráfico de pessoas	Não	Sim (1)	Não
Carolina	Brasileira	32	Solteira	8º semestre de Direito	2 anos e 4 meses	Tráfico de estupefacientes	Não	Sim (1)	Não
Judite	Alemã	56	Viúva	12º ano	20 anos	Profanação de cadáver + detenção de arma proibida	Não	Não	Não
Joana	Venezuelana	55	Casada	Licenciatura	42 anos	Homicídio + Profanação de cadáver	Não	Não	Não
Sara	Brasileira	23	Solteira	12º ano	3 anos	Tráfico de estupefacientes	Não	Não	Não
Pamela	Brasileira	38	Solteira	12º ano	1 ano e 8 meses	Tráfico de estupefacientes	Não	Não	Não
Vitória	Croata	37	Solteira	3º ano	2 anos e 10 meses	Furto qualificado na forma tentada + 2 de subtração de documento + 8 de falsificação de documentos	Não	Sim (2)	Não
Amélia	Brasileira	36	Solteira	Ensino básico	2 anos e 3 meses	Tráfico de estupefacientes	Não	Não	Não

Anexo IV- Declaração de consentimento informado



Exma. Sra.,

No âmbito do mestrado em Criminologia da Universidade Lusitana do Porto está em curso uma investigação intitulada “A Experiência de Adaptação de Mulheres Estrangeiras num Estabelecimento Prisional Português: Análise de Casos”.

O objetivo geral deste estudo consiste em compreender como as mulheres estrangeiras interpretam a sua experiência de adaptação à reclusão num estabelecimento prisional português. Em termos específicos, o estudo procura identificar as principais dificuldades reconhecidas pelas mulheres estrangeiras durante o seu período de reclusão, levando em conta as suas especificidades culturais e sociais. Pretende-se também interpretar as estratégias de adaptação ao encarceramento num país estrangeiro descritas por essas mulheres e perceber como as reclusas estrangeiras refletem sobre o papel das redes de apoio internas (outras reclusas e os serviços prisionais) e externas (famílias) na experiência de reclusão.

A sua participação consistirá numa entrevista semiestruturada individual, com uma duração estimada de 60 minutos, realizada num espaço privado dentro do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo. As suas respostas serão gravadas em áudio, caso seja concedida autorização para tal, e serão utilizadas unicamente para fins de pesquisa científica.

Adicionalmente, será solicitado o acesso ao seu processo individual, exclusivamente para fins de contextualização e enquadramento da sua situação no âmbito desta investigação. Todas as informações recolhidas serão mantidas em sigilo absoluto. Nenhum dado que possa revelar a sua identidade será partilhado ou divulgado. As gravações e transcrições serão armazenadas de forma segura e eliminadas após a conclusão da investigação.

A sua participação é inteiramente voluntária. Tem o direito de retirar o seu consentimento e interromper a sua participação no estudo a qualquer momento, sem que isso lhe cause qualquer tipo de prejuízo ou consequência. Apenas o investigador do projeto terá acesso aos dados, que serão tratados em conformidade com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

Não existe qualquer custo financeiro, benefício ou prejuízo direto associado à sua participação.

Caso tenha alguma dúvida ou necessite de informações adicionais sobre o estudo, poderá entrar em contacto com a investigadora responsável através do seguinte endereço de email: anammp015@outlook.com.

Agradecemos a sua disponibilidade e colaboração, fundamentais para o sucesso deste estudo.

Declaração de Consentimento Livre e Esclarecido:

Eu, abaixo-assinada, declaro que:

1. Recebi informações claras e detalhadas sobre o estudo acima descrito, os seus objetivos e procedimentos.
2. Fui informada de que a minha participação é voluntária e que posso desistir a qualquer momento, sem prejuízo.
3. Concordo que a minha entrevista seja gravada em áudio para fins de transcrição e análise, com garantia de confidencialidade.
4. Tenho consciência de que todos os dados recolhidos serão tratados de forma anónima e utilizados exclusivamente para fins científicos.

Assinatura da participante: _____

Data: _____

Assinatura da Investigadora Responsável: _____

Data: _____

Lista bibliográfica

- Abade, F., Furtado, E. F., Silva, P. M., & Souza, J. (2011). Avaliação do funcionamento familiar no contexto da saúde mental. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 38 (6), 254–259. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832011000600007>
- Aborisade, R. A., & Fayemi, J. A. (2016). A qualitative exploration of the coping strategies of female offenders in Nigerian prisons. *International Journal of Criminology and Sociological Theory*, 9 (1), 1–14.
- Agnew, R. (1992). Foundation for a general strain theory of crime and delinquency. *Criminology*, 30(1), 47–87. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1992.tb01093.x>
- Almeda, E. (2003). Mujeres encarceladas. *Revista Española De Investigación Criminológica*, 1 (1), 1-4. <https://doi.org/10.46381/reic.v1i.110>
- Almeda, E. (2005). Women and prisons: The social context and consequences of imprisonment for women. In M. Chesney-Lind & L. Pasko (Eds.), *Girls, women, and crime* (pp. 190–195). Sage.
- Alves, J., Dutra, A., & Maia, A. (2013). História de adversidade, saúde e psicopatologia em reclusos: Comparação entre homens e mulheres. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18 (3), 701–709. [1 https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300016](https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300016)
- Alves, M. M. B. (2020). *Adaptação à prisão e infrações disciplinares* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Repositório da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/140215>
- Amado, B. G., Novo, M., Pereira, A., & Vázquez, M. J. (2017). Adaptación a la prisión y ajuste psicológico en una muestra de internos en centros penitenciarios. *Acción Psicológica*, 14 (2), 113–128. <https://dx.doi.org/10.5944/ap.14.2.20784>
- Amado, J. (2000). A técnica de análise de conteúdo. *ResearchGate*, 53-62.
- Arbach-Lucioni, K., Martinez-García, M., & Andrés-Pueyo, A (2012). Risk factors for violent behavior in prison inmates: A cross-cultural contribution. *Criminal Justice and Behavior*, 39 (9), 1219–1239. <https://doi.org/10.1177/0093854812445875>
- Asberg, K., & Renk, K. (2012). Perceived stress, external locus of control, and social support as predictors of psychological adjustment among female inmates with or without

a history of sexual abuse. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 58 (1), 59-84. <https://doi.org/10.1177/0306624X12461477>

Atabay, T. (2008). *Handbook for prison managers and policymakers on women and imprisonment*. United Nations Office on Drugs and Crime.

Azaola, E. (2007). Género y justicia penal en México. In E. Samaranch & González (Eds.), *Mujeres y castigo: Un enfoque socio-jurídico y de género* (pp. 67-82). Dykinson.

Barnoux, M., & Wood, J. L. (2013). The specific needs of foreign national prisoners and the threat to their mental health from being imprisoned in a foreign country. *Aggression and Violent Behavior*, 18 (2), 240-246. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.11.012>

Bernardo, A., Coelho, T., Portugal, P., & Rocha, N. (2010). Impacto da privação ocupacional no quotidiano de mulheres reclusas e na sua adaptação à reclusão. *Instituto Politécnico do Porto*, 1–8. <http://hdl.handle.net/10400.22/1408>

Blevins, K. R., Johnson Listwan, S. J., Cullen, F. T., & Jonson, C. (2010). A general strain theory of prison violence and misconduct: An integrated model of inmate behavior. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 26 (2), 148–166. <https://doi.org/10.1177/1043986209359369>

Bowen, G. A. (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, 9 (2), 27–40. <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>

Canda, R. A., Java, F. A., & Loredó-Abujo, M. (2015). A correlational study between adjustment to prison and transition to community life of female inmates at the correctional institution for women in Mandaluyong City. *LPU Laguna Journal of Arts and Sciences*, Vol 2 (1), 1–28.

Carmo, A. S. (2022). *A família e o processo de reclusão de mulheres portuguesas* [Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida]. Repositório ISPA.

Casares-López, M. J., González-Menéndez, A., Hoffman, S., Reinhard, I., & Villagrà, P. (2011). Patología dual y trastornos mentales en reclusos consumidores de sustancias. *Revista de Psicopatología y Psicología Clínica*, 16 (2), 135-144.

<https://doi.org/10.5944/rppc.vol.16.num.2.2011.10357>

Castro Rodrigues, A., Andrade, J., Gonçalves, R. A., Cruz, A. R., & Cunha, O. (2022). In or out: Justice-involved women characterization and their perceptions about penal sanctions. *Women & Criminal Justice*, 35 (4), 248-265.

<https://doi.org/10.1080/08974454.2022.2126743>

Chen, Y., Lai, Y., & Lin, C. (2014). The impact of prison adjustment among women offenders: A Taiwanese perspective. *The Prison Journal*, 94 (1), 7-29.

<https://doi.org/10.1177/003288551351208>

Chui, W. H., & Liu, L. (2013). Social support and Chinese female offenders' prison adjustment. *The Prison Journal*, 94 (1), 30-51.

<https://doi.org/10.1177/0032885513512084>

Clemmer, D. (1940). *The prison community*. Christopher Publishing House.

Clone, S., & DeHart, D. (2014). Social support networks of incarcerated women: Types of support, sources of support, and implications for reentry. *Journal of Offender Rehabilitation*, 53 (6), 503–521. <https://doi.org/10.1080/10509674.2014.944742>

Coloma, V. M., Fernández, J. I., & Salaberria, K. (2018). Diferencias generales y entre sexos en salud mental: un estudio comparativo entre población penitenciaria y población general. *Revista Mexicana de Psicología*, 35 (1), 117–130.

Comissão europeia contra o racismo e a intolerância (ECRI). (2023). *Relatório sobre Portugal*. <https://rm.coe.int/sixth-report-on-portugal-translation-in-portuguese-/1680b6668f>

Constantino, P., Assis, S. G., & Pinto, L. W. (2016). O impacto da prisão na saúde mental dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(7), 2089–2099. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.01222016>

Costa da Silva, V. I. (2024). *Configurações de género nas prisões femininas: permanências, continuidades e variações* [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. <https://hdl.handle.net/10316/115743>

Cunha, M. I. (1994). *Malhas que a reclusão tece: Questões de identidade numa prisão feminina*. CEJ.

Cunha, M. I. (2002). *Entre o bairro e a prisão: Tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim de Século.

Cunha, M. I. (2007). *A reclusão segundo o género: Os estudos prisionais, a reclusão de mulheres e a variação dos contextos da identidade*. Publicações Humanas.

Cunha, M. I. (2008). *Prisão e sociedade: Modalidades de uma conexão*. 90 Graus Editora.

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. (s.d.). Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo – Feminino. <https://dgrsp.justica.gov.pt/Estabelecimentos-Prisionais/EP-Santa-Cruz-do-Bispo-Feminino>

Dixey, R., & Woodall, J. (2012). The significance of “the visit” in an English category-B prison: Views from prisoners, prisoners' families and prison staff. *Community, Work & Family*, 15 (1), 29–47. <https://doi.org/10.1080/13668803.2011.580125>

Emilian, C., Al-Juffali, N., & Fazel, S. (2025). Prevalence of severe mental illness among people in prison across 43 countries: A systematic review and meta-analysis. *The Lancet Public Health*, 10 (2), 97–110. [https://doi.org/10.1016/S2468-2667\(24\)00280-9](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(24)00280-9)

Esposito, F., Matos, R., & Bosworth, M. (2020). Gender, vulnerability and everyday resistance in immigration detention: Women’s experiences of confinement in a Portuguese detention facility. *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*, 9(3), 5–20. <https://doi.org/10.5204/ijcjsd.v9i3.1588>

Fedock, G. (2017). Women’s psychological adjustment to prison: A review for future social work directions. *Social Work Research*, 41 (1), 31-42.

<https://doi.org/10.1093/swr/svw031>

Ferreira, J. A., Novais, F. A., & Santos, E. R. (2010). Transição e ajustamento de reclusos ao sistema prisional. *Psychologica*, 52 (2), 209–241. http://dx.doi.org/10.14195/1647-8606_52-2_9

Figueiredo, A. C. C., & Granja, R. P. (2020). Laços familiares e afetivo-sexuais de mulheres nas prisões brasileiras e portuguesas. *Revista Subjetividades*, 20, 1-12.

<https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v20i3.e10358>

Fonseca, A. C. C. R. (2008). *Mulheres em cumprimento de pena: Um estudo exploratório no sistema prisional português* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto]. Repositório da Universidade do Porto.

Foucault, M. (1975). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Editora Vozes.

Freudenberg, N., Moseley, J., Labriola, M., Daniels, J., & Murrill, C. (2007). Comparison of health and social characteristics of people leaving New York City jails by age, gender, and race/ethnicity: Implications for public health interventions. *Public Health Reports*, 122 (6), 733–743. <https://doi.org/10.1177/003335490712200605>

Giacóia, G., Hammerschmidt, D., & Fuentes, P. O. (2011). A prisão e a condição humana do recluso. *Revista Argumenta*, 15, 131–161.

Giallombardo, R. (1966). Social roles in a prison for women. *Social Problems*, 13(3), 268–288. <https://doi.org/10.2307/799254>

Gonçalves, L. C., & Gonçalves, R. A. (2012). Agressividade, estilo de vida criminal e adaptação à prisão. *Psicologia USP*, 23, 559–584. <https://hdl.handle.net/1822/63979>

Gonçalves, L. C., Endrass, J., Rossegger, A., Grace, R. C., & Dirkzwager, A. J. E. (2019). Assessing prison adjustment among young adult offenders: Changes, correlates, and outcomes. *European Journal of Criminology*, 18 (3), 366–385.

<https://doi.org/10.1177/1477370819850944>

Gonçalves, R. M. C. (2023). *O ensino-aprendizagem do português como língua de acolhimento em contexto prisional: Um estudo de caso (EP de Izeda)* [Dissertação de mestrado, Universidade NOVA FCSH]. Repositório da Universidade NOVA. https://run.unl.pt/bitstream/10362/174780/1/Mestrado_Rui_Costa_Goncalves.pdf

Gonçalves, L. C., Gonçalves, R. A., Martins, C., & Dirkzwager, A. J. E. (2014). Predicting infractions and health care utilization in prison: A meta-analysis. *Criminal Justice and Behavior*, 41(8), 921–942.

<https://doi.org/10.1177/0093854814524402>

Gonçalves, R. A. (2000). *A adaptação à prisão: Um processo vivido e observado*. Lisboa: Direção-Geral dos Serviços Prisionais.

Gonçalves, R. A. (2000). *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. Edições Quarteto.

Gonçalves, R. A. (2008). *Delinquência, crime e adaptação à prisão* (3ª ed.). Coimbra: Quarteto.

Goffman, E. (1961). *Encounters: Two studies in the sociology of interaction*. Ravenio Books.

Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Harvard University Press.

Gomes, S., & Silva, M. C. (2014). Condições e trajetórias de vida de reclusos e reclusas de etnia cigana em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 77–95.

Gover, A., MacKenzie, D. L., & Armstrong, G. (2000). Importation and deprivation explanations of juveniles' adjustment to correctional facilities. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 44 (4), 450-467.

<https://doi.org/10.1177/0306624X00444004>

Gover, A. R., Pérez, D. M., & Jennings, W. G. (2008). Gender differences in factors contributing to institutional misconduct. *The Prison Journal*, 88 (3), 378–403.

<https://doi.org/10.1177/0032885508322453>

Green, B. L., Miranda, J., Daroowalla, A., & Siddique, J. (2005). Trauma exposure, mental health functioning, and program needs of women in jail. *Crime & Delinquency*, 51 (1), 133–151. <https://doi.org/10.1177/0011128704267477>

Haney, C. (2001). The psychological impact of incarceration: Implications for post-prison adjustment. *ResearchGate*, 77–92.

Haney, C. (2012). The psychological effects of imprisonment. In J. Petersilia & K. R. Reitz (Eds.), *The Oxford handbook of sentencing and corrections*. (pp. 584-605). Oxford: Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199730148.013.0024>

Hochstetler, A., & DeLisi, M. (2005). Importation, deprivation, and varieties of serving time: An integrated-lifestyle-exposure model of prison offending. *Journal of Criminal Justice*, 33, 257–266.

Irwin, J., & Cressey, D. R. (1962). Thieves, convicts and the inmate culture. *Social Problems*, 10 (2), 142–155. <http://dx.doi.org/10.2307/799047>

Jiang, S., & Fisher-Giorlando, M. (2002). Inmate misconduct: A test of the deprivation, importation, and situational models. *The Prison Journal*, 82 (3), 335–358.

<http://tpj.sagepub.com/cgi/content/abstract/82/3/335>

Karlsson, M. E., & Zielinski, M. J. (2020). Sexual Victimization and Mental Illness Prevalence Rates Among Incarcerated Women: A Literature Review. *Trauma, violence & abuse*, 21 (2), 326–349. <https://doi.org/10.1177/1524838018767933>

Kuanliang, A., Sorensen, J. R., & Cunningham, M. D. (2008), Juvenile Inmates in an Adult Prison System: Rates of Disciplinary Misconduct and Violence. *Criminal Justice and Behavior*, 35 (9), 1186-1201. <https://doi.org/10.1177/0093854808322744>

Larrota, R., Rojas, L. S., & Sánchez, J. (2016). Niveles de autoestima y uso de estrategias de afrontamiento en un grupo de personas privadas de la libertad en un centro de reclusão de la ciudad de Bucaramanga/Colombia. *Informes Psicológicos*, 16 (1), 51–64. <https://doi.org/10.18566/infpsicv16n1a03>

Letts, L., Wilkins, S., Law, M., Stewart, D., Bosch, J., & Westmorland, M. (2007). *Critical review form: Guidelines for qualitative studies (Version 2.0)*. McMaster University Occupational Therapy Evidence-Based Practice Research Group.

Machado, S. M. (2024). *Visitas prisionais: Percepção de apoio familiar, autocontrole e regulação emocional* [Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida]. Repositório ISPA.

<https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/9274>

Marcum, C. D., Hilinski-Rosick, C. M., & Freiburger, T. L. (2014). Examining the correlates of male and female inmate misconduct. *Security Journal*, 27, 284–303.

<https://doi.org/10.1057/sj.2012.30>

Maruna, S. (2001). *Making good: How ex-convicts reform and rebuild their lives*. Washington, DC: American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/10430-000>

Matos, R. (2008) Vidas raras de mulheres comuns: *Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*. Coimbra: Edições Almedina. <http://hdl.handle.net/10400.14/12904>

- Matos, R., & Machado, C. (2012). Criminalidade feminina e construção do género: Emergência e consolidação das perspetivas feministas na criminologia. *Análise Psicológica*, 30, 33–47. <https://doi.org/10.14417/ap.529>
- McCorkle, R. C., Miethe, T. D., & Drass, K. A. (1995). The roots of prison violence: A test of the deprivation, management, and “not-so-total” institution models. *Crime & Delinquency*, 41 (3), 317–331. <https://doi.org/10.1177/0011128795041003003>
- Medscape. (2025). Portugal’s prisons: Too many patients, too few psychiatrists. <https://www.medscape.com/viewarticle/portugals-prisons-too-many-patients-too-few-psychiatrists-2025a1000gi7>
- Mehta, A., Abubasheer, K. M., Drake, G., & Padukka, I. (2024). Refugee and migrant women’s pathways into and through prisons: A systematic review of qualitative studies. *Criminology & Criminal Justice*. Advance online publication. <https://doi.org/10.1177/17488958241260571>
- Messina, N., & Grella, E. C. (2006). Childhood trauma and women’s health outcomes in a California prison population. *American Journal of Public Health*, 96, 1842–1848. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2005.082016>
- Meyers, T. J., Wright, K. A., Young, J. T., & Tasca, M. (2017). Social support from outside the walls: Examining the role of relationship dynamics among inmates and visitors. *Journal of Criminal Justice*, 52, 57–67. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2017.07.012>
- Monteiro, J. R. P. (2017). *As políticas de reinserção social: Estudo exploratório no Estabelecimento Prisional de Tires* [Dissertação de mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE-IUL. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/15286>
- Moreira, N. A. C. (2008). *Sofrimento, desespero e comportamentos suicidários na prisão*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Moreira, T. M. T. (2011). *Lei e prisão: Discursos de mulheres estrangeiras sobre o sistema jurídico-penal português* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/18692>

Moledo, M. D. M., Quiroga-Carrillo, A., & Otero, M. J. (2023). Estudio psicométrico de una escala sobre actitudes hacia la igualdad de género con mujeres reclusas. *Revista Española de Investigación Criminológica*, 20 (2).

<https://doi.org/10.46381/reic.v20i2.657>

Mowen, T. J., & Visher, C. A. (2015). Drug use and crime after incarceration: The role of family support and family conflict. *Justice Quarterly*, 32 (2), 337-359.

<https://doi.org/10.1080/07418825.2013.771207>

Patton, M. Q. (2002). *Qualitative research & evaluation methods* (3ª ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

Picken, J. (2012). The coping strategies, adjustment and well-being of male inmates in the prison environment. *Internet Journal of Criminology*, 1, 1–29.

Pina, M., Gomes, S., & Quintas, J. (2024). Transgressão em contexto prisional: Modelos teóricos, empiria e implicações para a gestão prisional. *OpenEdition Journals*, pp. 79- 99

Pollock, J. M. (2002). *Women, crime, and prison*. Belmont, CA: Wadsworth.

Proença, A. (2020). Mulheres estrangeiras e cárcere no Brasil: A dupla inviabilidade. *Delictae Revista De Estudos Interdisciplinares Sobre O Delito*, 5 (9), 423–521.

<https://doi.org/10.24861/2526-5180.v5i9.141>

Quiroga-Carrillo, A., Ferraces Otero, M. J., & Lorenzo Moledo, M. (2024). Gender discrimination in prison: The perception of women inmates and prison professionals. *Societies*, 14 (1). <https://doi.org/10.3390/soc14010005>

Quivy, R., & Campenhoudt, L. F. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Santos, F. Á. (2022). *Retratos da prisão: Um olhar sobre a violação nas prisões portuguesas* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/40293>

Shabalala, F., Vernooij, E., Pell, C., Simelane, N. y Msilela, N., Spiegelman, D., Chai, B., Khan, S., & Reis, R. (2018). Understanding reasons for discontinued antiretroviral treatment among clients in test and treat: A qualitative study in Swaziland. *Journal of the International AIDS Society*, 21 (54). <https://doi.org/10.1002/jia2.25120>

Shah, S., Plugge, E. H., & Douglas, N. (2011). Ethnic differences in the health of women prisoners. *Public Health*, 125 (6), 349–356. <https://doi.org/10.1016/j.puhe.2011.01.014>

Silva, C. R., Gobbi, B. C., & Simão, A. A. (2005). O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: Descrição e aplicação do método. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 7, 70–81.

Smallbone, P. (2005). *Foreign national prisoners in England and Wales: The reality*. London: Prison Reform Trust.

Steiner, B., Butler, H. D., & Ellison, J. M. (2014). Causes and correlates of prison inmate misconduct: A systematic review of the evidence. *Journal of Criminal Justice*, 42, 462–470.

Sykes, G. M. (1958). *The society of captives: A study of a maximum-security prison*. Princeton University Press.

Sykes, G. M., & Messinger, S. L. (1960). The inmate social system. In R. Cloward et al. (Eds.), *Theoretical studies in social organization of the prison* (pp. 5–19).

Taylor, S. J., & Bogdan, R. (1986). *Introducción a los métodos cualitativos de investigación*. Buenos Aires: Paidós.

Thomas, C. W., Petersen, D. M., & Zingraff, R. M. (1978). Structural and social psychological correlates of prisonization. *Criminology*, Vol16 (3), 383–393.

<https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1978.tb00099.x>

Thomas, C. W., & Cage, R. J. (1977). Correlates of prison drug use: An evaluation of two conceptual models. *Criminology*, 15 (2), 193–210.

<https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1977.tb00061.x>

Toman, E. L., Cochran, J. K., & Bales, W. D. (2015). The implications of sentence length for inmate adjustment to prison life. *Journal of Criminal Justice*, 43, 510–521.

Tomaszewska, M. (2016). *Alien experience? A qualitative investigation into the experiences of foreign national women in English prisons: A case study*. The Howard League for Penal Reform.

Tomazoni, L. (2017). Mulheres estrangeiras encarceradas. *Sala de Aula Criminal*.

<https://www.salacriminal.com/home/mulheres-estrangeiras-encarceradas>

Turato, E. (2008). Amostragem por saturação em pesquisa qualitativa em saúde: Contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24 (1), 17–27.

<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008000100003>

Useem, B., & Piehl, A. M. (2006). Prison buildup and disorder. *Punishment & Society*, 8 (1), 87–115. <https://doi.org/10.1177/1462474506059141>

Van Tongeren, D. R., & Klebe, K. J. (2010). Reconceptualizing prison adjustment: A multidimensional approach exploring female offenders' adjustment to prison life. *The Prison Journal*, 90 (1), 48–68. <https://doi.org/10.1177/0032885509357547>

Velarde, L. D. (2001). *Living in prison: Evaluating the deprivation and importation models of inmate adaptation* [Tese de doutoramento, Louisiana Tech University]. Louisiana Tech Digital Commons.

Vuolo, M., Krusttschnitt, C. (2008). Prisoners' adjustment, correctional officers, and context: The foreground and background of punishment in late modernity. *Law & Society Review*, 42 (2), 307–336 <https://doi.org/10.1111/j.1540-5893.2008.00343.x>

Wallace, D., Fahmy, C., Cotton, L., Jimmons, C., McKay, R., Stoffer, S., & Syed, S. (2016). Examining the Role of Familial Support During Prison and After Release on Post-Incarceration Mental Health. *International journal of offender therapy and comparative criminology*, 60 3–20. <https://doi.org/10.1177/0306624X14548023>

World Health Organization Regional Office for Europe. (2023, February). *Status report on prison health in the WHO European Region*. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe.

Wright, E. M., Van Voorhis, P., Salisbury, E. J., & Bauman, A. (2012). Gender-responsive lessons learned and policy implications for women in prison: A review. *Criminal Justice and Behavior*, 39 (12), 1612–1632. <https://doi.org/10.1177/0093854812451088>